
Trabalhos de conclusão de graduação na FESPSP:
Biblioteconomia e Sociologia

EDITORA **SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

**Trabalhos de conclusão
de graduação na FESPSP:
Biblioteconomia e Sociologia**



**Fundação Escola de
Sociologia e Política
de São Paulo.**
RECONHECIMENTO DESDE 1933

Conselho Superior

Angelo Del Vecchio (*Presidente*)
Pedro Luiz Guerra (*Vice-Presidente*)
Francisco Aparecido Cordão (*Vice-Presidente*)
José Carlos Quintela de Carvalho (*Vice-Presidente*)
Aparecida Neri de Souza (*Secretária*)
Jorge Nagle
Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes
Ubiratan de Paula Santos
Cláudio José de França e Silva
Amarílis Prado Sardenberg

Diretoria Executiva

Diretora Geral – Laís da Costa Manso Nabuco de Araújo
Vice-Diretor Geral – Romeu Nami Garibe
Diretor Tesoureiro – Almiro Vicente Heitor

EDITORIA SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Diretora-presidente

Laís da Costa Manso Nabuco de Araújo

Coordenação Editorial

Rodrigo Estramanho de Almeida

Comissão Editorial

Jorge Nagle
Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes
Waltercio Zanvettor

Trabalhos de conclusão de graduação na FESPSP: Biblioteconomia e Sociologia

**Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação - Fabci
Escola de Sociologia e Política – ESP**

Copyright © 2018 by Editora Sociologia e Política

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

378.242

T758 Trabalhos de conclusão de graduação na FESPSP[recurso eletrônico]: Biblioteconomia e Sociologia / Carla Regina Mota Alonso Diéguez, Valéria Martin Valls (organizadoras). – São Paulo : Sociologia e Política, 2018.

Versão em PDF: 192p.:il. ; 17 x 24cm

ISBN978-85-62116-11-7

1. Trabalho de conclusão de curso – Biblioteconomia – São Paulo. 2.

Trabalho de conclusão de curso – Sociologia – São Paulo. I. Diéguez, Carla Regina Mota. II. Valls, Valéria Martin. III. Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação – FaBCI. IV. Escola de Sociologia e Política – ESP.

V. Título.

CDD 23.: Teses e dissertações 378.242

Ficha catalográfica elaborada por Winderson Jesus Gomes CRB-8/9590.

Direitos reservados à

Editora Sociologia e Política

Rua General Jardim, 522 - Vila Buarque

01223-010 - São Paulo - SP - Brasil

Tel. Fax 0 55 11 3123 7800

www.fespsp.org.br

E-book Brazil 2018

Sumário

Apresentação

Carla Regina Mota Alonso Diéguez

Valéria Martin Valls 7

Registros de memória como ferramenta para produção de informações: uma análise da coleção “São Paulo: imagens em movimento”

Adriana de Oliveira Nogueira 11

Bibliotecas públicas de São Paulo e sua relação com o público da terceira idade

Mariana Araujo Gomes 43

Acervo musical: desafios na organização e representação de partituras

Daniela de Oliveira Correia 61

Pejotização programada: a naturalização da ideologia empreendedora entre os trabalhadores de TI na cidade de São Paulo.

Ednilson Esmério Toledo da Silva 91

Tempos de não trabalho: percepções e uso do tempo para o trabalhador na cidade de São Paulo

Marcos Veríssimo de Souza Júnior 117

Ser revelado: notas etnográficas sobre o exercício de um aprendiz de antropólogo

José Edilson Teles 139

Brasilândia: outras formas de gestão da violência

Mayara Amaral Dos Santos 169

Apresentação

Carla Regina Mota Alonso Diéguez
Valéria Martin Valls

O ano de 2018 foi marcado pela lembrança de diversos eventos. 50 anos de maio de 1968, 40 anos das greves do ABC e 85 anos de criação da primeira escola de Ciências Sociais do Brasil, a Escola Livre de Sociologia e Política.

Criada em 1933 com o objetivo de

inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social¹.

Escola Livre de Sociologia e Política, atual Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, trilhou seus caminhos conforme sua missão. Estabeleceu um programa de pós-graduação já em sua primeira década de vida, o qual formou importantes intelectuais brasileiros como Sérgio Buarque de Hollanda e Florestan Fernandes; recebeu e mantém uma das primeiras Escolas de Biblioteconomia do Brasil, a Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação; constituiu-se como referência na área de Projetos, desenvolvendo estudos e pesquisas fundamentais na área de trabalho e renda, educação, saneamento, políticas públicas, entre outras. Chegou aos 85 anos com interesse pelo bem coletivo, incentivando e desenvolvendo pesquisas sobre os problemas da população e formando personalidades capazes de colaborar com a vida política, social e econômica do país.

De 1933 para 2018 as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo foram diversas e profundas. Os problemas das populações já não são mais os mesmos

1 Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política. Disponível em <https://www.fespsp.org.br/inst_institucional/10/institucional/manifesto>

e tornaram-se bastante complexas. A contribuição dos intelectuais, cientistas e profissionais devem ser baseadas em múltiplos conhecimentos e em pesquisas sólidas, de forma a propor soluções conscientes, consistentes e eficazes.

Diante disso, a FESPSP, que mantém a pesquisa como eixo da matriz curricular dos seus cursos de graduação – Administração, Biblioteconomia e Ciência da Informação, Sociologia e Política –, em seus 85 anos publica alguns trabalhos de conclusão de curso significativos da última década, que representam o esforço de mobilização de conhecimentos diversos e apresentação de respostas que contribuam fortemente para o desenvolvimento social do país. Os trabalhos aqui publicados mostram a preocupação dos corpos discente e docente em desenvolver pesquisa de qualidade para a construção de uma formação profissional sólida e condizente com os ditames do Manifesto de Fundação.

A breve coletânea apresentada a seguir é o resultado de um concurso comemorativo, que convidou os egressos dos cursos de graduação a enviarem artigos baseados em seus TCCs – Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação e Sociologia e Política, mantidos pela FESPSP, entre os anos de 2007 e 2017. O objetivo desta coletânea é atribuir visibilidade a produção científica da instituição e uma das premissas foi ter por tema ou lócus a cidade de São Paulo:

A Adriana de Oliveira Nogueira estudou os “Registros de memória como ferramenta para produção de informações: uma análise da coleção “São Paulo: imagens em movimento”, refletindo sobre a relevância informacional dos registros de memória como ferramenta para produção de informações sobre a cidade de São Paulo, por meio da análise de uma coleção. Já a Mariana Araújo Gomes relata o resultado da sua pesquisa sobre “Bibliotecas públicas de São Paulo e sua relação com o público da terceira idade”, que apresenta uma parcela das atividades voltadas para esse público, que permite uma reflexão sobre a relevância da biblioteca na contemporaneidade, sua atuação e função na sociedade, além da promoção, valorização e difusão da memória viva! A Daniela de Oliveira Correia, por sua vez, traz o “Acervo musical: desafios na organização e

representação de partituras” e discute que o tratamento dos documentos musicais não deve continuar recluso a um determinado contingente erudito, mas, assim como a música, deve se tornar verdadeiramente democrático e de real acesso aos usuários. Ou seja, cada vez mais as pesquisas realizadas na Biblioteconomia reforçam a importância social do profissional e seu contexto nas Ciências Sociais Aplicadas.

Por sua vez, o Ednilson Esmério Toledo da Silva trata a “Pejotização programada: a naturalização da ideologia empreendedora entre os trabalhadores de TI na cidade de São Paulo”, contribuindo para os estudos da sociologia do trabalho, no que se refere ao debate sobre os novos modelos de vínculos empregatícios resultantes dessa transformação estrutural. O trabalho “Tempos de não trabalho: percepções e uso do tempo para o trabalhador na cidade de São Paulo”, de Marcos Veríssimo de Souza Júnior, buscou compreender como são feitos os usos do tempo por parte do trabalhador do comércio de São Paulo e como a jornada de trabalho afeta o uso e as percepções do tempo pós-jornada de trabalho, mostrando como a estrutura urbana pode contribuir para essas percepções. Já o artigo de José Edilson Teles “Ser revelado: notas etnográficas sobre o exercício de um aprendiz de antropólogo”, teve como objetivo problematizar uma específica situação de campo e as implicações epistêmicas do *fazer* antropológico. E finalizando a coletânea, a Mayara Amaral dos Santos apresenta “Brasilândia: outras formas de gestão da violência”, um texto impactante sobre a condição do jovem negro na periferia e sua relação com os espaços de cultura.

Que esses trabalhos sirvam de inspiração a outros pesquisadores para entender a pesquisa científica como uma oportunidade para mudar positivamente a vida das pessoas e, conforme a tradição da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a cidade de São Paulo e seus habitantes.

Registros de memória como ferramenta para produção de informações: uma análise da coleção “São Paulo: imagens em movimento”¹

Adriana de Oliveira Nogueira

1 Introdução

A cultura é produzida por meio da relação do homem com o espaço e com o tempo no qual vive e interfere, situando-se como agente transformador da sociedade. Os produtos culturais resultantes da criação humana se configuram como informação e são passíveis de transformar-se em conhecimento a partir do momento em que as informações são registradas, organizadas, contextualizadas e disseminadas para que outros grupos atribuam sentido a elas.

O museu tem como objetivo coletar, salvaguardar e comunicar as diferentes expressões culturais produzidas pela sociedade ao longo do tempo, assegurando a preservação do patrimônio cultural, a transmissão de informações às gerações futuras e ser mediador da informação entre sujeito e objeto. Porém, ainda hoje, parte dos museus relata a história oficial, omitindo a existência de grupos minoritários e a cultura e informação produzida por estes.

Os relatos das pessoas constituem a memória tanto de grupos quanto de territórios, isso faz com que os indivíduos se tornem integrantes da história e participem da construção de memórias, identidades, dentre outros fatores que constituem a diversidade cultural. A partir do estudo sobre registros de memória, propõe-se uma reflexão sobre a relevância informacional destas para a reconstrução da história de São Paulo.

¹ Artigo resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido em 2017, sob a orientação da prof.^a Isabel Cristina Ayres Silva Maringelli.

A pesquisa possui abordagem qualitativa e descritiva, com o objetivo de refletir sobre a relevância informacional dos registros de memória como ferramenta para produção de informações sobre a cidade de São Paulo, por meio da análise da coleção “São Paulo: imagens em movimento”, pertencente ao Museu da Pessoa (MP).

Além disso, aborda os conceitos dos elementos que compõem os registros de memória e a relevância de seu estudo atrelado à Ciência da Informação (CI). Salienta-se que os conceitos são ambíguos por possuírem diferentes definições de acordo com a área de estudo, todavia, para esta análise, os conceitos foram definidos de acordo com o campo de estudo do objeto de pesquisa.

Em sequência, apresentam-se marcos históricos da museologia para melhor compreensão da missão dos museus, em conjunto com a história do MP, e a Tecnologia Social da Memória (TSM), metodologia de história oral utilizada para captação dos relatos de memória. Posteriormente é realizada a análise da coleção “São Paulo: imagens em movimento”, composta por 12 registros de memória de moradores da cidade, com o objetivo de verificar se os relatos apresentam elementos para a reconstrução da história da cidade. Foram definidos três eixos de análise para a coleção: lugares públicos e privados, fatos históricos e cultura material e imaterial.

Na área de Biblioteconomia e CI grande parte dos estudos volta-se para a organização, disseminação e uso da informação pela sociedade. Porém nenhuma das pesquisas que abordavam o MP possuía como foco principal o fato de o indivíduo produzir informações relevantes para a comunidade.

Dessa forma, chegou-se na necessidade de analisar de que forma o indivíduo produz informações acerca da cidade onde reside, por isso a escolha da coleção “São Paulo: imagens em movimento”. Os relatos dos moradores refletem o cotidiano da cidade do ponto de vista histórico e cultural. Os registros enquanto documentos podem ser estudados pela CI, levando-se em consideração o papel social do bibliotecário, que inclui a coleta, a organização, a disseminação e o uso da informação.

2 Cultura, memória, história e informação

A cultura surge a partir da relação do homem com o meio no qual vive, realizando ações transformadoras. Johnson (1997, p. 59) define cultura como o “[...] conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social”, e Laraia (2006) caracteriza cultura como o comportamento que o homem aprende dada sua vivência e que independe de transmissão genética, tratando-se de um processo acumulativo.

A produção de cultura dos grupos se desenvolve conforme sua história e é transmitida através das gerações, portanto, se configura como aspecto importante na formação da identidade, pois, conforme Silva K. e Silva M. (2009, p. 202): “tanto para a Antropologia quanto para a Psicologia, a identidade é um sistema de representações que permite a construção do ‘eu’, ou seja, permite que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferente dos outros”.

Esse sentimento se constitui a partir de fronteiras físicas, ou melhor, é o sentimento de pertencer a algum lugar e grupo, compartilhando suas normas, valores e crenças. Segundo Pollak (1992, p. 5), “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”.

A identidade é formada a partir das características dos indivíduos, as quais norteiam suas atitudes, seus valores, suas normas e crenças, formando ideias e pensamentos comuns aos sujeitos pertencentes a determinado grupo, tornando-se assim cultura imaterial. Trata-se de uma construção plural, pois é produzida baseadas em partes de outras culturas construídas em determinado momento histórico.

De acordo com Ortiz (2006, p. 27), “se levarmos em conta o testemunho de diferentes críticos do pensamento brasileiro, nos deparamos de imediato com a questão da ‘imitação’. Parece ter-se transformado em senso comum a tese do Brasil enquanto espaço imitativo”. Em contrapartida, deve-se levar em consideração que a nossa cultura traz elementos de outras tantas, devido à colonização do território brasileiro e à miscigenação ocorrida durante esse processo.

Tanto a cultura quanto a construção da identidade são processos de aprendizagem, em que o indivíduo se desenvolve conforme o grupo no qual está inserido e as pessoas com as quais tem convivência, aprendendo regras que fazem sentido na realidade em que vive e que justificam suas ações. Dessa forma, cada grupo possui uma cultura distinta e que o diferencia dos outros. “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura” (LARAIA, 2006, p. 68).

A cultura imaterial é apta à guarda, porque contém informações² sobre os indivíduos e os grupos aos quais estes pertencem, podendo transformar-se em conhecimento quando são organizadas, contextualizadas e disseminadas para outros grupos. Existem várias instituições responsáveis pela guarda e disseminação da cultura de diversos povos, como museus, bibliotecas, arquivos e centros de informação.

Ao se organizar a cultura imaterial, os indivíduos podem produzir e disseminar sua memória individual e história de vida, ou seja, seu conhecimento tácito que, conforme Cunha e Cavalcanti (2008, p. 102), é o “acúmulo de saber prático sobre um determinado assunto, que agrega convicções, crenças, sentimentos, emoções e outros fatores ligados à experiência e à personalidade de quem o detém”.

A memória é a principal ferramenta para transmissão da cultura imaterial, pois se trata de um fenômeno construído, tanto de modo consciente quanto inconsciente, segundo Pollak (1992, p. 5), “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”. Portanto, a memória é composta de informações que os indivíduos adquirem ao longo de sua vida, gerando acumulação de conhecimentos tácitos e conhecimentos explícitos³, sendo assim, informação é também a bagagem pessoal de cada pessoa.

2 Dado é um código não contextualizado, portanto não pode transmitir informação a um indivíduo; informação é o dado tratado e atribuído de significado; o conhecimento é um estágio superior à informação, pois o sujeito recebe a informação e a processa juntamente com seu conhecimento prévio, internalizando-a e produzindo novas ideias, além de possibilitar sua aplicabilidade na vida.

3 Conhecimento explícito é aquele adquirido por meios de transmissão formais, como livros e documentos.

As interações sociais possibilitam que os indivíduos troquem informações e produzam cultura. A memória coletiva é constituída a partir da cultura que diversos grupos consideram como tradicionais, e as ações cotidianas desses mesmos grupos permitem que a cultura seja preservada em suas memórias.

De acordo com Worcman e Pereira (2006), a memória humana, ao armazenar acontecimentos, determina a identidade, o jeito de viver e ver o mundo em conformidade com os parâmetros históricos e culturais do meio no qual o indivíduo está incluso. O compartilhamento da memória faz com que as pessoas se sintam produtoras e receptoras de informação, dando senso de pertencimento a um grupo e constituindo a sua memória coletiva.

Outras peças importantes para a memória são os personagens, pois, segundo Pollak (1992, p. 2), “[...] a memória é constituída por pessoas, personagens [...] falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela [...] mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, [...] personagens que não pertenceram necessariamente ao tempo-espaço da pessoa”. A memória pode guardar imagens e fatos de pessoas conhecidas, desconhecidas ou ligadas a acontecimentos individuais ou fatos históricos.

Existem também os espaços ligados a uma lembrança, os quais Pollak chama de lugares da memória, nesse sentido, “[...] pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (1992, p. 3). Os lugares estão relacionados a fatos que marcaram um período da vida de uma pessoa, e também pode haver lugares públicos que apoiam a lembrança de determinados fatos.

A participação em determinados acontecimentos públicos e que muitas vezes são incorporados à história, essa sim, pode-se tornar um foco de memória. Dessa forma, quando um fato público ou a história oficial teve um registro nas lembranças da população [...] houve uma associação entre o acontecimento ou fato histórico narrado e suas vidas (MONTENEGRO, 2010, p. 74).

Boa parte dos indivíduos pertencentes às classes desfavorecidas não se sente participante dos grandes acontecimentos históricos, e quando o sujeito se recorda de algum fato é porque este foi marcante em sua vida. Montenegro ainda afirma que:

Muitos períodos da história oficial parecem passar despercebidos de uma grande parcela da população. É como se os acontecimentos da história narrada, divulgada pelos meios de comunicação e pelos diversos órgãos e agentes produtores do passado, nada de especial trouxessem [...]. A participação em determinados acontecimentos públicos [...] pode-se tornar um foco de memória. Dessa forma, quando um fato público ou a história oficial teve um registro nas lembranças da população [...] houve uma associação entre o acontecimento ou fato histórico narrado e suas vidas (2010, p. 74).

Dessa forma, para esta pesquisa define-se memória como um processo de retenção de informações e evocação de lembranças baseadas nas experiências dos indivíduos, portanto, é um processo neurobiológico e de interação social. Esses acontecimentos rememorados partem de suas ações no mundo, tratando-se da cultura do grupo ao qual está imerso, assim, a memória armazena a cultura.

Compreende-se, então, que a partir da utilização de fatos guardados na memória humana é realizada a reconstrução do que ocorreu no passado e projeções do que ocorrerá no futuro, conseqüentemente, a memória norteia as ações humanas. De acordo com Montenegro (2010, p. 15), “compreendemos a história como uma construção que, ao resgatar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro”.

Uma das disciplinas que estudam a memória é a História, cujo principal objetivo é descrever e problematizar fatos, sendo, portanto, considerada uma prática social. Segundo Merlo e Konrad (2015), a palavra história se origina do grego *historie* e possui diversos sentidos: ver, procurar e investigar. Seu objeto de estudo é o passado, e para recompô-lo a História se utiliza de diversas fontes documentais, dentre elas os relatos orais. A partir dos relatos, o sujeito seleciona fatos ocorridos em seu cotidiano, tornando-se a percepção de algo que ocorreu, em vista disso, história e memória se relacionam.

Enfoca-se, aí, uma importante relação entre a História e a memória, quase indissolúvel, pois o enlace desses elementos, em meio aos seus

registros, reforça a ideia de que a História e a memória estão ligadas aos documentos, nos mais variados tipos de suportes, de onde é possível que a sociedade tenha acesso à História e possam recorrer às memórias escritas nas fontes formais e autênticas de informações (MERLO, KONRAD, 2015, p. 35).

Um dos aspectos mais importantes do estudo da história é sua relação com o tempo, pois todos os fatos se passam em determinado local e data. Trata-se da memória enquanto percepção sobre o passado e apto ao registro em algum suporte, seja escrito ou oral, legitimando tais informações e fazendo com que estas perdurem ao longo do tempo. Ainda conforme Merlo e Konrad (2015, p. 34), “sendo o conceito de memória amplo e variável [...] utiliza-se do seu conceito no sentido da representação de algo memorável, ou mais especificamente, na relação que esta possui com a história (proveniente das ações do cotidiano, registradas)”.

Porém não existe garantia de que a mente humana se lembrará de tais fatos após anos de sua ocorrência, daí surge a importância de registrar memórias possibilitando a preservação da história de um povo.

Assim como a necessidade de informação orienta o indivíduo, assim também orienta sociedades. É a base do comportamento coletivo, tanto quanto do comportamento individual. Assim como o cérebro se deteriora quando privado de informação, assim também a sociedade, se se quer evitar-lhe a decadência [...] (SHERA, 1977, p. 10).

Na antiguidade, indivíduos permaneciam à margem da sociedade por pertencerem a grupos sem escrita, então a história oral surgiu como forma de resguardar a cultura produzida por estes grupos. Shera (1977) cita que existem duas formas básicas de comunicação: a direta ou primária, constituída pela oralidade, e a indireta ou secundária, denominada de gráfico, no qual os símbolos estão registrados em algum tipo de suporte.

Conforme Le Coadic (1996, p. 34), “a comunicação oral é constituída de formas públicas (conferências, colóquios, seminários, etc.) e privadas (conversas, correspondências, etc.) de distribuição de informações”. Portanto, não há estabilidade nas informações transmitidas, podendo ocorrer erros e falhas de

comunicação, prejudicando a qualidade e veracidade do que é transmitido, além da impossibilidade de um longo alcance de transmissão e possível preservação das informações.

A comunicação oral, como forma de interação entre diferentes indivíduos, foi o principal meio de transmissão de cultura entre as gerações existentes nos grupos de diversas sociedades. Segundo Rosa e Oliveira:

Ao estudarmos a história das culturas e o modo pelo qual elas foram sendo transmitidas de geração para geração, verificamos que, na transmissão de seus valores de base, a informação foi o seu principal veículo. Informação oral foi a principal forma pela qual recebemos a herança da tradição que nos cabe transformar (2015, p. 6).

Conseqüentemente, o esquecimento se fazia presente nas sociedades orais, sendo necessária a vasta repetição de histórias entre diversas gerações, para que a cultura não desaparecesse. Portanto, desde os primórdios o homem já considerava a necessidade de conservar sua memória de alguma forma, primeiramente com a oralidade e posteriormente com a escrita.

Le Coadic (1996) cita ainda que a partir da criação da escrita ocorreu a multiplicação da informação e sua distribuição de forma mais rápida. Isso fez com que os diversos tipos de serviços de informação existentes realizassem o trabalho do cérebro humano, que é o de memorizar informações, colaborando para o enriquecimento cultural de indivíduos e grupos e fazendo com que a memória humana não fosse a única ferramenta para o registro de informações.

De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008), registro é o ato de lançar informações em algum suporte físico, tornando-se documento⁴ e com o objetivo de recuperar a informação. Logo, pode-se definir como registros de memória,

4 De acordo com os autores (2008, p. 132) o termo documento possui vários significados, dentre eles cabe destacar: suporte da informação; qualquer base de conhecimento fixado materialmente, suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova; qualquer indicação concreta ou simbólica, conservada ou registrada com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual; registro gráfico de uma ideia ou um fenômeno em palavras ou em imagens; informação registrada, estruturada para a compreensão humana, esta definição admite tanto os documentos em papel (substanciais), como os documentos eletrônicos (insubstanciais).

a coleta de narrativas e histórias de vida, transmitidas por comunicação oral, e que estão gravadas em algum suporte físico ou digital. A escrita surge com o propósito de externar o pensamento humano, e o documento se configura como suporte na relação da memória com a história, possibilitando a guarda, a preservação e a disseminação.

Nos registros de memória, os grandes acontecimentos são retratados envoltos em assuntos do cotidiano dos entrevistados, não são levadas em consideração suas implicações macro na sociedade naquele determinado momento.

Um outro fato que as diversas entrevistas começam a evidenciar é que, para muitos e muitos entrevistados, a vida se resume a sua história de vida e trabalho [...] no momento em que os entrevistados narram acontecimentos que transcendem o fazer mais imediato das suas vidas, são sempre os elementos que têm aspectos comuns com experiências do cotidiano, as marcas lembradas (MONTENEGRO, 2010, p. 21).

Montenegro (2010) afirma que o ato de entrevistar indivíduos comuns dá continuidade a um trabalho desenvolvido há vários séculos, que é o contar experiências e lições adquiridas ao longo da vida, fazendo com que o sujeito se torne produtor e disseminador de informações. Logo, o conhecimento tácito de diferentes sujeitos se torna ferramenta importante para interpretação de fatos do presente, levando a uma reflexão crítica da sociedade com o objetivo de melhorias imediatas e futuras.

Dessa forma, os registros de memória são passíveis de estudos da Ciência da Informação (CI), tanto que Le Coadic (1996, p. 5) já afirmava que “a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”. Portanto a informação tem como objetivo fundamental transmitir um conhecimento a partir de um suporte.

A Biblioteconomia e a CI possuem características presentes também na Museologia, conforme cita Araújo (2011), ambas se preocupam com a preservação, organização, acessibilidade, promoção da cultura e o uso social da informação. Isso permite que os indivíduos conheçam mais de si e do grupo no qual estão imersos, reconhecendo seu passado, com foco em melhorias imediatas e

futuras. O autor salienta que, nesse contexto, “são contemplados, nestas perspectivas, os diferentes suportes materiais, contextos institucionais e práticas humanas em torno dos registros materiais e da dimensão imaterial do conhecimento humano” (2011, p. 127).

A CI enquanto ciência social aplicada busca solucionar o problema social do acesso à informação, segundo Le Coadic (1996, p. 21), “a Ciência da Informação, com a preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das ciências sociais [...] que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural”.

Um de seus objetos de estudo é a informação em seus diferentes contextos e suportes informacionais. Conforme Rosa e Oliveira (2015, p. 5), é uma área interdisciplinar, que tem como objetivo atender as demandas informacionais de diferentes indivíduos. Portanto, os registros de memória enquanto documento passível de uso social tornam-se ferramenta importante para que indivíduos tomem decisões acerca de sua vida social, econômica e política, como meio de guiar suas ações no mundo através de experiências já vivenciadas por outros sujeitos.

Em contrapartida, Christovão e Braga (1997) já citavam que o documento se trata de um suporte que contém signos e mensagens, não a informação em si. Consequentemente, são os indivíduos que podem transformar as mensagens em algo relevante e útil para si e para a sua comunidade, transformando essas informações em conhecimento através do contato com seu estoque mental de saberes.

Por outro lado, a informação registrada possibilita que diversas pessoas possuam acesso a ela, independente da distância ou localidade, sendo passível de grande circulação, socialização e alcançando diversas classes sociais. Consequentemente, os registros de memória possibilitam que informações perdurem por longos anos, contribuindo para que a humanidade não se esqueça da história de diversos grupos.

O avanço da tecnologia e da internet proporcionou fácil e rápido acesso à informação, fazendo com que as instituições de memória formassem acervos com o objetivo de preservar e difundir informações que possam ser

transformadas em ferramenta útil. Tal progresso gerou a redução de incertezas no indivíduo e contribuiu para que a partir do contato com diversas experiências de outros grupos fosse possível o exercício do olhar crítico sobre a sociedade onde se vive.

Para a professora Smit (2012, p. 86), “a informação disponibilizada por uma instituição passa a ser uma informação ‘que existe’, ou seja, que é socialmente considerada existente, importante e potencialmente útil para alguém, ou alguma instituição, em algum momento, próximo ou distante”. No contexto da CI, a informação é preservada a partir de aspectos culturais existentes no momento da decisão de sua guarda; nesse sentido, a autora destaca a mudança e declara (2012, p. 87) “não mais aquela noção genérica de toda e qualquer informação”. O estudo da informação por parte da CI alterou suas características ao longo do século XX, e os registros de memória se enquadram no paradigma social.

Ainda segundo Smit (2012), o paradigma social surge na década de 1990 e tem como principal foco o homem enquanto sujeito histórico, que se relaciona com o ambiente à sua volta. A subjetividade dessa interação necessita que o homem obtenha informações e as interprete, considerando o ambiente no qual está inserido, além dos valores e das normas que regem a sociedade a qual pertence.

Na busca por informações, portanto, ocorre um processo em que o conhecimento prévio e cognitivo, associado à sua necessidade informacional, é determinado pelo contexto em que se está incluso. Surge assim o uso social da informação e a problematização de como essa informação é disponibilizada ao público, para Smit (2012), ocorrem discussões sobre o papel, o poder e a forma que sistemas de informação impõem uma visão de mundo ao seu público.

Após o exposto, entende-se que a informação é extremamente valorizada na sociedade, dando poder ao indivíduo que a detém. O uso de registros de memória permite a troca de experiências e saberes tácitos entre diferentes indivíduos, promovendo o uso social da informação e fazendo com que se possa reconstruir o passado do ponto de vista da população.

3 Marcos históricos da Museologia e o Museu da Pessoa

Os museus passaram por diversas transformações ao longo de sua existência, surgindo na Idade Antiga como um espaço de desenvolvimento de pesquisa filosófica, e alterando suas funções ao longo dos séculos.

Figura 1: Principais características da história dos museus.

| |
|--|
| Idade Antiga (4.000 a. C. até 476 d. C.) |
| Origem na Grécia Chamado de <i>Mouseion</i> (Casa das Musas). Misto de templo com instituição de pesquisa voltada ao saber filosófico |
| Idade Média (476 até 1453) |
| Museu enquanto instrumento de compilação exaustiva Coleções eram mantidas nas igrejas |
| Idade Moderna (1453 até 1789) |
| Surgimento das coleções principescas Coleções financiadas por famílias nobres Valorização da cultura produzida pela elite Acesso às obras somente com permissão do colecionador |
| Idade Contemporânea (1789 até os dias atuais) |
| No final do século XIX as coleções reais são desmembradas Reinvenção da ideia de museu Nova Museologia |

Fonte: Elaboração própria, baseada nas informações extraídas de SUANO (1996).

No final do século XIX e início do século XX, os museus passam por diversas transformações, como a criação de associações e comitês. Um desses marcos aconteceu na Rússia, onde o governo revolucionário criou, em 1921, o Comitê Central para a Guarda de Objetos de Arte e Arqueologia, com o objetivo de reinventar a ideia de museu, determinar sua função social e demonstrar que diversas classes produziam cultura.

Após a Segunda Guerra Mundial, os museus norte-americanos e europeus buscam novos interesses e perdem o fascínio pela história oficial, levando seus acervos à parte da população que anteriormente não tinha acesso. A partir da década de 1960, o papel dos museus perante a sociedade se altera, de acordo com Henriques:

Com o alargamento da noção de património a partir da década de 60, o museu deixou de lado o seu papel passivo de mero acumulador de património e cultura, e passou a ser um articulador do processo de mobilização cultural da comunidade. O papel do museu neste processo de patrimonialização da cultura é o de ser o agente impulsionador e mediador do processo. É o responsável pela musealização do património da comunidade envolvida. E nesse sentido, é preciso deixar claro que não somente do património material, mas também do património imaterial, ou intangível (2004, p. 35).

A partir desse quadro, os profissionais da museologia iniciam reflexões sobre seus fazeres e a necessidade de clareza na missão e nos valores da instituição perante a comunidade, questionando se esses objetivos são cumpridos. Durante essas indagações, surge a Nova Museologia (NM) e, de acordo com Primo e Leite (2015), dela manifestam-se novos objetos museológicos que auxiliam na construção do futuro das sociedades, como o patrimônio imaterial, sendo um desses objetos a oralidade.

O museu se transforma, então, em espaço de prestação de serviço às comunidades e propicia o surgimento de novos objetos museológicos, como as narrativas biográficas, considerando que os indivíduos produzem saberes e participam ativamente da construção da história de suas comunidades, contribuindo para a memória social.

Através dos ensinamentos do passado, procura-se melhorar o presente e o futuro, valorizando-se as diversas identidades e culturas existentes. Essas ideias proporcionaram aos museus maior aproximação com seu público que, a partir dessa perspectiva, torna-se indivíduo ativo no processo de constituição do acervo.

De acordo com Goffman (2005), os museus podem ser classificados como instituições sociais que abrigam um determinado tipo de atividade, ofertam produtos culturais e oferecem aos visitantes uma determinada visão de mundo. A principal característica dos museus é, portanto, ser uma instituição de preservação do patrimônio de diversos grupos.

Os museus também se configuram como um espaço de poder, pois a escolha dos objetos museológicos pressupõe o domínio de um objeto em relação

a outros e é realizada por meio de critérios políticos, determinados pela instituição, salientando-se que as informações transmitidas possuem, evidentemente, um cunho político e social.

Vale destacar que, a partir da década de 1990, a tecnologia e a internet iniciavam seus avanços no Brasil. Assim, de acordo com Henriques (2004, p. 64), “antes disso, o uso da internet estava restrito ao ambiente acadêmico. Foi somente com a proliferação da internet comercial, a partir de 1993, que os museus começam a apresentar-se de forma virtual”.

O Museu da Pessoa (MP) foi fundado por Karen Worcman, historiadora, mestre em linguística, atuante em diversos projetos de história oral e atual diretora do museu. A ideia teve origem em 1991, quando Karen e um grupo de historiadores e jornalistas passaram a refletir sobre a importância das histórias de vida de indivíduos comuns para a preservação da memória coletiva e social de diversos lugares e grupos (HENRIQUES, 2004). Inicialmente a intenção era divulgar as histórias por meio de CD-ROM's, livros, exposições e jukeboxes, até mesmo porque a internet ainda era incipiente no país. O objetivo do museu sempre foi o de alcançar o maior número de pessoas sem a necessidade de um espaço físico, e a popularização da internet proporcionou maior divulgação do acervo e envolvimento dos indivíduos com o museu, fazendo com que estes pudessem enviar suas histórias de vida e imagens.

Figura 2 - Linha do tempo da história do Museu da Pessoa.



Fonte: Elaboração própria, baseada nas informações extraídas de Henriques, 2004.

Segundo Desvallées e Mairesse (2013), museu virtual ou museu na internet é aquele no qual as exposições podem ser visitadas por meio de computadores ou suportes digitais, e podem ser chamadas de exposição digital ou cibrexposição. O museu virtual vai além dos objetos materiais, pois permitem maior interação com as pessoas, como no caso do MP, em que os visitantes também podem se tornar curadores⁵, formando suas próprias coleções.

O MP não é o primeiro museu brasileiro com registros sonoros, pois, de acordo com a historiadora Henriques (2004, p. 77), “entre as décadas de 60 e 70 do século XX proliferou a criação de museus da imagem e do som em todo o Brasil”. Porém, os outros museus estavam ligados à preservação de figuras históricas e personalidades culturais importantes. Nesse sentido, o MP é o primeiro a ser aberto ao recolhimento das histórias de vida de qualquer indivíduo, de modo que os testemunhos registrados não são um documento complementar, e sim o próprio acervo.

Desde o início, o MP foi concebido como um museu virtual devido à impossibilidade de “musealizar” indivíduos. Ainda segundo Henriques (2004,) o trabalho de musealização⁶, ou seja, a transformação de algo em objeto museológico, é realizado com as histórias de vida recolhidas pela instituição. Sua virtualidade está ligada, portanto, ao fato da possibilidade de divulgação dos registros de memória para o máximo de pessoas por meio da utilização da internet.

5 Segundo Desvallées e Mairesse (2013), no Brasil há diferentes concepções do termo curadoria: enquanto pesquisa de coleção, ou seja, definindo o conteúdo que será exposto; e enquanto processo que integra todas as ações em torno de uma coleção, desde a aquisição do objeto até a exposição final. Considerando o contexto de musealização do MP, conclui-se que os visitantes tornam-se curadores a partir da possibilidade de formar coleções com os seus registros de memória preferidos.

6 A musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu”, que se integre no campo museal. Seja este um objeto de culto, um objeto utilitário ou de deleite, animal ou vegetal, ou mesmo algo que não seja claramente concebido como objeto; uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e de exibição, adquirindo, assim, uma realidade cultural específica (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013).

É evidente que a popularização da internet contribuiu para consolidar o trabalho desenvolvido pelo museu, pois isso possibilitou a interação do público por meio do envio remoto de histórias e da possibilidade de criar coleções com seus depoimentos preferidos. Assim, o MP cria um vínculo emocional com seu público, como afirma Goffman (2005, p. 148), “os vínculos que unem o indivíduo a entidades sociais de diferentes tipos apresentam propriedades comuns [...] obrigações suaves, pois exigem que sinta participação, identificação e ligação emocional”.

De acordo com o site da instituição, sua missão e objetivos são:

O Museu da Pessoa acredita que valorizar a diversidade cultural e a história de cada pessoa como patrimônio da humanidade é contribuir para a construção de uma cultura de paz. Nossa principal missão é a de ser um Museu aberto e colaborativo que transforme as histórias de vida de toda e qualquer pessoa em fonte de conhecimento, compreensão e conexão entre pessoas e povos (MUSEU DA PESSOA, 2017).

O trabalho do MP está baseado em três eixos: registro, preservação e divulgação das histórias de vida. Seus conceitos indicam que as histórias de vida são valiosas para a construção da memória social, pois o registro de memória serve como ferramenta para transmissão de experiências que se perderiam (sem a preservação), ao longo do tempo, e permitem a construção de novos conhecimentos; já a história traz o senso de identidade e pertencimento aos indivíduos (MUSEU DA PESSOA, 2017, n. p).

Dessa forma, os conceitos e objetivos do MP estão de acordo com a Nova Museologia (NM), devido à oposição aos museus clássicos e ao interesse de formar coleções com uma função social e política. A NM transforma os museus em um local que proporciona alguma forma de desenvolvimento nas comunidades as quais pertence e, no caso do MP, propicia o conhecimento da pluralidade cultural existente no Brasil.

Além disso, o MP se enquadra no que Goffman chama de organização formal instrumental, sendo definida como “[...] um sistema de atividades intencionalmente coordenadas e destinadas a provocar alguns objetivos explícitos e

globais. Os produtos gerados podem ser: artefatos materiais, serviços, decisões ou informações [...]” (2005, p. 149).

Cabe salientar que nos dias atuais o museu não pode voltar-se somente a um lado da realidade, deve-se focar na cultura produzida tanto pelas minorias quanto pelas maiorias, apresentando uma visão ampla e mais próxima da realidade existente. A instituição pode se tornar um lugar de encontro da população, com o propósito de debate e reflexão sobre o passado e o presente, com foco em melhorias para as gerações futuras.

Tal mudança na concepção de museu é destacada por Moraes ao observar que de espaço de coleta, organização e difusão de informações, o museu transforma-se em “[...] instituição e espaço organizado e dialógico de conhecimento, convergência, indução, ócio, diversão e coesão” (2015, p. 8), possibilitando a inclusão de diversos grupos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária, além de proporcionar o exercício da cidadania.

O historiador Bearman (2012) já afirmava ser de extrema importância que o tom de comunicação dos museus fosse menos didático, e que era necessário envolver os membros das sociedades criadoras de artefatos museológicos para contribuir na criação de conteúdo informacional. Essa inserção do indivíduo no processo criativo faz com que ele assuma um papel ativo diante não só da instituição, mas de toda a sociedade. Desse modo, cada um torna-se autor do conteúdo disseminado pelo museu, compartilhando informações e experiências que possibilitam o aumento de um ambiente social de igualdade e tolerância.

Por ser a informação uma ferramenta extremamente importante na sociedade atual, pois através dela se realiza o exercício do poder, cabe ao museu, enquanto instituição cultural, definir objetivos claros durante o ato de formar e difundir suas coleções. Nessa perspectiva, a informação transmitida pelo museu tem como objetivo realizar transformações na sociedade onde o aparelho cultural está inserido, pois, segundo Moraes (2015, p. 16), “ela se constitui como bem cultural fundamental, estruturante de um novo modelo social em que o conhecimento possui capacidade de intervenção e modificação social”.

Já de acordo com Monteiro (2014), qualquer tipo de objeto existente na realidade social humana e que possua significado para o homem pode se

transformar em documento, a partir do momento em que este objeto transmite uma informação passível de uso, transforma-se em suporte de uma mensagem.

Durante o processo de musealização, o objeto é institucionalizado, ou seja, é construído a partir de um processo de seleção e se torna referência de um determinado contexto histórico, social e cultural, adquirindo novos significados que vão além da função para o qual foi produzido.

Enfim, cabe retomar que os museus sofreram diversas transformações no decorrer dos séculos; pois, de instituições fechadas e focadas em um público específico e seletivo, os museus passaram a ser destinados à população em geral. Tornaram-se ferramenta de disseminação de informações e saberes diversos, produzidos inclusive pelas minorias, reafirmando a ideia de que a produção de cultura ocorre em todas as camadas da sociedade.

Nesse sentido, o MP surge com a ideia de valorizar as diversas culturas produzidas pelos indivíduos, compartilhando dos objetivos da NM, colaborando para que as pessoas obtenham conhecimento dos saberes produzidos por outros grupos, estimulando o respeito às diferenças, além de tornar a cultura imaterial tangível e passível de transmitir informação.

3.1 Tecnologia Social da Memória

A Tecnologia Social da Memória (TSM) se originou na Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Universidade de Brasília, no ano de 2004, e, em 2005, foi iniciado o trabalho com o Instituto Museu da Pessoa.Net.

De acordo com Pena e Mello (2004, p. 84), tecnologia social é “todo processo, método ou instrumento capaz de solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil reaplicabilidade e impacto social comprovado”. A TSM tem como objetivo, portanto, auxiliar grupos e comunidades a trabalharem com projetos de memória e indicar que todos os grupos e indivíduos produzem informações.

Para isso acontecer, primeiramente é realizada a mobilização do grupo que irá participar do projeto de memória, auxiliando-o na construção de um sentido para sua realização. Assim, é necessário que os indivíduos consigam

responder por que devem participar do projeto, identifiquem a importância da preservação e disseminação de tradições e valores, entre outras razões, que justifiquem sua realização.

A TSM é composta por três etapas que ocorrem de forma paralela (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2009, p. 15):

Construir histórias: o grupo é estimulado a produzir narrativas, coletar documentos, fotos, objetos e identificar espaços e construções que considere parte de sua história. Da história individual à história coletiva, o grupo pode usar diferentes ferramentas (entrevistas, rodas de histórias, linhas do tempo, seleção e coleta de objetos, fotografias) para produzir registros que se tornam fontes e referências de sua história.

Organizar histórias: para que os conteúdos registrados e coletados na primeira etapa possam ser utilizados pelo próprio grupo ou por outros públicos, é necessário organizar a história produzida. Acima de tudo, esta etapa permite que o usuário acesse e relacione esses conteúdos e estabeleça novas conexões entre eles.

Socializar histórias: o ciclo só se completa quando o conteúdo produzido é socializado. Toda história pressupõe troca – as narrativas só existem à medida que, além de narradas, sejam também escutadas e interpretadas por alguém. Essa socialização pode acontecer em diferentes níveis: do próprio grupo envolvido ao público mundial da internet. É nessa teia que as narrativas se conectam, abrindo novas possibilidades de interação social.

Após a coleta de material – feita no primeiro passo, no qual os indivíduos possuem maior participação –, é realizada a organização dos registros de memória no acervo⁷ do MP (segunda etapa). Organizar o acervo vai além de dispor a informação de forma física já que “é, fundamentalmente, criar instrumentos que permitam a localização, o uso e o crescimento ordenado do conteúdo” (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2009, p. 69).

7 A Fundação Bradesco define acervo como o conjunto de documentos de diferentes suportes e formatos, reunidos e organizados, com destinação à pesquisa, à consulta ou ao armazenamento.

A terceira etapa tem como objetivo divulgar e disseminar os registros de memória dos indivíduos e grupos, ou melhor, “tornar as histórias narradas conhecidas e valorizadas pela sociedade é uma estratégia fundamental para contribuir para o desenvolvimento social baseado no respeito e na compreensão das múltiplas experiências e visões de mundo das pessoas e grupos que compõem nossa sociedade hoje” (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2009, p. 78).

Na efetivação da terceira etapa, podem ser criados produtos como exposições físicas, livros, vídeos, áudios, eventos, espaços de memórias etc., uma vez que essa etapa inclui o uso da informação, já que as histórias se tornam fonte de conhecimento e valores dos indivíduos e grupos. Portanto, a TSM é uma metodologia de história oral que inclui desde o processo de escolha da comunidade a ser aplicada o projeto até a criação e disseminação do produto final.

4 Análise da coleção “São Paulo: imagens em movimento”

A cultura surge das ações humanas que transformam o mundo, constituindo a identidade dos indivíduos conforme o contexto social e político no qual ele vive. Com base em Pollak (1992) e Ortiz (2006), é correto afirmar que existem diversas culturas formadas através de uma aprendizagem contínua e que variam de acordo com as interações sociais.

A memória humana é constituída pela organização mental de fatos vivenciados, sendo a experiência de vida de cada um, individual ou coletivamente, o seu conhecimento tácito. A comunicação oral é utilizada desde os primórdios da humanidade tanto de forma pública quanto privada, tornando-se a principal ferramenta para disseminação da cultura dos grupos. O surgimento da escrita propiciou maior alcance e preservação da informação, tornando-se uma ferramenta de externalização de pensamentos.

Os registros de memória possibilitam que a cultura se torne documento e possa ser disseminado para diferentes grupos. Pela história de vida é possível reconhecer aspectos de ligação com a cidade, permitindo a reconstrução de sua história e o conhecimento de diferentes visões sobre a mesma cidade. Os

registros de memória do MP possuem informações desde o nascimento do indivíduo até o momento da entrevista.

A coleção “São Paulo: imagens em movimento”⁸ é composta, conforme mencionado, por 12 registros de memória de pessoas que residem na cidade de São Paulo e é de autoria do próprio museu. O único critério de seleção para a formação dessa coleção foi que os relatos biográficos demonstrassem diferentes aspectos da cidade.

Para esta análise foram selecionados três elementos contidos nas entrevistas: a) lugares públicos e privados – são espaços e regiões pelos quais os indivíduos passaram e que remetem a épocas de suas vidas, portanto, estão ligados a fronteiras físicas; b) fatos históricos – indicam quais acontecimentos são resguardados pela memória e que, de alguma forma, influenciaram momentos da vivência do entrevistado; e c) cultura material e imaterial – apontam os aspectos culturais de determinados períodos da história, remetendo tanto às tradições culturais próprias da cidade de São Paulo, quanto às tradições herdadas das famílias dos entrevistados.

Os relatos de memória apresentam vários aspectos em comum, por exemplo, o elemento ‘lugares públicos e privados’ remete a diversos locais onde os entrevistados estiveram com maior ou menor frequência. É comum a lembrança dos colégios pelos quais passaram, inclusive instituições tradicionais na história da cidade como o Mackenzie, o Dante Alighieri e o Rio Branco. Além disso, é possível reconhecer aspectos urbanísticos e de crescimento dos bairros paulistanos durante o século XX. Os entrevistados de mais idade citam os bairros iluminados por lâmpioes, os passeios de bondes pelas ruas do centro e a instalação dos primeiros ônibus elétricos. Relembam ainda que os bairros mais distantes da região central, tidos como periféricos, eram pouco povoados, como a Vila Nova Cachoeirinha, na Zona Norte, e Itaquera, na Zona Leste – onde a construção dos conjuntos habitacionais se iniciou na década de 1980, – e lembram que alguns bairros eram considerados fabris, como o Ipiranga.

8 Para ler as entrevistas na íntegra, acessar: <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/colecao/sao-paulo-imagens-em-movimento-115703>

No início do século XX, com o avanço da imigração, alguns bairros transformaram-se em colônias de imigrantes, a exemplo do Bom Retiro, predominantemente judeu. Já a Vila Madalena, conhecida atualmente por sua vida noturna e vasta opções de bares e restaurantes, na década de 1980 era reconhecido como um bairro de estudantes, com a predominância de várias repúblicas e a existência de algumas produtoras de filmes.

Algumas entrevistas trazem à tona o fascínio que a região central da cidade exercia aos olhos dos entrevistados quando crianças ou durante o início da juventude, como se percebe na seguinte fala de Aldemiro Alves de Souza: “Ah, eu sempre fiquei fascinado por tudo, inclusive à noite, as luzes iluminando, tudo mais. Acho também que chama muito as crianças, né? o centro de São Paulo” (MUSEU DA PESSOA, 2016, n. p.). A Avenida Ipiranga e a Rua 24 de Maio também são lembradas com suas galerias para a compra de roupas, discos e ponto de encontro entre amigos. A Praça da República é citada como um local visitado por turistas estrangeiros e o Conjunto Nacional é lembrado como referência arquitetônica e urbanística do desenvolvimento da cidade. São citadas as mudanças no curso dos rios Tamanduateí e Anhangabaú, efetuadas para evitar as frequentes enchentes na região.

Os lugares de trabalho são citados na maioria dos relatos, tanto os braçais quanto aqueles exercidos nas indústrias. É interessante notar que parte dos entrevistados trabalhou, ou possui parentes que trabalharam, nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo ou na fábrica da Brahma.

É possível perceber também a expansão dos espaços de cultura na cidade, pois teatros como o Zero Hora, no bairro do Bexiga, e o teatro Bela Vista são citados. Igualmente citada é a criação do grupo Satyras como proposta de revitalização da Praça Roosevelt, que, nos anos 1960 e 1970, possuía bares onde se tocava bossa nova, mas, ao longo dos anos, foi se transformando em ponto de tráfico de entorpecentes e prostituição.

Ainda sob a perspectiva dos lugares, ocorrem indicações de vários cinemas frequentados pelos entrevistados como Cine Dom Pedro I, Cine Bijou e Cine Riviera. Ademais, há passagens que citam os passeios ao Parque Trianon e aulas no prédio do Masp, ambos sediados na Avenida Paulista.

A Estação da Luz e a Barra Funda são locais rememorados como tendo sido pontos de encontro. Já as igrejas são lembradas como pontos turísticos, tais como a igreja Imaculada, no bairro do Paraíso, e a igreja Nossa Senhora da Glória, no Cambuci, esta trata-se de uma réplica da Capela de Lourdes, localizada na França e construída pela baronesa Eulália Assunção.

No que diz respeito ao elemento ‘fatos históricos’, a Primeira Guerra Mundial é citada devido à impossibilidade de viajar para outros países, no caso de famílias imigrantes. A Segunda Guerra Mundial é relembrada, por sua vez, pela comunicação de seu término feita no rádio e pelo desfile da Força Expedicionária Brasileira, ocorrido no Vale do Anhangabaú, em comemoração ao seu fim, conforme a entrevista de Jayme Murahovschi.

A Revolta Paulista de 1924, conhecida como a Revolução Esquecida, é citada no relato de Anella Catapano Scarpelle, devido à lembrança do casamento de um de seus irmãos. A entrevistada cita ainda a existência de uma trincheira, na Vila Mariana, e a migração da população para outros bairros. Recorda-se do racionamento de alimentos e da fábrica onde trabalhava que ficava rodeada de soldados durante a saída do expediente.

O início do Estado Novo é citado juntamente com a importação de componentes culturais norte-americanos e a figura do presidente Getúlio Vargas no depoimento de Esther Proença Soares. Já a ditadura militar é relembrada pelo fechamento de teatros, pela obrigatoriedade de cantar o hino nacional nas escolas, pelos movimentos estudantis contra o regime durante a década de 1970, pela invasão da PUC em 1977 e pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas instalações do DOI-CODI em São Paulo. O impeachment do presidente Fernando Collor de Mello também é relembrado como uma fase economicamente ruim para o país, além da falta de incentivo para a área cultural.

Quanto ao elemento ‘cultura material e imaterial’, verifica-se a mudança de hábitos e costumes ao longo dos anos, além da influência de outras culturas. O nascimento com o auxílio de parteiras, por exemplo, era comum durante parte do século XX nas cidades do interior de São Paulo; assim como a realização de velórios na residência da família. Parte das famílias considerava a

educação dos filhos uma forma de ascensão social, em contrapartida, vários entrevistados contaram que largaram os estudos durante a infância para trabalhar e auxiliar os pais financeiramente.

A educação é rememorada novamente em diversos relatos sobre a recordação da leitura de clássicos da literatura infantil e infanto-juvenil, como as obras de Monteiro Lobato e a Coleção Vagalume. Aldemiro Alves de Souza cita que se tornou escritor devido à leitura do livro *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, uma das primeiras escritoras negras do Brasil e autora de obras com engajamento social.

Os filhos de imigrantes relatam algumas tradições mantidas pelos pais e transmitidas para as gerações como os ritos religiosos. Nesse sentido, parte dos elementos culturais de origem da família são rememorados em eventos festivos de sua comunidade, conforme se percebe na entrevista de Jaime Murahovschi: “Ah, sim! A comida ídiche. Existem algumas comidas ídiche. Então, em ocasiões festivas, que, então, minha mãe fazia, e hoje, não hoje, até hoje, se faz, né? Então, era a comida judaica” (MUSEU DA PESSOA, 2016).

O carnaval também é citado no relato de Gilberto Amatuzzi, participante da diretoria do Bloco da Ressaca que, há mais de 30 anos, percorre as ruas do bairro do Cambuci.

Da mesma forma, o futebol é referido em mais de um relato e verifica-se que, além de ser um elemento importante para a cultura brasileira, é um aspecto relevante para a história da cidade de São Paulo devido ao crescimento dos times paulistas. Em seu relato, Nelson Zeglio menciona que as bolas de antigamente eram pesadas, chamadas de “bola de capotão”, eram feitas de uma bexiga envolta em cordão.

O catolicismo enquanto religião da família é referido em um relato; em contrapartida, Anella Catapano Scarpelle associa a data de falecimento de sua mãe ao Sábado de Aleluia, data indicativa de religiosidade.

Profissões na área das artes eram malvistas pela população em geral, esse fato demonstra aspectos de patriarcalismo na sociedade brasileira. Vera Helena Andrade de Campos Maia, bailarina, e Esther Proença Soares, atriz e educadora,

lembram que encontraram resistência por parte de suas famílias ao escolherem suas carreiras.

Dessa forma, percebe-se que a trajetória de vida dos entrevistados da coleção “São Paulo: imagens em movimento” traz importantes aspectos sobre as alterações que a cidade sofreu ao longo do século XX. A história de seus habitantes é associada ao espaço urbano, tanto que o elemento ‘lugares públicos e privados’ é o que contém mais informações. Os ‘fatos históricos’ são menos recorrentes nos relatos, sendo recordados somente quando influenciaram de alguma forma a vida das pessoas. Verifica-se um distanciamento em relação episódios políticos do país, como se os indivíduos não fizessem parte dos acontecimentos ocorridos e fossem espectadores de uma grande peça teatral. Por fim, suas ações cotidianas e interações sociais criam e remodelam a cultura constantemente. Os elementos ‘culturais’ passados de geração a geração fazem com que a cidade tenha vasta pluralidade nesse aspecto.

Quanto ao método, as entrevistas são sempre iniciadas com o entrevistado informando seu nome completo, local e data de nascimento; porém, não há um padrão de questões a serem feitas, estas se alteram conforme a trajetória de vida dos indivíduos.

Cabe salientar ainda que ao analisar os registros de memória, é perceptível que durante a entrevista as pessoas são orientadas a manter o foco nas perguntas feitas. Ao final, lhes é perguntado como foi a experiência de contar sua história de vida, e grande parte relata a satisfação por compartilhar suas memórias e reviver sua trajetória de vida. Apenas um entrevistado, no entanto, Aldemiro Alves de Souza, comenta a importância do trabalho do museu do ponto de vista de que pessoas produzem informações relevantes para a sociedade.

5 Considerações finais

A cultura é aprendida através das interações sociais entre diversos indivíduos, tratando-se de um processo de aprendizagem acumulativo. A produção

de cultura é múltipla, pois varia de acordo com o momento histórico do grupo ao qual o sujeito pertence, a exemplo da cultura brasileira, que é plural devido ao processo histórico do país, portanto, é formada por elementos de outras culturas.

A comunicação oral continua sendo uma das principais fontes de acesso a informações, porém há necessidade de registrar essas informações em algum suporte, fazendo com que o imaterial se torne material. Na história oral, o homem se torna o foco do processo informacional e os registros de memórias possibilitam a guarda de informações, sua disseminação para a sociedade e sua estabilidade.

Cada indivíduo, portanto, torna-se um ponto de informação, envolto em uma grande rede que produz a memória social. Os museus não partilham qualquer informação, e sim as que estão de acordo com suas políticas institucionais, disseminando sua visão de mundo para a sociedade. Até mesmo a TSM, metodologia de história oral utilizada para a captação das biografias, pressupõe um determinado domínio sob os entrevistados, pois, conforme mencionado, é perceptível que durante toda a entrevista as pessoas são guiadas a manter o foco no assunto relatado.

Os registros de memória transmitem informações relevantes sobre a história e o desenvolvimento de São Paulo. As histórias são associadas a espaços urbanos, acontecimentos históricos e difundem a diversidade cultural encontrada na cidade. Grande parte dos indivíduos, no entanto, não se percebe como sujeito que, de alguma forma, produz história e contribui para as mudanças ocorridas na sociedade. Somente aqueles que possuem algum engajamento político e social enxergam-se como produtores de informações pertinentes.

Relatos de memória são instrumentos portadores de diversos tipos de informações, sejam esquecimentos, contradições, mentiras ou fantasias, pois a rememoração dos fatos é baseada na percepção dos indivíduos sobre determinado acontecimento. Nesse sentido, os relatos registrados em algum suporte possibilitam a estabilidade das informações, proporcionando sua organização, disseminação e recuperação. São ferramentas para conhecer a história da cidade

e compreender a construção das identidades de seus moradores, possibilitando reconhecer as transformações ocorridas ao longo dos anos e a reflexão sobre questões sociais, culturais, políticas e econômicas.

É inegável, portanto, que os registros de memória são relevantes para a sociedade, na medida em que são documentos que objetivam entender, interpretar e comunicar a realidade vivenciada por diferentes indivíduos, ensejando uma reflexão sobre a realidade da cidade através da experiência de vida das pessoas, e demonstrando a relação do homem com o ambiente que o cerca e as transformações ocorridas devido a essa interação.

A CI possui características comuns à Museologia, como a organização, o acesso, a promoção e o uso da informação. E o paradigma social, surgido na década de 1990, dá voz às pessoas pela valorização de sua relação com o ambiente à sua volta, tornando-as sujeitos participantes dos processos históricos.

O bibliotecário, por fim, possui o papel social de contribuir para o desenvolvimento da sociedade por meio do livre acesso à informação. No caso dos registros de memória, o indivíduo se torna produtor e consumidor de informação, portanto, ocorre a valorização das pessoas comuns, já que na maioria dos museus existentes elas são somente consumidoras dos produtos culturais.

Referências

ALMEIDA, Carlos C. de; BASTOS, Flavia Maria; BITTENCOURT, Fernando. Uma leitura dos fundamentos históricos-sociais da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, n. 1, p. 68-89, 2007. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/view/749/651>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações institucionais e teóricas. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110>>. Acesso em: 03 set. 2017.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=2050>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BEARMAN, David. Informação em museus em um contexto social. In: **Seminário serviços de informação em museus**, 2, 2012, São Paulo. Anais...São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/publicacoes/index.php/sim/article/view/33>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin; BRAGA, Gilda Maria. Ciência da informação e sociologia do conhecimento científico: a intertematicidade plural. **Tran-sinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 33-45, set./dez. 1997. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000000273/9f24e27d7f1042496196ed6b611b8a7e>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DESVALLÉES, André. MAIRESSE, François (Dir.). **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Debates).

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. **Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o museu da pessoa**. 2004, 187 f, Dissertação (Mestrado em Museologia) Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Geografia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2004. Disponível em: <www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/rosali_henriques_1.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glauca Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

MONTEIRO, Juliana. **Documentação em museus e objeto-documento**: sobre noções e práticas. 2014. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-22012015-105632/en.php>>. Acesso em: 13 out. 2017.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda. Ciberespaço, memória e esquecimento. In: **Enancib**, 8, 2007, Salvador, Anais eletrônicos... Salvador: Ancib, 2007. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/view/2726/1854>>. Acesso em: 02 set. 2017.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: cultura popular revisitada. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, Nilson Alves. Cidade, museu e informação. In: **Enancib**, 16, 2015, João Pessoa, Anais eletrônicos... João Pessoa: Ancib, 2015, p. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2683>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

MUSEU DA PESSOA. Coleção São Paulo: imagens em movimento. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/colecao/sao-paulo-imagens-em-movimento-115703>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MUSEU DA PESSOA. História. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/entenda/historia>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PENA, Jacques de Oliveira; MELLO, Clailton José. Tecnologia social: a experiência da Fundação Banco do Brasil na disseminação e reaplicação de soluções sociais efetivas. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Disponível em: <http://gife.issuelab.org/resource/tecnologia_social_uma_estrategia_para_o_desenvolvimento>. Acesso em: 06 ago. 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Acesso em: 19 mar. 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

PRIMO, Judite Santos; LEITE, Pedro Pereira. Olhares biográficos em museologia: os desafios da intersubjetividade. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 5, p. 129-143, set. 2015. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5204>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

ROSA, Maria Nilza Barbosa; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Memória e tradição: percorrendo os caminhos do culto da Jurema na Paraíba. In: **Enancib**, 16, 2015, João Pessoa, Anais eletrônicos... João Pessoa: Ancib, 2015, p. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3130>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, jun. 1977. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A informação na Ciência da Informação. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

TECNOLOGIA social da memória: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias. São Paulo: Fundação Banco do Brasil, 2009.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Coord.). **História falada:** memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC, 2006.

Bibliotecas públicas de são paulo e sua relação com o público da terceira idade¹

Mariana Araujo Gomes

1 Introdução

Antes de iniciar o curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, ao utilizar os serviços e participar das atividades culturais de diversas bibliotecas públicas, já observava os frequentadores desses locais. Por conseguinte, a atenção se voltou na identificação do público-alvo para o qual as atividades culturais eram desenvolvidas. Assim, ao se perceber a reduzida participação dos idosos e principalmente a falta de uma ação voltada exclusivamente a eles, houve um questionamento acerca dessa problemática. Qual a razão para a não participação da população da terceira idade nas atividades oferecidas nas bibliotecas? Tendo essa percepção, já teriam sido pensadas alternativas para (re)inserção desse público?

Contudo, embora esse público estivesse presente tanto dentro da biblioteca, lendo jornais diários, periódicos e livros, quanto no seu entorno, cuidando dos netos, fazendo suas tarefas cotidianas, dificilmente estava envolvido nas atividades culturais oferecidas .

Sabe-se que a população de idosos no Brasil se encontra em crescimento e que a longevidade está cada dia maior. De acordo com o site Globo.com, acessado em 20 de fevereiro de 2013, há cerca de 23 milhões de pessoas com mais de 65 anos no país, o que equivale a 10% da população. Conforme os dados divulgados no Censo de 2010, o número de idosos brasileiros irá quadruplicar até o ano de 2060. Já segundo fontes da BBC Brasil, essa população será em torno de 58,4 milhões até o ano de 2060. Consequentemente, a expectativa de

1 Artigo resultado do trabalho de conclusão de curso defendido em 2014 sob a orientação da Profª. Dra. Tania Callegaro. Publicado originalmente na Revista Biblionline – UFPB.

vida dos brasileiros deve aumentar consideravelmente no decorrer dos próximos anos; o que deve servir de alerta a todos os setores que prestam serviços aos idosos, dentre os quais se encontram as bibliotecas e outras unidades de informação. A Unesco publicou em seu Manifesto sobre Bibliotecas Públicas (Ifla/Unesco, 1994) que “os serviços das bibliotecas públicas devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social”. Nesse sentido, o norte desta pesquisa consiste na necessidade de se rever o papel sociocultural das bibliotecas públicas diante de um público socialmente excluído, isto é, os idosos.

Sendo a biblioteca um organismo vivo, que permanece em constante movimento, e que tem como princípio proporcionar acesso aos livros e contribuir para a democratização da informação aos cidadãos para que elaborem e disseminem essas informações, passando de expectadores a atores das práticas culturais; neste estudo serão apresentados projetos desenvolvidos com esse fim, pois a formulação de uma programação cultural que dialogue com os demais espaços da biblioteca, como também com os seus variados tipos de frequentadores, é essencial para a construção efetiva da identidade e caracterização de uma ação cultural. Foram escolhidas para análise as bibliotecas públicas Viriato Corrêa e a Álvaro Guerra, pertencentes ao Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB). A escolha se justifica pelo fato de ambas trabalharem ou terem trabalhado, caso da Álvaro Guerra, sob a perspectiva de atividades destinadas à terceira idade.

A partir deste estudo, será apresentada uma parcela das atividades voltadas para esse público, o que permitirá uma reflexão sobre a relevância da biblioteca na contemporaneidade, sua atuação e função na sociedade, além da promoção, valorização e difusão da memória viva dentro dessa instituição.

2 Biblioteca pública: um organismo vivo de cultura

No decorrer de todo o seu processo de evolução, a definição do que é uma biblioteca passou por diversas mudanças. Assim, a biblioteca pública pode ser entendida como um centro local de informações, tornando acessíveis aos

seus utilizadores o conhecimento, a informação de todos os gêneros; isso a partir das reais necessidades estabelecidas por quem busca e utiliza essas informações.

Bezerra (2011, p. 38) traz o conceito da biblioteca pública como sendo um “serviço de Estado, (...) sedimentado nos princípios de liberdade e igualdade fundamentados pelas ideias revolucionárias na França do século XVIII”.

Segundo Milanesi (1988, p. 58) “a biblioteca pública exige um esforço coletivo fundamentado na ideia de utilidade na construção de um bem para ser utilizado por todos indistintamente.” A comunidade deve estar inserida de forma profunda no processo de interação com a biblioteca, havendo um entrelaçamento de ideias, entendimento da realidade, planejamento e por fim a realização de um ideal, juntos. Milanesi (p. 61) confirma essa ideia quando afirma que a biblioteca pública “como um esforço de democratização, exige para o seu desenvolvimento, uma consciência da realidade que faz parte da visão geral que os indivíduos possuem”.

Para o autor (1988, p. 24), a biblioteca é a mais antiga e frequente instituição identificada com a Cultura, a qual “está presente na história e nas tradições, destacando-se em Alexandria, nos tempos de Cristo e estando presente até hoje.” Ao pesquisar a literatura sobre o assunto e até mesmo no convívio diário nas bibliotecas públicas, é possível identificar que a população reconhece sua importância, mesmo que muitos não a utilizem, visto que, ainda assim, a veem como um espaço necessário, especialmente nas áreas mais afastadas, pois entendem que o local é uma entidade tradicional e indispensável para o desenvolvimento dos municípios.

Embora ainda vista como um depósito de livros mal cuidados e, como frisa Milanesi (1988, p. 11), “entregues ao mau humor de funcionários que, por falta de um mínimo de habilitação, abrem e fecham as portas e assinalam os empréstimos”, as bibliotecas estão há algum tempo mudando esse conceito, visando a melhoria dos serviços, além de contar com profissionais que se propõem a realizar atividades e possibilidades novas.

O caráter da sacralidade tradicional diluiu-se pelas exigências contemporâneas propiciadas pelas novas tecnologias desenvolvidas para informar. Dentro de todas essas transformações, novas atividades e áreas físicas foram sendo incorporadas às funções e formas das bibliotecas públicas (MILANESI, 1988, p. 108-109).

É possível notar que as alterações ocorridas nas últimas décadas romperam com o modelo tradicional, no qual se fazia necessária a organização do acervo, a sacralidade e principalmente a exclusividade do silêncio, elementos que hoje já não são o ponto-chave. Além de um organismo que cresce constantemente, decorrente do grande fluxo de informação, essas novas bibliotecas devem impulsionar os seus usuários para que cresçam por meio da informação e do conhecimento. Hoje, no século XXI, possuímos em nossas cidades uma mescla de modelos tradicionais e inovadores de bibliotecas públicas. Conforme mencionado, neste estudo serão evidenciadas as bibliotecas municipais Viriato Corrêa e Álvaro Guerra, ambas situadas na cidade de São Paulo.

2.1 Definição de biblioteca pública segundo manifesto da unesco

O manifesto Ifla/Unesco é um importante documento que serve como base, uma referência às bibliotecas e que, por conseguinte, estabelece conceituações, traçando questões relevantes e norteadoras para a instituição. O manifesto - que foi idealizado pela Ifla/Unesco e que “proclama a confiança que a Unesco deposita na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, a cultura e a informação e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres” - busca nortear os profissionais em seu papel de disseminação e prestação de serviços.

O manifesto define a biblioteca pública como uma “porta de acesso local ao conhecimento” e estabelece suas principais missões, bem como orienta seus gestores (bibliotecários) na questão das atividades relacionadas à participação, educação e cultura. Além disso, alerta para o valor da biblioteca pública e lembra como as atividades devem ser organizadas: “com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou

condição social” e, principalmente, sendo acessível a todos os indivíduos participantes da comunidade onde a biblioteca está inserida.

Pede-se atenção, ainda, para a ações programadas, assim como para a qualidade no desenvolvimento de seus acervos, refletindo sobre as atuais tendências e evoluções tecnológicas, especialmente referentes à preservação da memória da humanidade. No manifesto, dá-se ênfase aos serviços oferecidos pelas bibliotecas públicas, que devem evitar qualquer tipo de censura, seja ela ideológica, religiosa ou política; além de oferecerem-nos de forma leal e não obterem nenhum tipo de custo em sua realização; recordando que as bibliotecas públicas são única e exclusivamente de responsabilidade das autoridades locais e nacionais.

Finalmente, com esse pensamento é possível concluir que o Manifesto, em sua última atualização, há exatos vinte anos, já reconheceu os novos desafios da sociedade da informação impostos às bibliotecas e pede atenção ao desenvolvimento e ao maior reconhecimento de seu público, sobretudo, pelo seu papel de condutora e formadora social e cultural.

2.2 Ação cultural em bibliotecas

A biblioteca desde muito tempo e ainda hoje é vista como um lugar de zelo e preservação pelos indivíduos que a frequentam; mesmo que seja uma visão já superada por muitos, há quem ainda a visualize como um templo onde se encontram resguardados todo o conhecimento e a memória. Contudo, as unidades de informação podem e devem despertar uma consciência transformadora além de colaborar para a formação de indivíduos criativos e críticos. Como bem coloca Milanesi (1988, p. 266), “o acesso ao conhecimento é a base da atividade cultural e a condição essencial para criar um novo conhecimento, é exatamente o que permite ver adiante e não apenas nas emergências”.

Dessa forma, para que uma biblioteca se torne um espaço cultural onde se desenvolvam ações culturais diferenciadas, é preciso que se inicie um projeto no qual a equipe envolvida esteja inteirada às necessidades de seus usuários a fim de que haja um interesse geral, de modo que todos possam participar; atingindo assim os objetivos propostos pela atividade planejada. Nesse sentido,

devemos lembrar que a prática da ação cultural em uma biblioteca depende de diversos recursos sejam eles humanos, financeiros ou materiais. Flusser (1983, p. 160), porém, destaca um ponto relevante: o diálogo, que é essencial na troca de informações entre o mediador e o grupo participante da atividade, além de contribuir para uma participação eminente dos envolvidos. O autor afirma também que aos profissionais engajados com a ação cultural cabe a tarefa de conquistar o não público. De certo modo, o público não engajado que vive nas redondezas deve receber uma atenção especial para que possa ver e viver uma dinâmica voltada às ações e à inovação proposta pela biblioteca, visualizando e compreendendo que a ação não possui um limite de conteúdo, não tem fronteiras e tampouco é restrita a determinados indivíduos. Uma das questões levantadas e de grande relevância é a relação intergeracional, que está ligada ao diálogo entre as diversas gerações e os grupos existentes em nossa sociedade. Nesse sentido, a diversidade recebe novamente um valor inestimável à mescla de culturas, em que a ampliação e adaptação do conhecimento e da diferença tornam-se pontos relevantes para que os indivíduos possam de fato manter um convívio harmônico, respeitando suas diferenças. Isso acontece num aspecto humano, social e cultural.

Esses lugares, essas ações, devem então criar um espaço de liberdade, de instabilidades e contradições para que as pessoas saibam que esses bens coletivos são de todos; que a identidade cultural de qualquer indivíduo é dinâmica; e que principalmente possam lidar com o grande entrelaçamento de informações e opiniões que recebem, sendo capazes de resolver os prováveis conflitos de forma crítica e coesa, e ainda enfrentar novas e interessantes discussões.

3 Memória viva: a importância do receptor como sujeito

O que é memória? “Na época arcaica, os gregos fizeram da Memória uma deusa: *Mnemosine*, testemunha inspirada dos ‘tempos antigos’, da idade heroica e, por isso, da idade das origens.” (LE GOFF, 2003, p. 433) Dessa forma, memória e imaginação aparecem ligadas à medida que as virtudes da imaginação são filhas da memória. De acordo com Silveira e Reis (p. 42, 2011), “o trabalho da

memória consiste da elaboração, sendo mais preciso: da reelaboração da experiência da vida humana a partir do reconhecimento e da reatualização da lembrança.” Ou seja, esse processo ocorre através do momento presente, da realidade e acontecimentos acumulados.

E para o idoso, o que é memória? O que é lembrança? Nesse caso, para Ecléa Bosi, “quando a memória amadurece e se extravasa lúcida, é através de um corpo alquebrado: dedos trêmulos, espinha torta, coração acelerado, dentes falhos, urina solta, a cegueira, a ânsia, a surdez, as cicatrizes, a íris apagada, as lágrimas incoercíveis”. (1979, p. 3). A velhice é algo que assusta e que ainda hoje é vista como um estigma, lembrando que ela não está necessariamente ligada à idade cronológica, ou seja, há muita gente nova na idade, mas com a mentalidade de velho ou vice-versa. Pensar a velhice como um estigma dá espaço para que se criem barreiras entre o idoso e a sociedade. Segundo Simone de Beauvoir (1970, p. 197), “à medida que envelhecemos, tudo vai adquirindo uma feição de lembrança, até mesmo o presente. Consideramo-nos a nós mesmos como já passados”.

A memória tomada como experiência pode ser visualizada como uma forte resistência, uma “força de testemunho que impõe limites à tirania ou à ditadura das imagens e experiências coletivas” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 292). A experiência sempre fora comunicada aos jovens de forma concisa, com autoridade da velhice; de forma prolixa, com sua loquacidade; a experiência é reflexo da vivência, que influi no desenvolvimento e na formação dos indivíduos através da história da humanidade e da memória social que formarão as futuras gerações. Enquanto a informação oferece poucos espaços para a inserção do receptor, o idoso na narrativa é livre para interpretar sua história da maneira que quiser “e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação” (BENJAMIN, 1993, p. 202). É a partir da narração que a experiência é socializada, reelaborada e reintegrada à vida, combinando com outras experiências e verdades, que se constitui categoria e condição à significação da informação (PIERUCCINI; PERROTTI, 2010, p. 6).

De maneira conclusiva, deve-se estabelecer uma significativa luta em prol dos idosos e de sua história, sua lembrança, sua memória; tais lutas devem

resultar na ampliação do repertório de experiências humanas de diversos grupos e indivíduos, recuperando a função social do ancião que se encontra em crise neste acelerado sistema de produção capitalista do mundo contemporâneo. Além disso, discutir o papel da memória no processo de envelhecimento significa privilegiar a construção da identidade de ser velho e da sua reafirmação nos espaços sociais. A memória é um elemento identificado com sensibilidade, inscrita no campo da subjetividade, de permanência pura e simples que é constantemente renovada por novos sentidos e representações.

4 A memória como experiência: projetos culturais e a terceira idade

As propostas de projetos culturais desenvolvidos para o público da terceira idade nas bibliotecas em estudo serão analisadas com base nos seguintes critérios: a perspectiva de integração dos idosos e a valorização da memória, sempre buscando compreender o papel das bibliotecas na sociedade contemporânea. Também foram coletados dados a partir de entrevistas feitas pessoalmente ou por meio de correio eletrônico (e-mail), tanto com as bibliotecárias quanto com a professora envolvida em um dos projetos. Com esse material à disposição, o impacto das atividades culturais propostas ao público da melhor idade será estudado, verificando-se como se dá a relação desse público com a biblioteca.

Vale salientar que os projetos implementados nas bibliotecas geraram impactos e resultados positivos, sejam eles ligados à comunicação, ao acervo, ao espaço físico, à gestão, à disponibilização dos produtos e serviços, bem como à programação disponibilizada, dentre outros.

4.1 Projeto recordar é viver – Biblioteca Viriato Córrea

Em 2001, a coordenadora da biblioteca Viriato Corrêa – localizada no bairro da Vila Mariana, em São Paulo –, na época, a sra. Heloísa, convidou a assistente social aposentada, Raquel Biava, para formar, organizar e gerenciar um

grupo de terceira idade na biblioteca. Assim surgiu o projeto *Recordar é Viver*, o qual foi iniciado com 45 participantes e mantém sua existência até hoje².

O objetivo inicial do *Recordar é Viver* era atrair o público idoso para o espaço da biblioteca, algo não muito comum na época. A partir da sua idealização e implementação, houve um aumento significativo da frequência desse público no local. A ideia tomou grande relevância, pois a frequência anterior ao projeto era somente de jovens, estudantes que utilizavam a biblioteca para realização de trabalhos escolares ou para efetuar as leituras obrigatórias. Já a frequência do público diverso (crianças, adultos, idosos, deficientes) era demasiadamente pequena no ambiente

Com o passar do tempo, notou-se a afinidade do grupo com o novo projeto e principalmente com a biblioteca. A partir disso, pôde-se prolongar as atividades e o projeto passou a ser parte integrante das ações culturais propostas, refletindo também nos demais serviços prestados pela unidade.

O *Recordar é Viver* reúne pessoas a partir de 50 anos, porém foi possível constatar que o público de 60 anos ou mais é quem de fato participa das atividades. Os encontros são realizados às quintas-feiras, das 14 horas em diante. Sendo assim, é evidente que nenhuma outra atividade cultural deve coincidir com o horário dos encontros, favorecendo o grupo e também contribuindo para que os idosos possam participar das demais atividades promovidas pela biblioteca.

4.2 Estação memória – Biblioteca Alvaro Guerra

O projeto Estação Memória, desenvolvido na biblioteca Álvaro Guerra, nasceu em 1989, no contexto de uma pesquisa científica financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e realizada pelo professor doutor Edmir Perrotti. Por ser um projeto de pesquisa que se traduz em um dispositivo de mediação cultural intergeracional, o projeto foi sendo redefinido, tendo em vista a manutenção de seus princípios e objetivos, partindo de dinâmicas inerentes aos processos que visavam criar metodologias compati-

² A pesquisa foi realizada em 2014.

veis às suas finalidades. Assim, no ano de 1991, era denominado *Arquivo cultural para crianças e jovens* e, em 1993, passou a se chamar *Estação memória*, nomenclatura adotada até hoje por contemplar a ideia de plataforma de acolhimento e projeção dos sujeitos no universo da memória e da experiência, razão de ser da Estação. Nessa época, o projeto tomou maior relevância com a entrada na coordenação da professora doutora Ivete Pieruccini, que deu um enorme apoio na sua realização, caracterização e execução. Cabe citar que parte das informações históricas aqui relatadas foram disponibilizadas por ela.

No ano de 1997, o projeto foi posto em prática na biblioteca pública Álvaro Guerra, situada no Alto de Pinheiros, bairro nobre de São Paulo, onde funcionou, em parceria com a USP (Universidade de São Paulo), em ambiente especialmente criado para tal fim até 2008. Naquele ano, a Secretaria Municipal de Cultura desvinculou o *Estação memória* da biblioteca Álvaro Guerra, de sorte que o projeto retornou à ECA/USP (Escola de Comunicações e Artes), redefinindo seu modo de atuação, como a inclusão privilegiada do uso de tecnologias de informação e comunicação.

No início, o *Estação Memória* contava com colaboradores do Proesi (Programa Serviços de Informação em Educação) do CBD/ECA/USP³, os quais se reuniam primeiramente a cada 15 dias para uma sessão de discussão de textos. Esses encontros quinzenais contribuiriam para que o grupo pudesse melhor compreender o público com o qual estariam trabalhando. Para isso, estudavam autores relevantes sobre o assunto, como: Le Goff, Maurice Halbwachs, Paul Thompson, Ecléa Bosi, Walter Benjamin dentre tantos outros. Em seguida, partiram para a realização de entrevistas com os idosos, ouvindo suas experiências, suas histórias comoventes e alegres. As respostas foram tratadas, produzindo-se uma espécie de classificação para guardar corretamente as fitas e os objetos cedidos pelos idosos. A maioria das entrevistas foi realizada na biblioteca Álvaro Guerra. Contudo, mesmo após a desvinculação do Estação do espaço da biblioteca, parte do mobiliário e do acervo, como os depoimentos orais dos

3 Departamento de Biblioteconomia e Informação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

moradores do bairro e adjacências, permanece na biblioteca, lembrando que o projeto *Estação memória* possui cópias de todos os documentos e informações.

Hoje os encontros do *Estação memória* acontecem às quartas-feiras, na ECA, onde os idosos se reúnem para relembrar suas próprias memórias. “O grupo conta com idosos com idade que variam entre 80 e 90 anos; estes grupos que preenchem as salas para contar suas experiências fazem parte de uma iniciativa inédita realizada pela sociedade acadêmica” (PACHECO, 2013).

A partir da troca de experiências são elaborados álbuns biográficos, cujo conteúdo está ligado aos relatos de memórias que se transformam em instrumentos de aproximação com as gerações mais jovens. Essa aproximação acontece por meio de encontros em escolas ou entidades parceiras, que promovem atividades onde os idosos têm a oportunidade de contar suas histórias às crianças e aos jovens, possibilitando o contato com outras realidades e a oportunidade de um diálogo mais diversificado do que estão acostumados. Os idosos também podem interagir em outros espaços além das salas cedidas pela ECA; assim, eles fazem passeios, se reúnem em escolas ou entidades parceiras e, juntos, discutem o passado e seu presente. Atualmente, o grupo conta com aproximadamente 40 participantes, conforme informação da professora Ivete Pieruccini. É possível notar que a ideia iniciada como uma compilação de entrevistas tomou uma proporção impensada até mesmo pela equipe envolvida, pois os idealizadores não esperavam tamanha repercussão. Pieruccini acredita que a equipe do projeto atirou no que viu e acertou o que não viu.

4.3 Análise dos projetos

A coleta das informações obtidas durante as entrevistas possibilitou uma maior particularidade sobre os projetos desenvolvidos para o público idoso nas bibliotecas escolhidas para o estudo. Conforme conversa com as bibliotecárias e com a professora, percebe-se que houve uma discussão interna nas duas bibliotecas em estudo sobre as práticas culturais desenvolvidas, pois em ambas havia a preocupação com o bem-estar do segmento envolvido. Tanto nas entrevistas quanto ao conhecer os detalhes dos projetos, é notório o

cuidado na sua elaboração ao combinarem ideias, pensarem em todo o processo de criação, implantação e desenvolvimento das ações destinadas aos idosos. As propostas dessas bibliotecas públicas confirmam que as demais podem e devem enfrentar as novas realidades, respondendo às demandas sociais e culturais no desenvolvimento de serviços para integração e contribuição, para ressignificação de um espaço polivalente, onde os frequentadores encontrem a oportunidade de pensar, criar e recriar. Ademais, a ideia é que esse público não apenas consuma, mas produza informações. Isso faz parte do processo de democratização da informação e do conhecimento, favorecendo a construção de significativas experiências.

Com relação ao impacto que os projetos causaram no espaço e nas demais atividades da biblioteca, em ambas os resultados foram positivos, pois ocorreu uma abertura para o público-alvo, que pôde se integrar aos demais frequentadores, passando pelo processo de experimentação, com oportunidades de construir novas relações, e com a chance de explorar sua memória tornando-se protagonista de sua própria experiência. Além disso, nota-se que a relação desse público com as bibliotecas se estreitou de forma efetiva, pois muitos dos idosos que antes não utilizavam os serviços disponíveis nem participavam das atividades passaram a integrar o espaço e a compreenderem que todos têm seu lugar e que aquele espaço também é deles.

Neste ponto há que se rever a questão do diálogo, pois é a partir dele que ocorre a troca de informações e a contribuição para uma participação efetiva de todos os envolvidos nas atividades culturais propostas. Assim, a biblioteca e seus projetos passam a ser vistos como um canal solidificado de cultura e de ação cultural, que podem atuar para que o local seja mais que um espaço de leitura. Para isso, é preciso que se iniciem projetos em que a equipe envolvida esteja inteirada das necessidades reais de seus usuários. E ainda, como realizado nos projetos apresentados neste estudo, um ponto essencial é dar voz à comunidade pertencente à instituição, seja no processo de decisão e/ou de revisão de alguns pontos dos projetos; pois essa iniciativa faz com que todos possam decidir juntos diversas questões que possibilitam a transformação da instituição mas, sobretudo, de quem dela participa.

Conforme mencionado, partindo-se do pressuposto de que são bibliotecas públicas, não deve ocorrer a segregação dos segmentos existentes; lembrando que o trabalho com o idoso pode ser visto de forma mais positiva, afinal as bibliotecas mudaram e junto com elas mudaram também as concepções e os estudos sobre a cultura contemporânea. Consequentemente, os serviços e as atividades nelas disponíveis devem acompanhar todas essas transformações, além de buscar dinamizar culturalmente, com o intuito de atender as demandas exigidas por seus usuários potenciais.

5 Considerações finais

As análises e discussões desenvolvidas durante este trabalho levantaram diversas questões referentes às práticas culturais para idosos nas bibliotecas públicas de São Paulo. A princípio, a complexidade para realização deste estudo foi a falta de literatura na área, ainda muito pouco explorada. Além disso, durante o processo de identificação das bibliotecas e de seus projetos, foi possível perceber que as bibliotecas públicas, em sua maioria, não possuem atividades culturais para esse público. Mesmo assim, pudemos identificar e analisar dois projetos, cada qual com suas características, porém louváveis e elogiáveis. A partir das entrevistas, pudemos verificar a interação das bibliotecas em estudo com o idoso e conhecer a forma como apresentam seus projetos e oferecem outros produtos e serviços para esse público.

Pensar a questão do fenômeno do envelhecimento mundial já justifica o papel que as bibliotecas públicas deveriam prestar a esse público. Tendo em vista que as bibliotecas públicas de nosso país sofrem com limitações desde seu surgimento, seja na questão física, administrativa, política e principalmente orçamentária, ainda assim continuam sendo a porta de acesso ao conhecimento, o lugar de participação, educação e cultura. Contudo, mesmo que muitas atividades tenham suas limitações, sempre deve coexistir a qualidade em tudo o que é proposto, refletindo sobre as tendências atuais e especialmente atribuindo valor à preservação da memória e da humanidade. Novos projetos podem ser pensados e colocados em prática, pois a ação serve para a transformação social e

cultural e para a efetivação de uma sociedade democrática. Quando os desafios são aceitos e realizados em parcerias, em sua grande totalidade os resultados são positivos, mas, mesmo que não o sejam, servem para que se pensem em alternativas, na pretensão do acerto. Logo, quando outros desafios surgem, fica mais fácil enfrentá-los, saber com quem contar e em que focar.

Esta pesquisa possibilitou o desenvolvimento de um estudo inicial sobre o tema, com a produção de um breve diagnóstico da situação das bibliotecas paulistanas. Foi factível apresentar apenas duas bibliotecas que buscam ou buscaram formas efetivas para apresentar atividades enriquecedoras voltadas para os idosos. É interessante notar que a ação recupera uma cultura silenciada, que precisa ser mostrada e trabalhada. Ou seja, discutir a memória de forma pura e simples significa privilegiar a construção da identidade do idoso, reafirmando o seu papel perante a sociedade. A partir dessa perspectiva, devemos ter plena consciência de que a apropriação da informação e sua transformação em conhecimento é um ato cultural, além de possuir uma forte dimensão educativa e política. Dessa forma, as dinâmicas das culturas enriquecem o acervo coletivo de uma sociedade que se baseia no conhecimento, na convivência e na construção da cidadania.

A responsabilidade das bibliotecas de transformação humana, social e cultural dá a possibilidade de criar algo relevante e amplo, oferecendo a perspectiva de novas experiências, que perpassam qualquer detalhe. Cabe também às bibliotecas impulsionarem seus usuários, não aceitando que sejam inertes, para que cresçam e criem juntos, por meio da informação e do conhecimento.

É de grande relevância igualmente que as bibliotecas públicas realizem um trabalho de conscientização do público mais jovens, que frequenta o espaço, para que compreenda a importância do idoso dentro dessas instituições; que promovam a integração do jovem com o idoso e incentivem o diálogo e a participação das atividades propostas para a promoção da memória e da troca de experiências. Logo, o papel da biblioteca como condutora e formadora social e cultural está no ato de contribuir, por meio de ações, para o processo de democratização da informação, do conhecimento e das práticas sociais e culturais de uma sociedade transformadora.

Referências

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**: as relações com o Mundo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 340 p. v. 2.

BENJAMIN, W.. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 253 p.

BEZERRA, F. M. P. **A biblioteca pública, o utilizador idoso e as políticas de infoinclusão**. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Portugal, 2011. 318 p.

BIBLIOTECA MUNICIPAL ÁLVARO GUERRA. **Questionário sobre projeto Estação memória**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mariana.araujos@yahoo.com.br> em 26 set. 2014.

BIBLIOTECA MUNICIPAL VIRIATO CORRÊA. **Questionário sobre projeto Recordar é viver**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mariana.araujos@yahoo.com.br> em 14 set. 2014

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. 402 p.

FLUSSER, V. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, 1983.

GLOBO News. Número de idosos no Brasil equivale duas vezes a população de Portugal: [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/02/numero-de-idosos-no-brasil-equivale-duas-vezes-populacao-de-portugal.html>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

LE GOFF, J. Memória. In:_____. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. 419-476 p.

MANIFESTO IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

MILANESI, L. A.. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 107 p. (Coleção primeiros passos; 94).

PACHECO, D. Para o projeto Estação memória, sempre é tempo de lembrar. **Universidade de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 2013. Disponível em: <<http://www5.usp.br/34605/para-o-projeto-estacao-memoria-sempre-e-tempo-de-lembrar/>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

PIERUCCINI, I. **Estação memória: lembrar como projeto**. Contribuição ao estudo da mediação cultural. São Paulo, 1999. 197 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – ECA/USP, São Paulo, 1999.

_____. **Questionário sobre o projeto Estação memória** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mariana.araujos@yahoo.com.br> em 12 set. 2014.

PIERUCCINI, I.; PERROTTI, E. Memória, experiência e informação: a estação memória. **Enancib– (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação)**, Brasil, out. 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000010505/eaf371c21948680d6cbc19b0b73fc4b5>>. Data de acesso: 02 out. 2014.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS. **Biblioteca Álvaro Guerra**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/alvaroguerra/>. Acesso em: 26 out. 2014.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS. **Biblioteca Viriato Corrêa**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/viriatorcorrea/> Acesso em: 26 out. 2014.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs. Memória coletiva e experiência. **Psicologia USP: Memória**, v. 4, n. 1/2, 1993, p. 285-298.

SILVEIRA, F. J. N. da.; REIS, A. S. dos. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação e Sociedade**, João Pessoa; v. 21, n. 1, p. 37-54, jan./abr. 2011.

Acervo musical: desafios na organização e representação de partituras¹

Daniela de Oliveira Correia

1 Introdução

Organizar, tratar, recuperar e disseminar informação e conhecimento são as principais atividades da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, tendo como objetivo atender às necessidades e demandas de usuários em distintas realidades. Nesse contexto, a catalogação se desenvolve como uma das principais funções nessas áreas do saber. A catalogação é o processo pelo qual os bibliotecários criam registros para representar um item, ou conjunto de informações, tornando-o único num determinado acervo, tendo em vista sua recuperação e o acesso de forma objetiva e simples, o que se dá através do catálogo.

A área vem atravessando uma grande evolução em vários âmbitos, mas, em contrapartida, existem itens que têm sua forma de representação descuidadas, como é o caso dos documentos musicais impressos – as partituras –, objeto estudado nesta pesquisa. Buscou-se, aqui, responder à seguinte pergunta: a organização e representação de partituras podem ser consideradas desafios para os profissionais da informação?

Entende-se que o tratamento e a organização de partituras englobam uma série de conhecimentos específicos em Música, os quais requerem do profissional uma instrução prévia, de modo a compreender todos os campos necessários para sua busca e recuperação, tanto por usuários entendedores como leigos, visto que essas ações de representação e recuperação devem ser convergentes.

Nos diversos acervos musicais do Brasil, e tratando-se especificamente do recorte feito para esta pesquisa, ou seja, a cidade de São Paulo, o que se pôde

¹ Artigo resultado do trabalho de conclusão de curso defendido em 2017 sob a orientação da Prof^a. Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli.

verificar é a falta de um efetivo tratamento da informação musical. Não há uma sistematização desse processo e, tampouco, a execução padronizada das regras para o desenvolvimento de um trabalho especializado, em particular, das partituras, conforme análise realizada.

Trabalhar por um tratamento das informações contidas nas partituras, considerarem-se suas particularidades e a capacitação especializada dos profissionais bibliotecários para desenvolver esse processo, que reflete diretamente nas buscas realizadas pelos usuários dessa tipologia de informação, é considerado um desafio, hipótese que foi analisada e refletida no decorrer da pesquisa.

De forma pormenorizada, este estudo apresenta a seguinte estrutura:

Uma breve descrição das especificidades existentes nas partituras, que refletem em sua organização e representação; a conceituação de catalogação e apresentação dos principais instrumentos utilizados nessa prática, tendo sido selecionados os seguintes: o AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano, sigla em inglês), a RDA (Recursos: Descrição e Acesso) e o modelo conceitual FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, sigla em inglês); uma sucinta contextualização das instituições analisadas, o arquivo musical da Osesp (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo), a biblioteca da ECA-USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo) e a experiência da autora no acervo musical do Instituto Baccarelli, após observar e coletar dados em seus respectivos documentos por meio de uma pesquisa de campo, que culminou na identificação dos desafios desse processo pelos profissionais; a análise dos dados levantados, com algumas considerações que dialogam com autores por visualizar em suas obras elementos que arraigam a proposta; e as considerações finais, com reflexões sobre o estudo, possíveis novas hipóteses e linhas de pesquisa para trabalhos futuros, assim como um panorama sobre o tema, possibilitando torná-lo mais explícito.

2 Metodologia e fundamentação teórica

A pesquisa assumiu uma abordagem qualitativa, pois de acordo com Fonseca (2002, p. 20), “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, o que representa a linha selecionada.

Para Gil (2002, p. 162), “nesta parte, descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa”.

Nesse contexto, delimita-se a pesquisa como exploratório-descritiva tendo em vista que, enquanto exploratória, se dedicou em ter uma maior familiaridade com o problema em questão e buscou-se torná-lo mais explícito (GIL, 2002, p. 41), por considerar a organização e a representação de partituras musicais um campo a ser analisado e levado a conhecimento entre os bibliotecários e demais funcionários na área.

Na parte descritiva, por ter “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42), é elemento integrante desta pesquisa que, em uma parte, objetivou descrever e analisar o trabalho realizado com relação à catalogação e à recuperação de partituras por instituições musicais referências na cidade de São Paulo, sendo elas: a Osesp, no âmbito de seu arquivo musical de partituras; e a ECA-USP, especificamente a biblioteca que compreende, entre outros, documentos musicais, em sua maioria partituras; e ainda contou com a experiência da autora do estudo frente ao acervo musical do Instituto Baccarelli.

Como técnica, foi utilizada a entrevista não diretiva com a elaboração de um questionário semiestruturado (que consta no Apêndice A), pelo qual se buscou traçar uma linha lógica entre o profissional, o trabalho desenvolvido, as questões sobre o tratamento das partituras e o público atendido.

As entrevistas, portanto, compuseram a pesquisa de campo, base principal para o desenvolvimento do estudo, por permitir um contato com a realidade da organização e representação de partituras pelos profissionais que estão efetivamente lidando com esses processos.

Foram selecionados dois profissionais arquivistas representantes do arquivo musical da Osesp: Heron Silva, o arquivista mais antigo em exercício, e Antônio Carlos Neves Pinto, chefe do Centro de Documentação Musical (CDM), por sua visão abrangente sobre os fatos históricos e atuais do arquivo musical; além de três profissionais bibliotecárias representantes da biblioteca da ECA-USP,

todas constituintes das referências do presente estudo por compartilharem os relatos sobre o trabalho de tratamento de partituras, mesmo que não estejam à frente desse trabalho atualmente, sendo elas: Analúcia dos Santos Viviani Recine, Marina Macambyra e a Sarah Lorenzon Ferreira.

O referencial teórico da pesquisa teve como alicerce a realização, num primeiro momento, de um levantamento bibliográfico, realizado entre agosto de 2016 e outubro de 2017. Com relação às fontes de informação, foram utilizadas: as bases de dados online; os repositórios digitais de eventos; os documentos de órgãos e federações; bibliotecas; acervo musical e o acervo pessoal da autora do estudo.

3 Especificidades das partituras

A Música, em sua essência, sempre foi um artigo consumido e apreciado por parcelas distintas de pessoas. Desde a Antiguidade e até antes, têm-se registros das formas mais diversas de manifestações e gêneros musicais sendo executados em apresentações nos grandes palácios, nos rituais religiosos ou nas festas populares, o que demonstra a possibilidade de uma manifestação cultural de uma arte democrática. É classificada como um privilégio dos homens, por exemplo, por qualificar como canto o grito dos pássaros, ou ainda chamar de melodias o ruído de fontes ou dos ventos, ou seja, o que é denominado de “som musical” é uma atribuição humana (CANDÉ, 2001, p. 44).

Serão apresentados a seguir alguns elementos que propiciam um panorama sobre o histórico da Música Ocidental por meio de sua representação física, isto é, a notação musical, que são as partituras.

A notação musical, segundo o Dicionário Grove de Música, é definida como “um equivalente visual do som musical que se pretende, um registro do som ouvido ou imaginado ou um conjunto de instruções visuais para intérpretes” (DICIONÁRIO..., 1994, p. 656), ou seja, é um sistema de escrita com símbolos e regras, as notas e demais elementos musicais, a serem interpretados e executados. Em outras palavras, é o registro da música através de um código que o compositor utiliza para ser codificado pelo intérprete, no caso, o músico.

Conforme essa definição, considera-se as partituras como o documento em que a notação é inscrita, o suporte constituído por diversos símbolos que, unidos e codificados, formam a notação musical. Para um melhor entendimento, serão apresentadas a definição e a diferenciação dos conceitos de ‘partitura’ e ‘parte’, além da explicação dos principais símbolos e termos da linguagem musical que são essenciais para a leitura de uma partitura pelo ponto de vista do tratamento da informação, em particular, da representação descritiva.

3.1 Tipos de partituras e linguagem musical

Partitura, segundo o Dicionário Grove, é definida como:

Forma de música escrita ou impressa em que pentagramas são normalmente ligados por barras de compasso alinhadas na vertical, de maneira a representar visualmente a coordenação musical. O termo, de origem italiana (*partire* significa “dividir”), alude à distribuição das diversas partes vocais e/ou instrumentais em diversos pentagramas (ou pautas) (1994, p. 702).

De acordo com esse conceito, partitura, em um entendimento específico, é o documento que reúne todos os instrumentos/vozes que compõem uma determinada obra.

Conforme indicado, segue-se o conceito de ‘parte’ como sendo: “o volume que contém somente a linha de um instrumento, mas esse instrumento é parte de um grupo onde vários outros instrumentos deverão executar juntos, cada um a sua parte, para que a somatória destes seja o resultado musical pretendido pelo compositor” (MATOS, 2007, p. 23).

Com relação aos tipos de partituras, além da principal distinção já ter sido mencionada (entre partitura e parte), há alguns formatos que são importantes ter conhecimento como: Partitura ou Grade; Parte, Parte de execução ou Parte cavada; Partitura de regência; Partitura de bolso, Miniatura ou Partitura de estudo; Partitura condensada; Partitura de coro; Partitura completa; Redução; Redução para piano ou Partitura de canto e piano; Orquestração e Partitura vocal.

De um modo geral, mesmo com a diferenciação existente entre os tipos de partituras, os documentos musicais são todos chamados de partituras e, quando se faz necessário, é nomeada sua tipologia.

Para que sejam compreendidos os principais elementos que compõem as partituras, seguem, na figura 1, algumas indicações na parte de primeiro violino da Toada, segundo movimento da Suíte Sinfônica Minas Gerais, do compositor Silvio Baccarelli, com os elementos constituintes das partituras em destaque:

Figura 1 - Principais elementos musicais indicados na parte

Violino I - Instrumento (parte) | Título Suite Sinfônica "Minas Gerais" II - Toada | Compositor -> Silvio Baccarelli 1957, Ano

Andamento -> Calmo e expressivo $\text{♩} = 72$ - Tempo do Andamento

Clave de Sol

Fórmula de Compasso

pp

Ligadura

114

122

Pausa de Semicócheia (A)

rit.

a tempo

p - Dinâmica (piano)

Número de compasso

f - Dinâmica (forte)

129

136

Dobrado Sustenido

ritardando molto

(B) Poco più mosso $\text{♩} = 100$ - Andamento

Barra dupla Simples

142

Pausa de Semicócheia

Sustenido

147

Bemol

f

allargando

a tempo

152

Pausa de Semibreve

(C) Meno affettuoso $\text{♩} = 80$

Dinâmica Crescendo

Dinâmica Decrescendo

Pausa de Colcheia

pp *apaciguado*

157

Bemol

rit.

Andamento -> animando pouco a pouco

dim

Barra de Finalização

Fonte: Elaboração própria, com base na parte do Acervo Musical do Instituto Baccarelli.

A apresentação dos elementos na figura 1 objetivou, como mencionado, indicar os principais componentes de uma partitura para que os profissionais responsáveis pelo tratamento tenham ciência da diferenciação existente, sobretudo, porque isso faz parte da representação descritiva, objeto deste estudo.

A escolha da partitura apresentada (que compõe todas as exemplificações do estudo) se deu de forma assertiva pelo fato de o compositor e maestro, Silvio Baccarelli, representar para esta autora sua inserção na música há 21 anos, muito antes, portanto, da opção pelo curso de Biblioteconomia. O anexo A deste estudo traz a primeira página da partitura de regência (ou grade).

Os instrumentos musicais são divididos de acordo com suas famílias que, em suma, dizem respeito à forma que são tocados e sua construção. São elas: Cordas: Violino, Viola, Violoncelo, Contrabaixo e Harpa; Sopros de madeira: Flauta, Piccolo, Oboé, Corne Inglês, Clarinete, Requinta, Clarone, Fagote e Contrafagote; Sopros de metais: Trompa, Trompete, Trombone e Tuba; Percussão: Tímpanos, Caixa, Bombo, Pratos, Triângulo, Xilofone, Marimba, etc.; Teclados: Piano, Órgão, Cravo.

Existem muitos outros instrumentos, mas aqui se optou pelos que constituem uma orquestra sinfônica, além disso, são os mais utilizados na descrição das orquestrações (que podem conter tanto instrumentos como vozes e coros), aparecendo nas obras musicais, no campo denominado Meio de Expressão (que será melhor detalhado). Aliás, esse campo é de grande importância para a representação de partituras por ser uma de suas principais formas de busca e caracterização.

É sabido que um estudo com maior grau de especificação se faz necessário, no entanto, a explanação apresentada é basilar para o processo em questão e tem o intuito de expandir o um conhecimento que se tem sobre partituras e suas especificidades.

4 Catalogação: conceitos, apresentação dos principais instrumentos e o tratamento da informação musical

Compreender a história da catalogação, mesmo que de forma breve, dá suporte a esta pesquisa, pois é a base para as análises posteriores relacionadas à organização e representação da informação, neste caso, particularmente das partituras, e norteará as discussões em torno dos desafios a se enfrentar em busca do principal

objetivo de todo o processo: atender às demandas dos usuários ou, segundo Mey (1995, p. 1), uma reflexão pertinente sobre o porquê do fazer biblioteconômico.

Nesse sentido, a maneira que os bibliotecários encontraram para satisfazer as necessidades informacionais dos usuários, sem que estes tenham que procurar exaustivamente em cada unidade do acervo, é elaborar representações para os itens disponíveis, tornando a busca mais simples (MEY, 1995, p. 1). É nesse contexto que a catalogação se faz presente como o principal instrumento de representação dos itens em um acervo, para sua guarda, busca, recuperação e acesso.

As professoras e pesquisadoras Mey e Silveira definem catalogação como sendo:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários (2009, p.7).

A catalogação compreende três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização. Esse procedimento pode ser identificado como a construção de um meio que viabiliza a comunicação entre o usuário e o documento, porém, para que isso aconteça, Mey (1995, p. 7) aponta alguns critérios que não podem faltar na representação descritiva, tais como: “integridade, clareza, precisão, lógica e consistência”.

De forma padronizada, esse processo pode gerar o registro de qualquer item e organizá-lo de maneira estruturada, em uma base de dados ou em um catálogo. Este, ainda segundo Mey:

... é um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens codificadas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-os sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças aos usuários desses acervos (1995, p. 7).

O catálogo se configura, desse modo, em um instrumento importante e o principal canal de comunicação entre o item e o usuário.

A catalogação, portanto, é o processo para representar um item, ou conjunto de informações, ao fazer uma descrição dos dados relacionados aos recursos bibliográficos, que geram uma representação única, para que assim não exista duplicidade ou dúvida do usuário na hora de localizar o item desejado, facilitando sua busca.

Sob essa perspectiva, Silva (2006) afirma que:

Em suma, ao elaborar a representação de um objeto, descrever seu conteúdo e torná-lo recuperável com vista ao uso, se constrói um meio de comunicação. Comunicação pela qual o usuário é informado sobre os materiais disponíveis na biblioteca, e pode manifestar o seu desejo de obtê-los.

Desse modo, um sistema de informação deve compreender a mediação da comunicação entre as demandas informacionais dos usuários e os documentos existentes no acervo. É nesse processo de comunicação que se estabelece a importância do trabalho desenvolvido pelo bibliotecário, em especial o catalogador, ao possibilitar com isso a disseminação das informações, independentemente de seu suporte e da tecnologia que será utilizada (analógica, automatizada ou a própria web).

Torna-se evidente, com isso, que o profissional da informação tem o papel de selecionar e decidir o que é necessário para representar o que se pretende descrever, de modo a abranger sua recuperação, sendo esse processo embasado em decisões que tenham os objetivos do sistema de informação e o conhecimento de seus usuários como principais fatores em sua construção organizacional.

Para Caldas (2007, p. 18), a catalogação deve ser vista como “representação do item, não se tratando apenas de um trabalho mecânico”, o que demonstra a habilidade necessária pelo catalogador para desenvolver essa atividade. Antes visto como apenas um trabalho técnico, a função de catalogador vem ampliando seu alcance por exigir especificação e detalhamento e, conseqüentemente, um conhecimento do item descrito.

A seguir, apresentam-se as ferramentas biblioteconômicas selecionadas, AACR2, RDA e seu modelo conceitual, FRBR, para demonstrar como se dá a catalogação de partituras tendo-os como base:

4.1 Regras do AACR2 para descrição de partituras

Foi com base na Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, conhecida como Conferência de Paris, ocorrida em 1961 e que reuniu profissionais de 53 países, que publicaram o AACR (Código de Catalogação Anglo-Americano,

sigla em inglês), o qual, após várias revisões, se firmou em 2002 como o AACR2, tornando-se um instrumento indispensável para o catalogador, pois engloba todos os itens de um acervo, incluindo as partituras (CASTRO, 2013, p. 28-29).

As regras para a descrição de documentos musicais impressos (as partituras) no AACR2, estão localizadas no capítulo 5, mais utilizado para descrição dos elementos das partituras (somente para música publicada – que será detalhado neste tópico); no entanto, ainda se pode utilizar o capítulo 9, que se destina às partituras eletrônicas, e o capítulo 4, para as partituras manuscritas.

O capítulo 5, destinado apenas à música impressa, traz a seguinte descrição sobre as regras e os demais capítulos do AACR2:

[...] dizem respeito à descrição de música publicada. Não abrangem detalhadamente manuscritos ou outro tipo de música não publicada, embora o emprego de um termo acrescentado à descrição física (veja 5.5B) e a aplicação das determinações específicas do capítulo 4 possam fornecer uma descrição suficientemente detalhada para o catálogo de uma biblioteca geral. Para a descrição de música gravada, veja o capítulo 6. Para reproduções de obras musicais em microforma, veja o capítulo 11. (CÓDIGO..., 2004, p. 5).

Ao final desse tópico, além das reflexões suscitadas, há um apanhado geral sobre os instrumentos de catalogação apresentados, além da representação descritiva de uma partitura, segundo os campos que sistematizam um modelo ideal a ser utilizado.

4.2 Recursos: Descrição e Acesso (RDA) e o modelo conceitual de Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR)

Com base nos avanços tecnológicos e nas transformações dos meios de comunicações, mudanças nos instrumentos de descrição se fizeram necessárias (por considerar a automação dos sistemas das unidades de informação, por exemplo) e, ao se observar o modelo mais empregado, o AACR2 (que foi concebido tendo em vista o contexto analógico), vê-se que no âmbito digital suas regras e formato rígidos não conseguem contemplar os diversos novos recursos informacionais, mesmo tendo sido constituído para englobar a todos os suportes.

É nesse cenário que o comitê internacional, o *Joint Steering Committee* (JSC), que gera as revisões do AACR, ao perceber que o código vigente não era compatível com a realidade digital e tecnológica, lança uma iniciativa, com apoio da IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, sigla em inglês), para desenvolver uma nova ferramenta em substituição ao AACR2 (SILVA, 2017).

O projeto, conhecido no início como AACR3, teve reflexo dos principais atributos necessários para seu desenvolvimento e foi nomeado como *Resource Description and Access*, ou Recursos: Descrição e Acesso (RDA). Então, em 2010, surge a RDA, desenvolvida para abarcar também a catalogação de documentos em meio digital, com um formato menos rígido, uma aplicação com maior amplitude e com o foco voltado para as demandas informacionais desse novo usuário, acompanhando as transformações que sua comunidade necessita.

A RDA pode ser utilizada para descrever qualquer tipo de recurso, inclusive as partituras (assim como já se propunha o AACR2). Salienta-se que não se trata de um esquema de metadados, mas de um padrão normativo que pode ser compreendido considerando seus modelos conceituais: FRBR e FRAD, devendo o primeiro ter maior particularidade na presente pesquisa.

De acordo com Silva (2017), a RDA:

[...] é compatível com princípios, modelos de relacionamentos, padrões de metadados e protocolos de interoperabilidade estabelecidos internacionalmente. Neste sentido, a RDA é compatível com uma variedade de esquemas de metadados descritivos, tais como: MODS (*Metadata Object Description Standard*), Dublin Core, ONIX e MARC Format).

Desse modo, deve-se observar que a RDA não é apenas um padrão de descrição bibliográfico, mas um padrão para conteúdos e mídias e os trabalha de forma integrada, para que os usuários possam ter acesso e recuperar a maior quantidade de informações em suas pesquisas. Isso é possível por utilizar como base os conceitos do *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR).

A abordagem adotada pelos FRBRs (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, sigla em inglês) analisa e estrutura a representação do documento de maneira centrada no usuário. Esse novo conceito trabalha as entidades mais complexas de serem representadas de forma mais simples e com

um maior entendimento. A contribuição trazida por Pacheco apresenta a complexidade do tratamento das partituras, quando diz que:

Os documentos musicais oferecem grandes desafios para a representação bibliográfica e para a organização em sistemas de recuperação da informação. Enquanto unidade documentária, a notação musical tem características de um documento gráfico e de um documento de texto, tornando complexo o tratamento da informação musical (2012, p. 9).

Nesse sentido, os FRBRs, com suas formas de analisar um item, se apresentam como um instrumento com maiores possibilidades de englobar e auxiliar na representação das informações das partituras. Ele tem por objetivo principal atender às necessidades dos usuários finais. É um modelo de dados que indica a criação de conceitos bibliográficos (“obra”, “expressão”, “manifestação” e “item”) e inovações nos relacionamentos entre as entidades bibliográficas (IFLA, 2009).

Enquanto modelo conceitual, o FRBR não dispensa a utilização de outras ferramentas, pois não se destina à descrição.

Para evidenciar essa estrutura, o Quadro 1 mostra a aplicação do modelo conceitual na partitura Suíte Sinfônica Minas Gerais:

Quadro 1 - Aplicação do modelo conceitual FRBR na obra Suíte Sinfônica Minas Gerais

| Entidades do Grupo 1 | Aplicação na Partitura | | |
|--|--|--|----------------------|
| OBRA (É realizada através da Expressão) | Suíte Sinfônica Minas Gerais | | |
| EXPRESSÃO (Está contida na Manifestação) | Partitura Completa (Grade + Partes) | | Gravação de Áudio |
| MANIFESTAÇÃO (É exemplificada pelo Item) | Formato Impresso: PAPEL | Formato Eletrônico: PDF | Compact Disc (CD) |
| ITEM | Grade e Partes Separadamente (cada partitura física dos itens constituintes da obra) | Grade e Partes Separadamente (cada arquivo eletrônico dos itens constituintes da obra) | Unidade de CD Física |

Fonte: Elaboração própria, com base em Moreno (2006, p. 40).

Ressalta-se que a IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, sigla em inglês) está atualizando o FRBR e demais modelos conceituais em um projeto denominado: *IFLA Library Reference Model* (IFLA LRM). Essa atualização, ou evolução do modelo com base na estrutura de relacionamento entre entidades, é considerada como “a consolidação dos modelos conceituais IFLA desenvolvidos separadamente: FRBR, FRAD, e os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD)” (IFLA, 2017).

A RDA ainda não tem tradução para o português, apesar de algumas iniciativas isoladas, mesmo após uma década de sua implementação, o que deixa o Brasil ainda mais atrasado com relação ao desenvolvimento da catalogação. É uma ferramenta paga, com seu preço estabelecido em dólar, e, com os avanços tecnológicos constantes, suas revisões obedecem ao mesmo modelo, o que exige do sistema de informação que a utiliza uma capacitação contínua de toda a comunidade, tanto dos profissionais como usuários (SILVA, 2017). Em 2017, a Febab (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) deu início à organização de uma equipe com vistas a abrir as tratativas da tradução da RDA para o português.

4.3 Reflexões sobre o tratamento da informação musical

Antes de algumas considerações sobre as ferramentas apresentadas, segue o Quadro 2 com os elementos que descrevem uma partitura em sua completude, conforme aplicação feita na Suíte Sinfônica Minas Gerais.

Quadro 2 – Campos para descrição de partituras

| Campos | Elementos | Descrição | Aplicação na Partitura |
|----------|--|--|--|
| Campo 1 | NÚMERO DO TOMBO | Numeração de entrada e permanente dos títulos (para localização no acervo). | 00001 |
| Campo 2 | TÍTULO | Conter todos os elementos constantes na partitura como: Nome / Forma / Número da composição / Opus / Número do catálogo / Tonalidade / Nome por qual é conhecida . Deve estar em português e como está na partitura (independente da língua). Aqui têm-se as questões de Título Original, Uniforme e os demais. | Suite Sinfônica Minas Gerais |
| Campo 3 | COMPOSITOR | Nome normalizado (Sobrenome, Nome), demais formas do nome com data de nascimento e falecimento. Utilizar as remissivas. | Silvio Baccarelli |
| Campo 4 | AUTORIA SECUNDÁRIA | Indicação de arranjadores, letristas, adaptadores... | |
| Campo 5 | MEIO DE EXPRESSÃO/EXECUÇÃO | Instrumento (s) e/ou Voz (es) que compõem a obra | Orquestra Sinfônica |
| Campo 6 | ORQUESTRAÇÃO | Relação de cada instrumento (s), Voz (es) que constam na obra. | Madeiras: 1 Piccolo, 2 Flautas, 2 Oboés, 1 Corne Inglês, 2 Clarinetes, 1 Clarone, 2 Fagotes, 1 Contrafagote / Metals: 4 Trompas, 2 Trompetes, 2 Trombones, 1 Tuba / Percussões: Tímpanos, Pratos / 1 Harpa e Cordas |
| Campo 7 | DIVISÃO DA MÚSICA (Movimentos/Variações) | Descrever os movimentos/variações que a obra se divide. | Contém 3 Movimentos: I- Alla Pastorale II- Toada III- Dança Cabocla |
| Campo 8 | EDIÇÃO | Editora de publicação. | Baccarelli Interartes |
| Campo 9 | LOCAL | De publicação. | São Paulo |
| Campo 10 | DESCRIÇÃO FÍSICA | Dimensões da partitura. | 59 páginas, 29x42 cm |
| Campo 11 | FORMATO | Tipos de suportes como: impresso ou em PDF | Impresso e PDF |
| Campo 12 | PAÍS DO COMPOSITOR | Nacionalidade do compositor. | Brasil |
| Campo 13 | GÊNERO/FORMA | Estrutura, formato da música. | Suite Orquestral |
| Campo 14 | ASSUNTO | Temática principal da composição. | Regionalismo |
| Campo 15 | MINUTAGEM | Tempo de execução (total por movimentos/variações caso haja). | 23 minutos (completa) I- Alla Pastorale : 6 minutos II- Toada : 8 minutos III- Dança Cabocla : 9 minutos |
| Campo 16 | PERÍODO | Período histórico em que a música foi composta e pertence. | Contemporâneo |
| Campo 17 | ARRANJOS/ TRANSCRIÇÕES | Outras informações possíveis ou tonalidades que esta composição pode ser encontrada (registros vinculados). | Redução para Piano |
| Campo 18 | LÍNGUA DO TEXTO | Idioma que figura nas indicações textuais constantes na partitura. | Português e Italiano |
| Campo 19 | TIPO DE PARTITURA | Distinção entre os formatos que as partituras podem se apresentar com relação a sua tipologia. | Partitura Completa (Partitura de Regência + Partes da Orquestra) |
| Campo 20 | MARCAÇÕES/AUTORIA | Indicar se a partitura contém marcações como arcadas de instrumentos de cordas ou observações interpretativas de regentes..., com a autoria relacionada. | Interpretações do maestro Silvio Baccarelli e arcos da Orquestra Sinfônica Heliópolis |
| Campo 21 | VISUALIZAR 1ª PÁGINA | Exibir a primeira página da partitura descrita. | Link para o arquivo em PDF com a primeira página |
| Campo 22 | STATUS | Se a partitura é original ou uma cópia. | Original |
| Campo 23 | CONDIÇÃO DO MATERIAL | Como se encontra a preservação do material. Classificar como: Bom, Regular ou Inadequado ao uso. | Bom |
| Campo 24 | PROCEDÊNCIA | Forma que a partitura foi adquirida: compra, doação ou empréstimo. | Impressão Própria |
| Campo 25 | NOTAS | Quando, onde e por quem (grupo, regente, artista), foi executada. Quantidade de exemplares da partitura descrita e as partes vinculadas com suas respectivas quantidades (quando houver). Demais notas consideradas pertinentes ao registro. | Regida pelo Maestro Silvio Baccarelli junto à Orquestra Sinfônica Heliópolis no Teatro Sérgio Cardoso - SP no ano de 2005 Partitura Descrita: 2 exemplares Partes: Piccolo (1), Flautas: 1 (1) 2 (1), Oboés: 1 (1) 2 (1), Corne Inglês (1), Clarinetes: 1 (1) 2 (1), Clarone (1), Fagotes: 1 (1) 2 (1), Contrafagote (1) / Trompas: 1 (1) 2 (1) 3 (1) 4(1), Trompetes: 1 (1) 2 (1), Trombones: 1 (1) 2 (1), Tuba (1) / Tímpanos (1), Pratos (1) / Harpa (1) / Violinos I (8), Violinos II (7), Violas (6), Violoncelos (7) e Contrabaixos (5) |

Fonte: Elaboração própria.

A escolha dos campos se deu com o objetivo de englobar o máximo de informações que possam ser pesquisadas e úteis em um acervo musical, seja de uma biblioteca ou de uma instituição que dê suporte direto para grupos orquestrais e vocais; além disso, foi feita de acordo com as pesquisas realizadas e a experiência da autora desta pesquisa, tanto à frente de um acervo quanto como usuária de música.

Postas essas contribuições, segue uma reflexão sobre os instrumentos de catalogação expostos. De acordo com o que se apresentou sobre o AACR2, percebe-se que a regras não evoluíram em completude com os avanços tecnológicos. É muito forte a questão da descrição bibliográfica de livros, teses, dissertações e periódicos, como os principais itens representados em dissonância com outras tipologias documentais, mesmo que estas estejam previstas no código, como no caso das partituras.

Reforça-se ainda que o AACR2, apesar de prever a descrição de itens diversos, foi elaborado para um ambiente analógico e não contempla todos os campos de forma integral, como observado nas partituras, item especialmente analisado. Já a RDA tem como grande impedimento o fato de não ser traduzida para o português e a questão da dificuldade financeira, que é a realidade de muitas unidades de informação, barrando um desenvolvimento em determinadas áreas, como seria o caso da catalogação.

Apesar das dificuldades na disseminação de seu uso, é possível observar a evolução da RDA em comparação ao AACR2, no modelo mais flexível e com foco voltado ao usuário e seu acesso à informação. A utilização desse modelo conceitual de base, o FRBR, com sua rede de relacionamentos, se configura como um dos pontos positivos que mais agregaram para a representação e recuperação documental. Essa afirmação se dá observando seu conceito de forma ampla, em que as buscas são enriquecidas por recuperarem não somente o item pesquisado, mas tudo o que se relaciona e ele, ou seja, o usuário é colocado como o cerne da catalogação.

5 Um olhar biblioteconômico: análise dos trabalhos desenvolvidos em instituições referências na cidade de São Paulo

O escopo deste capítulo é contextualizar as instituições selecionadas para este estudo, quais sejam: Osesp, biblioteca da ECA-USP e o Instituto Baccarelli, além de expor os resultados da coleta de dados em seus documentos, realizada por meio de uma pesquisa de campo, durante a qual foram feitas entrevistas com um questionário semiestruturado, dando ênfase no tratamento das partituras com vistas na sua busca, recuperação e no acesso.

5.1 Arquivo musical da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp)

O arquivo musical da Osesp, onde as partituras são organizadas e armazenadas, faz parte de um dos órgãos de difusão da Osesp, o Centro de Documentação Musical (CDM), assim como a Editora e a Mediateca da instituição.

Para interpretar os dados que refletissem a realidade da organização e da representação de partituras da Osesp, foram selecionadas e descritas as principais características do universo da pesquisa e transcritas as respostas das entrevistas feitas com o arquivista, Heron Silva, e com o chefe do CDM, Antônio Carlos Neves Pinto. Há que se notar que ambos são músicos, com aprofundada formação, e mesmo recebendo o título de arquivistas, isso se dá puramente por desempenharem suas funções no departamento nomeado como arquivo, mas nenhum deles têm formação nessa área específica, bem como em Biblioteconomia.

O trabalho dos arquivistas, em suma, é atender aos músicos em geral, no que se refere a pedidos de partituras para estudos. Fazem, no entanto, trabalhos de editoração, redução de obras, análise e adaptação das peças (como contagem de compassos, marcação de arcos etc.) e cuidam também da parte de captação dos áudios dos ensaios e concertos. Com relação à inserção das partituras no sistema,

fazem isso seguindo o modelo que consta em uma planilha de Excel (formatada desde o início do CDM), elaborado pela bibliotecária Tamiko Shimizu, que trabalhou muitos anos na Osesp e outros tantos no Centro Cultural de São Paulo.

As partituras são tombadas logo na sua chegada, todas adquiridas por compra, e o número é dado para o título; sendo assim, partituras com nome igual, mas de edições diferentes, recebem o mesmo número de tomo e ficam na mesma pasta, apenas separadas em envelopes. Essa é a única organização que os arquivistas seguem, pois não dispõem de outro tipo de ferramenta, muito menos biblioteconômica. Aliás, porque não há um bibliotecário atuando no arquivo efetivamente, ou melhor, há o profissional, mas na Mediateca, sem que desenvolva um trabalho efetivo com a organização das partituras, é que seguem o padrão relatado.

Ficou evidente que os profissionais entrevistados não conseguem conceber que o bibliotecário assuma um arquivo musical nos moldes da Osesp, que atenda a grandes orquestras e demais corpos artísticos, sem que tenha uma formação musical efetiva.

Em um ponto da entrevista com o Antônio Carlos Neves Pinto, enquanto relatava sobre a seriedade do trabalho que realizam, sobre seu consequente prestígio e sobre as parcerias que o CDM estabeleceu, mencionou que fazem parte de uma associação internacional de arquivistas de grandes orquestras (denominação em suas palavras), chamada *Major Orchestra Librarians Association* ou Associação de Bibliotecários das Maiores Orquestras (Mola). Só pela nomenclatura, é nítido quais profissionais fazem parte dessa associação, em se tratando das instituições internacionais, o que demonstra o reconhecimento e a inserção do bibliotecário enquanto agente dos trabalhos desenvolvidos nos arquivos das grandes orquestras, no âmbito do tratamento das partituras.

Registra-se, ainda, que a Mola é representada pela *Music Library Association* ou Associação de Bibliotecas de Música (MLA), que é também uma das “agências bibliográficas responsáveis pelo desenvolvimento da RDA” (SILVA, 2017).

5.2 Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)

A biblioteca da ECA-USP foi criada junto com a Escola de Comunicações e Artes e atua de forma independente desde 1973 (porque no início era vinculada à Biblioteca Central da USP e depois ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação), embora tenha sido inaugurada oficialmente em 1970. Como missão, visa promover o acesso, o incentivo do uso e a produção da informação em consonância com a excelência do ensino da ECA. Com relação às pesquisas no catálogo, a biblioteca está integrada ao Sistema de Bibliotecas da USP, o SIBiUSP, que utiliza o portal Dédalus (Banco de Dados Bibliográficos da USP) e tem outras bases de dados específicas (ECA, 2017).

Sobre a organização das partituras, sabe-se que os profissionais iniciaram a organização do acervo de partituras da ECA-USP na década de 1970, e já encontraram os primeiros problemas envolvendo a singularidade do tratamento desse material com relação às normas de catalogação e às reais demandas dos usuários desse tipo específico de informação (MACAMBYRA; FERREIRA, 2014).

De acordo com Macambyra e Ferreira (2014), o catálogo de partituras da biblioteca da ECA passou a ser automatizado após o primeiro banco de dados, criado em 1978, independente da USP – que na época não tinha um banco de dados para seu acervo –, e com o formato MARC, ou seja, ainda elaborando algo no sentido de abarcar a representação de música impressa.

Desse modo, o catálogo foi inserido em uma base de dados chamada Acorde, desenvolvida em 1993, em CDS-ISIS², a partir da antiga base para computador de grande porte criada em 1978, em que as partituras eram planilhadas manualmente e inseridas nesses grandes computadores. A base Acorde é encontrada no link: <http://www.eca.usp.br/biblioteca-bases/acorde/search.htm>

² CDS/ISIS (Computerized Documentation System – Integrated Set of System) é um sistema genérico de armazenamento e recuperação de informação.

Com a sistematização do Dédalus, as partituras poderiam ter seus registros cadastrados, mas esperava-se, desde então, que pudesse ser feita uma migração de todo o acervo da base Acorde, mas por não ser uma prioridade, isso aconteceu em abril de 2017. O acervo de partituras migrado da base Acorde (que ainda está ativa) pode ser acessado no Dédalus, no link: <http://colecões.sibi.usp.br/partituras/>

Foram entrevistadas três bibliotecárias que realizam ou desenvolveram o trabalho com o tratamento de partituras do acervo da biblioteca da ECA: Marina Macambyra (que trabalhou muitos anos no setor de catalogação), Analúcia dos Santos Viviani Recine (que primeiro teve contato com a catalogação de partituras) e Sarah Lorenzon Ferreira (que atualmente chefia o Serviço de Tratamento da Informação).

Analúcia conta que a bibliotecária que esteve à frente no início do projeto era Ariede Maria Migliavacca. Ela e o professor Luiz Milanesi começaram a organizar a coleção de um modo diferente, saindo da formalidade ao ouvir os usuários, e criaram o termo “meio de expressão”, o qual descreve o instrumento ou a voz que irá interpretar a música. Isso é essencial para a recuperação musical, mas só veio a ser inserido como campo no MARC há pouco tempo. De igual maneira, os conceitos dos FRBRs e da RDA já eram usados na organização do acervo da biblioteca da ECA mesmo antes dessas ferramentas se consolidarem.

O manual de catalogação de partituras da ECA-USP foi escrito pelas bibliotecárias, Analúcia dos Santos Viviani Recine e Marina Macambyra, e traz a experiência de um modelo que foi construído com base no foco no usuário e em parceria com ele. Com exceção da Analúcia, nenhuma outra bibliotecária, assim como os do início do projeto, tinha conhecimentos musicais substanciais prévios, apenas noções, o que demonstra como o bibliotecário pode desenvolver esse trabalho, desde que seja capacitado e dedicado. As práticas do tratamento de partituras são passadas de profissional a profissional e a utilização do manual de catalogação, assim como de outras ferramentas como dicionários da área de música, são de uso cotidiano no setor de catalogação.

Apesar de ser uma tipologia de informação pouco procurada em relação a outras da biblioteca, por conta de a ECA possuir apenas um curso de música,

muitos pesquisadores e público externo recorrem ao acervo em busca de partituras, visto que é rico em especial no que concerne à coleção de música brasileira. Hoje ultrapassam os vinte mil registros.

Há muito material para descrever sobre a experiência do acervo de partituras da ECA, no entanto, um maior nível de detalhamento torna-se inviável neste estudo. Nesse sentido, considera-se que as informações descritas tenham contemplado o objetivo de apresentar o tratamento dado à informação musical no que concerne às partituras.

5.3 Acervo musical do Instituto Baccarelli (IB)

O acervo musical do Instituto Baccarelli (IB) é formado por instrumentos pertencentes à instituição, em sua maioria adquiridos por doações, e pelas partituras, produzidas e armazenadas de acordo com o repertório executado pelas orquestras e coros do IB. Também conta com uma quantidade considerável de CDs e DVDs, também fruto de doações, com títulos variados, transitando desde a música erudita à popular, nacional e internacional.

O IB utiliza um software de gestão da empresa *Tótv's*, de modo que uma iniciativa de implantação no acervo foi realizada. No software há uma divisão denominada “RM *Biblios*”, destinada à gestão bibliotecária, segundo a responsável por desenvolver o projeto. Os CDs e DVDs foram cadastrados sem maiores dificuldades, mesmo que de forma amadora, já que a única formação dos integrantes da equipe era musical. No momento do cadastramento das partituras, observou-se que o software não contemplava esse formato de descrição nem algo que se aproximasse, pois os campos necessários não existiam nem era possível a edição.

Nesse contexto, foram elaborar as possíveis divisões de campos que compreendessem a informação das partituras, pensando-se na aplicação no software, essas ideias foram levadas ao diretor da instituição que as repassou à empresa responsável pela ferramenta, com uma solicitação de inserção de dados. A empresa se interessou pelas mudanças, visto que tem outros clientes que poderiam se

beneficiar das atualizações, mas cobrou um alto valor para modelar a descrição de partituras, de modo que não pôde ser adquirido pelo IB.

Não é difícil imaginar que, por conta da experiência com a organização do acervo, a qual se mantém incipiente, as disciplinas técnicas sempre despertaram a atenção da autora desta pesquisa. Isso posto, a escolha de recorte para o trabalho seguiu essa lógica, objetivando pesquisar e refletir sobre os desafios na organização e representação de partituras e com isso tornar o estudo um guia para experiências futuras.

6 Análise dos dados: pot-pourri de ideias

Em contato com o trabalho de Cavalcanti, uma reflexão se faz pertinente nesse contexto em que grande parte dos profissionais da informação ou aqueles que estão à frente de acervos musicais não têm o preparo necessário para o tratamento de partituras:

Talvez isso evidencie a falta de pesquisa musical por parte do bibliotecário, o que é intolerável, afinal, isso não ocorre, por exemplo, na área jurídica onde a especificidade da linguagem e do sistema jurídico, exige do profissional da informação o conhecimento dos processos de pesquisa e documentação legislativa, deixando sua condição de leigo para não menos do que entendedor (CAVALCANTI, 2010, p. 10).

Essa consideração pode ser atribuída também ao trabalho do bibliotecário nos acervos da área médica, de engenharia, de arquitetura da informação e em tantas outras em que é necessária uma maior pesquisa e adequação de seu ofício e em que houve um crescimento e apropriação por parte desses profissionais, não sendo realmente compreensível o despreparo ainda existente em grande escala na área de música, afinal, o profissional bibliotecário é por natureza plural, e o fato de transitar de forma excelente por várias áreas é um diferencial agregador da profissão que não pode ser perdido.

Em relação a outros pontos considerados desafiantes pelos profissionais entrevistados e no decorrer do estudo, pode-se citar como principais: dificuldades na identificação do meio de expressão; determinar as orquestrações de determinada obra; a definição do título uniforme; inserção nos softwares de automação; seleção de material pertinente e pouca informação nas partituras. Essas questões podem ser superadas de mesmo modo como as instituições analisadas vêm fazendo com a excelência dos trabalhos realizados e de acordo com suas realidades. É notável o fato do desenvolvimento do trabalho realizado pela ECA-USP, mesmo não utilizando de modo basilar os instrumentos de catalogação que têm sua importância no processo geral, pois, sem dúvida, é a experiência com melhores resultados e pode-se inferir que isso se deve à presença do profissional bibliotecário e sua forma de atuação. O arquivo musical da Osesp, por sua vez, mesmo que de maneira mais simplória, mantém um nível de organização considerável, mas não se pode excluir o fato que houve em sua gênese uma profissional bibliotecária.

O autor da obra *Expect more*, David Lankes, traz muitas considerações relevantes para o trabalho de pesquisa desenvolvido, assim como para a área biblioteconômica, principalmente quando afirma que os bibliotecários devem guiar suas comunidades, ou seja, seu público, para uma transformação tendo em vista a melhoria da sua atividade, e só é capaz de realizar isso se buscar trabalhar de forma participativa, ouvindo e integrando a comunidade em suas ações.

O autor ainda declara que: “os bibliotecários têm habilidades em torno da tecnologia, gestão de ativos, questões culturais e engajamento para a transformação social. Eles usam estas habilidades em torno de uma missão: melhorar a sociedade facilitando a criação de conhecimento em sua comunidade” (LANKES, 2012, p. 56).

É essa linha que o profissional da informação deve trilhar, acreditando e trabalhando por melhorias constantes para o usuário e pela disseminação da informação com vistas ao conhecimento, o que é possível ao se tomar os bons exemplos aqui apresentados.

7 Considerações finais

Percebe-se que há uma crescente discussão sobre o assunto, dados os trabalhos realizados na temática em questão, mas efetivamente pouco ainda é feito e a exposição inicial volta a ser mencionada com a seguinte abordagem: o tratamento dos documentos musicais não deve continuar recluso a um determinado contingente erudito, mas, assim como a música, deve se tornar verdadeiramente democrático e de real acesso aos usuários.

Faz-se aqui uma reflexão ao se mencionar as conhecidas cinco leis fundamentais da Biblioteconomia, instituídas por Ranganathan. São elas: **1. Livros são para o uso; 2. A cada leitor seu livro; 3. A cada livro seu leitor, 4. Economize o tempo do leitor; 5. Uma biblioteca é um organismo em crescimento.** É inquestionável a atualidade dessas lições e, com a substituição das palavras: “**livro**” e “**leitor**”, por “**informação**” e “**usuário**”, podem perfeitamente corroborar o que esta pesquisa quis demonstrar.

A pergunta inicial do presente estudo teve como objetivo abrir o precedente para as investigações e a explicitação do tema, pois a resposta de antemão já é possível de ser conhecida, embora, neste momento, com todo o arcabouço reunido, haverá um maior embasamento e novas contribuições: Sim, a organização e representação de partituras configuram desafios para os bibliotecários. Outra decisão pensada foi a de utilizar o termo “desafios” em lugar de “dificuldades” ou “problemas”, por considerar que todo desafio tem por natureza ser enfrentado e superado.

Como conclusões suscitadas pela pesquisa, pode-se mencionar as seguintes: se faz necessário que o bibliotecário tenha um conhecimento prévio em música, o que pode ser adquirido por meio de um curso de capacitação relacionado aos principais sinais e elementos das partituras utilizados em sua descrição; em contrapartida, os profissionais músicos, que lidam com o tratamento dessa informação, devem primar por um conhecimento no campo biblioteconômico, ou mesmo ter a figura de um bibliotecário em sua equipe; os instrumentos de catalogação apresentados não abarcam em sua totalidade a organização e representação de partituras, mas têm sua importância no processo, caso da experiência

da ECA, demonstrando que deve ser feita uma adequação dos campos, além de o foco e o trabalho em conjunto com o público-alvo se consolidarem como essencial para um processo eficiente e eficaz.

É preciso compreender definitivamente que o trabalho de catalogação é um instrumento de disseminação da informação e que de maneira alguma deve ser negligenciado nem diminuído.

Como sugestões para pesquisas futuras, se apontam: um estudo do usuário da informação musical; o mapeamento dos principais acervos musicais no Brasil e suas práticas; o aprofundamento nas regras para catalogação de Música das ISBDs, IFLA-LRM e da RDA; e a catalogação de partituras em instituições internacionais.

Referências

CALDAS, Sérgio Eduardo Silva de. **Elementos necessários à representação descritiva de partituras**: um estudo com as Bachianas Brasileiras n.1, 2 e 4 de Heitor Villa-Lobos. 2007. 101 f. Monografia (Bacharelado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/11833/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

CANDÉ, Roland de. **História universal da música**. Tradução de Eduardo Brandão, revisão da tradução Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 2 v.

CASTRO, Jonas Borges de. **Catalogação de documentos musicais**: uma releitura das regras de catalogação. 2013. 88 f., il. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4886/1/2013_JonasBorgesdeCastro.pdf. Acesso em: 14 set. 2016.

CAVALCANTI, Hugo Carlos. **Informação, comunicação e expressão musical**: conceitos básicos para indexação de partituras. 2010. 51 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/bibtcc/files/p/348/348.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO AMERICANO. 2. ed., rev. 2002; tradução para a língua portuguesa sob a responsabilidade da Febab. São Paulo: Febab/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004 2 v. – (AACR2r).

DICIONÁRIO Grove de música: edição concisa. Editado por Stanley Sadie. Tradução: Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 1048 p.

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). **Melhores práticas para agências bibliográficas nacionais em uma era digital**. 2009. Disponível em: <<https://www.ifla.org/best-practice-for-national-bibliographic-agencies-in-a-digital-age/node/8915>>. Acesso em: 19 out. 2017.

International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). **IFLA Library Reference Model (LRM)**. 2017. Disponível em: <<https://www.ifla.org/publications/node/11412>>. Acesso em: 19 out. 2017.

LANKES, David. **Expect more**: demanding better libraries for today's complex world. 2012. Disponível em: https://davidlankes.org/?page_id=8274. Acesso em: 15 out. 2017.

MACAMBYRA, Marina Marchini; FERREIRA, Sarah Lorenzon. Catalogação de partituras na biblioteca da eca: relato de experiência. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: SNBU, 2014. Eixo Temático: Organização e serviços de informação (OSI). Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/trabalhos/index.php/sn_20_bu_14/sn_20_bu_14/paper/view/592/190. Acesso em: 14 set. 2016.

MATOS, Alexandra Linda Herbst. **Documentação musical**: discussão sobre a representação temática de partituras a partir de um enfoque interdisciplinar. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 123 p.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet Lemos Livros, 2009.

MORENO, Fernanda Passini. **Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - FRBR**: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata. 2006. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PACHECO, Kátia Lúcia. Documentos musicais: atributos e desafios para a representação descritiva. In: Congresso Nacional de Catalogadores (ENACAT), 1., Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação (EEPC), 3., 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ENACAT/EEPC, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/109276898/Documentos-musicais-atributos-e-desafios-para-a-representacao-descritiva>. Acesso em: 05 maio 2017.

SILVA, José Fernando Modesto da. FRBR modelando a catalogação sem anoxia. **Infohome**, São Paulo, dez. 2006. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=278>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Viva RDA – AACR2 virou zumbi. **Infohome**, São Paulo, jun. 2017. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1058>. Acesso em: 20 out. 2017.

APÊNDICE A - Questionário para o Trabalho de Conclusão de Curso

Objetiva-se com o presente estudo, realizado pela aluna do 6º semestre/ noturno da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FaBCI), da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), identificar os desafios dos profissionais com relação às práticas de organização e representação de partituras musicais. Desse modo, foi proposto o questionário a um grupo de profissionais responsáveis por essas atividades nas seguintes instituições: **Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp) Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).**

1. Nome do entrevistado:
2. Qual instituição está representando:
 Acervo Musical da OSESP
 Biblioteca da ECA-USP
3. Categorias de enquadramento. Se for bibliotecário, indique o grau de formação e a(s) instituição(s) em que se formou. Caso não seja, escreva qual sua formação.
 Bibliotecário Formação e Instituição (s)
 Outro Formação e Instituição (s):
4. Qual sua idade?
5. Fale um pouco sobre sua trajetória de vida e acadêmica
6. Qual seu cargo e as principais funções que desempenha na instituição a qual pertence?
7. Você tinha algum conhecimento prévio em Música antes de trabalhar com o tratamento de partituras ou alguma outra experiência anterior com esse tipo de documento?
8. Qual a situação do acervo de partituras quando iniciou seu trabalho na instituição? Havia uma organização?

9. Quais os principais instrumentos de catalogação utilizados?
10. Quais os principais desafios enfrentados na organização e representação das partituras?
11. É utilizado algum sistema de automação? E quanto ao catálogo, ele é disponibilizado ao público em geral? Por quais meios é possível obter o acesso?
12. Qual tipo de público é atendido? É possível a quem acessar e emprestar as partituras? A pesquisa é feita pelo usuário? Há algum treinamento para utilizar a base ou tutorial?
13. Há algum estudo do usuário? Esta tipologia de material é pouco ou muito consultada?
14. É feito algum tipo de capacitação aos novos integrantes da equipe?
15. Você visualiza a Música como um campo a ser apropriado pelos bibliotecários no que concerne à organização e representação de partituras?
16. Deixe seus comentários e sugestões.

ANEXO A - Partitura da obra *Suíte Sinfônica Minas Gerais*: página 1

"Alla Pastorale" S. Baccarelli
(1957)

Andantino Misbrugais

Tempo de execução: 5,30

Flautas

Flautas 1-2

Oboés 1-2

Corações

Andantino

Clarinetes 1-2

Clarões

Fagotes 1-2

Contrabaixos

Andantino

Trompas 1-2

Trompas 3-4

Pífano 1-2

Trombones 1-2

Tuba

Andantino

Harpa

Timpani

Andantino

Violino I

Violino II

Viola

Celso

Contrabaixo

Pejotização programada: a naturalização da ideologia empreendedora entre os trabalhadores de TI na cidade de São Paulo¹

Ednilson Esmério Toledo da Silva

Introdução

No final do século XX, o mundo do trabalho passou por uma metamorfose estrutural marcada, primordialmente, pela passagem do modelo da sociedade industrial para a sociedade da informação. Tal acontecimento permitiu o surgimento de novos modelos de organização do capitalismo e de inovadoras formas de exploração do trabalho. A flexibilização se tornou a tônica discursiva do mundo do trabalho, gerando novos vínculos entre empresas e trabalhadores, a fim de que se garantisse a acumulação pelo lado da empresa, mas que, em contrapartida, pelo lado dos trabalhadores, não lhes restassem os direitos e as garantias.

Nesse sentido, pretende-se contribuir para os estudos da sociologia do trabalho, no que se refere ao debate sobre os novos modelos de vínculos empregatícios resultantes dessa transformação estrutural. Para isso, o principal objetivo deste artigo é analisar a naturalização da ideologia do empreendedorismo individual, através da pejotização – termo utilizado para designar a forma flexível de contratação via Pessoa Jurídica (PJ) –, entre os trabalhadores da área de Tecnologia da Informação (TI) da cidade de São Paulo. Assim, foram analisadas as formas como o discurso da pejotização é incorporado pelos programadores da área, mesmo quando essa forma flexível de vínculo resulta no aumento da

¹ Artigo resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido em 2016, sob a orientação da prof.^a Dra. Carla Regina Mota Alonso Diéguez.

jornada de trabalho e na perda dos direitos trabalhistas garantidos; sendo que, por outro lado, ela não rompe com as características fundamentais de um empregado estabelecidas na CLT².

É a partir da análise do problema descrito que a hipótese trabalhada considera que a ideologia do empreendedorismo individual utiliza a lógica da prestação de serviço, via pejotização, como um formato idealizado de vínculo – tanto para o empregador, como para o trabalhador – de trabalho flexível. Essa ideologia, que passa a ser incorporada pelos trabalhadores, alicerça-se no novo espírito do capitalismo e na ideologia neoliberal, que propugnam a desvinculação do trabalhador das amarras do emprego padrão do modelo fordista, considerado rígido, em favor de contratos flexíveis de trabalho que permitem (ou dão a ilusão de permitirem) ao trabalhador construir seu próprio tempo de trabalho e ter mais controle sobre o trabalho e a sua vida. Isso faz com que o modelo neoliberal, que torna o trabalhador mais dono de si e menos dependente do Estado, expanda sua atuação, incorporando-se aos discursos não apenas dos empregadores, mas também dos trabalhadores.

Para a realização do objetivo exposto, foram feitas 13 entrevistas, sendo 8 questionários direcionados e 5 entrevistas semiestruturadas – a partir da criação de um roteiro de entrevista – com programadores que trabalham no regime de pejotização na cidade de São Paulo. O recrutamento dos trabalhadores entrevistados foi feito pela técnica “bola de neve” (*snowball*), que consiste na criação de uma rede de contatos a partir das recomendações dos próprios entrevistados.

Faz-se necessário ressaltar que, a fim de se manter a privacidade dos entrevistados e entrevistadas, os nomes utilizados neste artigo são fictícios. Isso foi feito com o intuito de não acarretar nenhum tipo de comprometimento e constrangimento para os profissionais entrevistados.

2 O art. 3º da CLT. (DECRETO-LEI n.º 5.452, de 1º de maio de 1943): Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

§ único – Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

Uma metamorfose estrutural no mundo do trabalho

A partir da década de 80 do século XX, o mundo do trabalho passou por uma metamorfose estrutural. Após os anos dourados do pós-guerra, ou seja, da estabilidade do Estado do Bem-Estar Social nos países onde o capitalismo já se encontrava em um estágio mais avançado, e da instauração das políticas neoliberais que começaram a ser aplicadas no final dos anos 70 com Margaret Thatcher, ocorreu uma reconfiguração no modelo estrutural do processo produtivo no mundo do trabalho, que resultou também na reconfiguração do estilo de vida da sociedade.

Essa metamorfose estrutural foi marcada, principalmente, pela passagem do modelo de sociedade industrial, em que predominava a produção industrial, material e o modelo tradicional capitalista; para um novo modelo de sociedade, denominada sociedade de serviços ou sociedade da informação. Essa nova configuração do mundo do trabalho e da sociedade é marcada pela predominância do trabalho no setor de serviços e, sobretudo, pela produção imaterial, ou seja, aquele em que o trabalhador não vê o resultado de seu trabalho objetivado concretamente³.

Tudo isso resultou também em uma modificação nas formas de contratação dos trabalhadores e conseqüentemente em novas formas de exploração do trabalho; haja vista que durante essa passagem não ocorreu uma ruptura com o

3 A distinção entre trabalho material e trabalho imaterial não se restringe, simplesmente, à questão do resultado do trabalho ser visto concretamente pelo trabalhador. Na verdade, não existe uma linha rígida demarcada para a separação clara desses dois tipos de trabalho. Existe trabalho material em que o trabalhador não concebe concretamente o resultado do seu trabalho. Além disso, pode-se encontrar aspectos do trabalho material no desempenho do trabalho imaterial. Por exemplo, um professor que se utiliza de objetos concretos como lousa, caneta e livros para conseguir exercer a sua atividade intelectual. Assim como se vê a utilização da intelectualidade (imaterial) do trabalhador na concepção de um trabalho material. Um sapateiro concebe mentalmente (atividade imaterial) o resultado de seu trabalho, para só então manipular a matéria a fim de obter este resultado material, o sapato. Entretanto, a noção de trabalho imaterial aqui utilizada se concentra no ponto de vista da imaterialidade do produto do trabalho. Isso porque o programador de TI tem como resultado de seu trabalho, o *software*, um sistema informacional. Ou seja, um produto imaterial.

modelo capitalista. Pelo contrário, este também se modificou, resultando em um novo capitalismo, conhecido como capitalismo flexível.

Com base nessas transformações do mundo do trabalho, os teóricos da sociedade da informação e do novo capitalismo se desdobraram na intenção de tentar compreender de que maneira essa nova configuração produtiva afetou também a estrutura social.

David Harvey (2014), em sua crítica à condição da pós-modernidade, contextualiza o momento do início dessa passagem da sociedade industrial para a sociedade da informação. O autor descreve como aconteceu o processo de reestruturação do mundo do trabalho e, a partir disso, chama a atenção para o surgimento de um novo modelo de organização do capitalismo, em termos de regulação e acumulação, que vai resultar em novas formas de exploração do trabalho, o modelo flexível. Os empresários aproveitaram este momento de reestruturação do mundo do trabalho para se assegurarem das benesses do mercado e deixarem os riscos na conta dos trabalhadores e trabalhadoras. Isso porque a flexibilização nada mais foi do que um processo de desregulamentação dos direitos trabalhistas e da precarização do emprego (empregos precários, terceirização, empregos temporários, horários variáveis, aumento da carga horária).

Os teóricos Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) salientam que:

Um dos eixos principais da nova estratégia das empresas [...] foi o grande crescimento daquilo que, a partir dos anos 80, foi chamado de *flexibilidade*, que possibilitou transferir para os assalariados e também para subcontratados e outros prestadores de serviços o peso das incertezas do mercado (p. 240).

A flexibilização se tornou a tônica discursiva do mundo do trabalho na sociedade da informação. Ela foi um modelo inovador instaurado pelo capitalismo moderno para manter a exploração do trabalho nesta nova forma de produção capitalista. Porém, esse modelo não poderia lograr sucesso se demonstrasse apenas o lado da precarização do emprego e da exploração do trabalho. Por isso, logo se atribuiu ao modelo flexível um caráter benéfico de possibilidade de liberdade e de ganho de autonomia por parte do trabalhador.

Richard Sennett, em 1999, salienta essa forma pela qual o discurso da flexibilidade é posto como algo positivo para o novo trabalhador, ao afirmar que: “Hoje se usa a flexibilidade como outra maneira de levantar a maldição da opressão do capitalismo. Diz-se que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas.” (SENNETT, 1999, p. 9-10). Isto é, mesmo mantendo as maldições da opressão capitalista, a flexibilidade poderia ser vista como algo positivo por meio de um discurso que permitisse ao trabalhador uma maior liberdade e autonomia no mercado e na vida.

Dessa forma, Harvey (2014) chama a atenção para a questão de que: “Esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode, às vezes, ser mutuamente benéfica”. Mas o próprio autor elucida que “os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo” (HARVEY, 2014, p. 144). Assim, em alguns casos a flexibilização poderia não apresentar perdas diretas ao trabalhador a curto prazo, mas traz uma insegurança em relação ao seu futuro.

No caso brasileiro, segundo José Dari Krein (2007b), prevaleceu o que foi denominada como flexibilidade defensiva:

Trata-se de uma flexibilidade voltada, essencialmente, para a empresa, permitindo, no contexto da globalização financeira, o crescimento oscilante e, ao mesmo tempo, a reestruturação produtiva, a redução dos custos, a intensificação do ritmo, a diminuição dos riscos, a margem de manobra para se adaptar à demanda instável e o aumento e intensificação da utilização do capital constante (KREIN, 2007b, p. 52).

A flexibilização à brasileira

Se nos países centrais, o processo de adoção dos modelos flexíveis foi resultado da reestruturação do capitalismo, no Brasil, esse processo aparece como

um modelo de solução para a crise econômica resultante desse próprio regime. Isto é, enquanto nos países ditos de capitalismo desenvolvido a flexibilização surge como uma adaptação em termos de regulação e acumulação do modelo capitalista, a partir da reestruturação do mundo do trabalho, no caso brasileiro, a flexibilização aparece como uma saída para resolver alguns dos principais problemas que assolavam o país, o alto nível de desemprego e a crise econômica⁴.

No Brasil, a década de 1980 foi um período marcado pela redemocratização e pelo fortalecimento das lutas sociais e do sindicalismo nacional, que ganha força após as repressões ocorridas durante a ditadura. Esse movimento obtém vários avanços que ficaram sintetizados na Constituição Federal de 1988, principalmente no que se refere à regulação do trabalho, que basicamente manteve a legislação trabalhista existente desde 1943, com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no governo de Getúlio Vargas.

Porém, se a década de 1980 foi um período de conquistas sociais, os anos seguintes foram de ataques a esses direitos adquiridos. Isso porque, desde o final do regime militar, o país mergulhava em uma crise econômica, que resultou em estagnação e elevação do nível de desemprego. Atrelado a tudo isso, com a eleição de Fernando Collor, em 1989, o país passou a assumir uma agenda neoliberal, abrindo espaço para o avanço dos setores conservadores na busca da desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas, em defesa da livre negociação mercantil.

José Dari Krein (2007a, p. 63) ressalta que: “Torna-se hegemônica uma posição conservadora que ignora as características históricas do mercado de trabalho e do padrão de regulação, ao responsabilizar a excessiva regulação pelo problema do desemprego e da informalidade”. Ou seja, surge um discurso hegemônico que responsabiliza a regulação trabalhista pelo desemprego existente,

4 Os cenários de crises econômicas suscitam nos setores conservadores a oportunidade de ataque à regulamentação trabalhista e trazem à tona o avanço contra os direitos dos trabalhadores, principalmente com o discurso da modernização e flexibilização da legislação trabalhista. Isso acontece, sobretudo, através da pauta da prevalência do negociado sobre o legislado. Ou seja, a possibilidade de que a negociação (que acontece de forma desigual dentro do modelo capitalista) suprima a legislação. O mesmo processo pode ser visto atualmente com a crise nacional e com os setores conservadores retomando tal assunto, a partir de uma nova reforma trabalhista.

deixando de lado os aspectos econômicos e sociais históricos que resultaram na crise. A partir disso, o que se vê é uma sequência de iniciativas políticas que contribuíram para a precarização do trabalho. As principais ações adotadas para o enfretamento da crise – como a financeirização sem uma política de industrialização, a fragilização do movimento sindical (em contrapartida ao fortalecimento ocorrido na década anterior) e a redefinição do papel do Estado, sob a égide da hegemonia neoliberal –, na verdade se transformaram em um projeto de desregulação e flexibilização da legislação trabalhista. Segundo o mesmo autor: “Praticamente todas as iniciativas políticas, assim como o ajuste econômico e a fragilização sindical, conspiram contra o trabalho. É nesse quadro que proliferam iniciativas legais, normas coletivas e práticas de flexibilização e precarização das relações de trabalho” (KREIN, 2007a, p. 71).

Referente à mudança no papel do Estado, o autor ainda ressalta que:

Nos anos 90, há uma importante mudança no papel do Estado como promotor das condições de funcionamento do mercado, desregulamentando ou re-regulamentando a economia, as finanças e o trabalho. Ou seja, há uma redução de seu papel de diminuir a assimetria natural da relação entre capital e trabalho, de sua participação na produção de bens e serviços e de seu poder de intervenção para orientar o desenvolvimento econômico e social do país (KREIN, 2007a, p. 78).

Isso acontece, principalmente, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1994. A partir desse momento, o Poder Executivo passa a atuar como um ente que favorece o fortalecimento do setor privado e da livre negociação, em detrimento da defesa dos direitos dos trabalhadores⁵.

O que se viu além disso foi um processo de deslegitimação da Justiça do Trabalho, “como forma de esvaziar a sua função de guardião das normas e de

5 Segundo José Dari Krein, em sua tese de doutorado: “A grande maioria das iniciativas [desfavoráveis aos trabalhadores] que prosperaram é de iniciativa do Poder Executivo federal, que pautou no Congresso e jogou peso para a aprovação. Dois exemplos cristalinos: em primeiro lugar, a maior parte das iniciativas veio por meio de Medidas Provisórias. As que não foram objeto de MP, tanto as PECs das reformas (previdência, administrativa, etc.) como os Projetos de Lei, foram patrocinados pelo Governo Federal” (KREIN, 2007a, p. 79).

estimular a livre negociação entre as entidades de representação dos trabalhadores e do empregador ou seu órgão sindical” (KREIN, 2007a, p. 83). Isso é fundamental para a compreensão da precarização do trabalho e do avanço dos modelos flexíveis no país. Isso porque, no Brasil, o descumprimento da legislação trabalhista é uma das principais formas de flexibilização existentes. A própria terceirização através do modelo de pejetização nada mais é do que uma fraude trabalhista, na medida em que acoberta uma relação de vínculo empregatício regular, sob uma relação empresarial, um contrato comercial entre contratante e terceiro (pejetizado)⁶.

O novo espírito do capitalismo e a ideologia neoliberal

Cabe questionar, no entanto, como que, mesmo mantendo o modelo capitalista de exploração do trabalho, a flexibilização conseguiu se impor no mundo do trabalho? E mais, como conseguiu ganhar os corações e mentes dos trabalhadores?

Nesse sentido, o trabalho de Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) auxilia na compreensão de como o capitalismo moderno produziu um novo espírito a fim de conseguir engajar os seus trabalhadores; pois, esse novo espírito nada mais é do que a “ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39). Dessa forma, os autores analisaram

⁶ O Tribunal Superior do Trabalho (TST) possui uma súmula (331) que considera ilegal a terceirização da atividade-fim de uma empresa. Ou seja, a atividade-fim deve ser executada por funcionários da empresa, e não pode ser terceirizada. Assim, se a atividade-fim de uma empresa é o desenvolvimento de softwares, o empregador não pode contratar o trabalho de um programador pejetizado. Ele precisa contratar os programadores no regime de CLT, pois se trata da atividade-fim da sua empresa. Geralmente as empresas terceirizam os setores de limpeza, portaria e segurança (atividades-meio), e é por isso que esses setores são os mais precarizados, nos quais os salários são os mais baixos dentro de uma empresa. Porém, existe um projeto de lei (PL. 4330/15) que libera as empresas a contratarem trabalhadores terceirizados em qualquer ramo de atividade para execução de qualquer tarefa, seja em atividade-fim ou meio. Atualmente, esse projeto de lei passou pela votação do Congresso Nacional e tramita agora no Senado. Durante as entrevistas, foi questionado aos trabalhadores e trabalhadoras se eles eram a favor ou contra esse projeto de lei. Dos 13 entrevistados, 6 foram contra e 8 preferiram não opinar, pois desconheciam o projeto.

as mudanças ideológicas que acompanharam as recentes transformações do capitalismo e do mundo do trabalho, através do estudo “da transformação profunda do discurso empresarial e das justificações da evolução do capitalismo desde meados dos anos 70” (p. 34).

Boltanski e Chiapello identificaram que as novas formas de produção do mundo do trabalho geraram a necessidade de um outro espírito do capitalismo que conseguisse produzir um engajamento do trabalhador, pois, segundo eles, as formas assalariadas existentes na sociedade industrial eram insuficientes “para provocar o empenho e aguçar o entusiasmo no cumprimento das tarefas; o salário constitui, no máximo, um motivo para ficar num emprego, mas não para empenhar-se” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39). Dessa forma, os autores afirmam que:

Para valer a pena esse engajamento, para que ele seja atraente, o capitalismo precisa ser-lhe apresentado em atividades que, em comparação com as oportunidades alternativas, possam ser qualificadas de “estimulantes”, ou seja, de modo muito geral, capazes de oferecer, ainda que de maneiras diferentes em diferentes épocas, possibilidades de autorrealização e espaços de liberdade de ação (p. 48).

Para eles, os trabalhadores não desejariam mais os modelos engessados, burocratizados, como plano de carreira e salário fixo, por exemplo, mesmo quando esses modelos trazem garantias e direitos para o futuro. Richard Sennett (1999) também ressalta esse processo de desprezo pelo modelo burocratizado e que, em contrapartida, o fortalecimento dos modelos flexíveis trazia consigo novos moldes de controle, baseados na renovação do modelo capitalista: “A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertem (SENNETT, 1999, p. 54).

Contudo, além de toda essa corporificação do novo espírito de capitalismo, as mudanças ideológicas do mundo do trabalho foram também dotadas do discurso predominante da ideologia neoliberal do início da década de 1980. Discurso esse que privilegia a iniciativa privada e que desvaloriza os serviços estatais.

Dessa forma, a ideia do Estado como um órgão garantidor de direitos aos trabalhadores, muito forte durante o período do Estado do Bem-Estar Social, é substituída pela inovadora ideia do Estado como um vilão do sucesso profissional do trabalhador, na medida em que uma parte do valor recebido pelo trabalhador pelo produto do seu trabalho é recolhido pelo Estado em forma de imposto. Nesse sentido, o discurso neoliberal afirma que o Estado se transforma em uma grande máquina que tira do trabalhador uma parte do fruto do seu trabalho e que não lhe retorna esse valor em serviços decentes, devido à sua falência. Sob essa perspectiva, se esse valor não fosse retirado do trabalhador, ele poderia investi-lo na iniciativa privada, que lhe proporciona um serviço de mais qualidade; acreditando, assim, que a teoria do Estado mínimo e do livre mercado possa ser empregada sem prejuízos aos trabalhadores.

Tal discurso de demonização dos serviços do Estado é facilmente encontrado nas respostas dadas pelos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados. Entre os que dizem preferir o modelo pejetizado ao invés da CLT, aparecem frases como: “Prefiro ser PJ, por não concordar com as regras da CLT em relação aos descontos. Deveria deixar o trabalhador decidir qual o melhor método de desconto” (Jorge, 48 anos), “O que existe de abusivo é a carga de impostos que o governo toma tanto do trabalhador quanto da empresa” (Mateus, 46 anos) ou mesmo: “Não sou a favor da concentração de dinheiro nos cofres públicos, pelo fato desses valores não retornarem para a população” (Carlos, 34 anos).

Dessa forma, é interessante perceber que esses fatores ressaltados pelos entrevistados se ligam diretamente ao controle exercido pelo Estado ou, mais precisamente, ao discurso da má administração estatal, discurso muito forte dentro da ideologia neoliberal. Segundo os relatos, o modelo pejetizado seria melhor que o vínculo celetista (CLT) por permitir pagar uma carga menor de impostos para o Estado e por não acreditarem na eficiência do setor público no controle dos investimentos a longo prazo. Assim, preferem eles mesmos gerir os seus recursos, realizando investimentos, poupanças ou mantendo uma previdência privada. Desse modo, os trabalhadores desejam, cada vez mais, ser independentes dos serviços e do setor público, valorizando sempre os serviços do setor privado.

No trabalho de Bárbara Castro (2013), feito com trabalhadores e trabalhadoras do setor de tecnologia da informação que trabalham com modelos flexíveis de contratação no Brasil, também é possível identificar essa incorporação da ideologia neoliberal pelos trabalhadores:

A fraude trabalhista era vista como uma vantagem pela maioria dos trabalhadores e trabalhadoras pelo retorno financeiro maior em curto prazo, justificado pelo menor pagamento de impostos e por perceberem a falência do Estado enquanto provedor de direitos. (CASTRO, 2013, p. 309).

Essa incorporação da ideologia neoliberal chega ao ponto de fazer, em alguns casos, com que se acredite que a relação entre empregado e empregador está “livre” de todo processo de exploração do trabalho, própria da relação capital e trabalho, para se tornar em uma simples relação desenvolvida através das negociações de livre mercado: “Eu vejo a empresa, não como empregador, mas como único cliente que eu tenho que atender bem, não posso perder o cliente” (Mateus, 46 anos). Ou seja, a relação deixa de ser um vínculo empregatício existente entre empresa e trabalhador, para se tornar um contrato apenas entre empresas. O trabalhador não se enxerga mais como um indivíduo-trabalhador, mas como uma empresa-individual que atua dentro do modelo concorrencial do livre mercado. O trabalhador passa a se ver como um empreendedor. Assim, a forma de pejotização se transforma em um modelo de empreendedorismo individual.

Jacob Carlos Lima (2010) apresenta em seu trabalho as formas como as novas configurações organizacionais flexíveis que têm como base uma maior autonomia do trabalho trazem consigo, paradoxalmente, uma maior subordinação e individualização do trabalhador, sob a égide do discurso do empreendedorismo. Quando o autor aborda a pejotização, ele traz como exemplo os trabalhadores da categoria das tecnologias de informação (TI) e, em relação ao processo de individualização, ele elucida que:

Uma precariedade intrínseca acompanha a formação dessas categorias que, no geral, escapam dos limites impostos a jornadas de trabalho

extensas, descanso e outros benefícios. **A cultura compartilhada é do individualismo, quase do predador em busca da inovação permanente** (LIMA, 2010, p. 178, grifo nosso).

É interessante verificar a comparação que o autor faz em relação ao modelo concorrencial individual existente na área com o comportamento instintivo de caça de um predador, como se o processo de individualização – baseado no modelo concorrencial – desumanizasse o trabalhador da área.

A área de TI como um setor estratégico

No contexto de transformação do mundo do trabalho, se existe uma área que mais contribuiu – e conseqüentemente também sofreu – com a reestruturação das formas de produção, quando da passagem da sociedade industrial para a sociedade da informação, foi a de Tecnologia da Informação (TI). Isso porque, cada vez mais, o mundo do trabalho ficou dependente de sistemas que automatizassem os processos produtivos. Dessa forma, o trabalhador desse setor passou a ser fundamental para qualquer empresa, tornando-se uma mão de obra estratégica dentro do mundo do trabalho.

Contudo, a fundamental dependência do resultado do trabalho dos profissionais desse setor informacional criou ao redor destes uma exigência em relação ao seu comprometimento com a empresa, devido à alta demanda. Em contrapartida, também por essa dependência, o mercado se viu na necessidade de remunerar de forma mais alta os trabalhadores e trabalhadoras que possuem esse conhecimento intelectual e tecnológico. Essa dependência e o aumento do valor da força de trabalho do setor criaram uma imagem de privilégios para o trabalhador de TI, principalmente em relação aos programadores de softwares, como salientado por Ricardo Antunes⁷: “Os programadores de softwares são vistos como uma elite do cybertrabalho, desfrutando de alguns privilégios,

7 Entrevista concedida pelo sociólogo Ricardo Antunes para a agência Fapesp, publicada em 12 de fevereiro de 2010. Disponível em <http://agencia.fapesp.br/contradicao_trabalhista/11767>. Acesso em: 16 maio 2015.

como uma suposta autonomia”. Porém, o autor também elucida que “há um mito de que os melhores empregos do mundo estão nessas áreas, que, por terem alta demanda, ofereceriam grandes oportunidades e autonomia”. Na verdade, quando se faz uma análise mais apurada, mais científica da situação dos trabalhadores e trabalhadoras desse setor, “vemos que as condições concretas mostram um quadro muito diferente, marcado por uma profunda alienação do trabalho”.

Esse aspecto se torna interessante ao se acreditar que, por se tratar de uma área com elevado grau de competências tecnológicas e intelectuais, os trabalhadores e trabalhadoras da área de tecnologia da informação poderiam formar um exército de resistência frente à expropriação e exploração do capital. Contudo, não é isso que se encontra na realidade, pois, como afirma Ricardo Antunes:

Aqueles segmentos mais qualificados, mais intelectualizados, que se desenvolveram junto com o avanço tecnológico, pelo papel central que exercem no processo de criação de valores de troca, **poderiam** estar dotados, ao menos objetivamente, de maior potencialidade anti-capitalista. Mas, **contraditoriamente**, esses setores mais qualificados são exatamente aqueles que têm vivenciado, subjetivamente, maior envolvimento “integracionista” por parte do capital (ANTUNES, 2011, p. 92, grifos nossos).

O ethos do trabalhador informacional brasileiro

No Brasil, o processo de desenvolvimento do setor profissional de tecnologia da informação ganhou força no final do século XX. As empresas se beneficiaram demasiadamente das brechas abertas pelo governo a partir da década de 1990. Como já foi abordado, com a vitória de Fernando Collor, em 1989, o país passou a assumir uma agenda neoliberal, que foi ainda mais fortalecida no final da década seguinte, nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Nessa nova agenda predominava o compromisso com o livre mercado, com a desregulamentação das leis trabalhistas e, conseqüentemente, com a desestruturação do mercado de trabalho como parte do processo de reestruturação produtiva resultante da crise que assolava o país.

Dáí que, em 2005, com a efetivação da Lei n. 11.196/2005⁸, conhecida como “Lei do Bem”, que visava criar concessões de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizassem pesquisas e desenvolvimentos de inovação tecnológica, regula-se a pejetização como sendo a contratação de um trabalhador, na condição de pessoa jurídica, para prestação de serviços intelectuais.

Essa regulamentação da contratação do trabalho intelectual como pessoa jurídica permitiu aos empregadores terceirizarem os seus trabalhadores que desempenhavam tal modalidade de trabalho, a fim de contratar a prestação desse serviço como pessoa jurídica, como afirma Leone Pereira (2013), em seu trabalho que estuda a pejetização:

Com a previsão legal, diversos empregadores passaram a contratar mão de obra para a prestação de serviços intelectuais, sob a “máscara” de pessoa jurídica, sem relação de emprego, desrespeitando, dessa forma, os princípios basilares do Direito do Trabalho (PEREIRA, 2013, p. 77).

No setor informacional, mais precisamente na área de TI, essa forma de contratação flexível se tornou uma prática habitual, na medida em que os trabalhadores e as trabalhadoras entendiam que tal modelo de vínculo flexível se tratava de uma modalidade que caracterizava a área, ou seja, que ser uma PJ era uma característica específica do trabalhador da área.

Porém, a compreensão da pejetização como um elemento constitutivo da área de TI parte menos de uma preferência simples do modelo pelos trabalhadores e trabalhadoras do que da formação estrutural da área, por meio de imposições feitas pelos empregadores, geralmente atribuídas ao mercado de trabalho. Isso pode ser observado em algumas respostas dadas pelos entrevistados no seguinte sentido: “Na minha área [desenvolvimento de softwares], as opções de

8 Lei n. 11.196/2005. Art. 129. Para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços, quando por esta realizada, se sujeita tão-somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, sem prejuízo da observância do disposto no art. 50 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

emprego **sempre** foram como PJ. E com isso me **acostumei** nesse regime de trabalho” (Jorge, 48 anos), ou : “Trabalho como PJ por necessidade, eu gostaria muito de ser CLT, mas as condições em que me encontrei me fez **optar** pelo PJ, porque se eu não optasse, isso iria acabar me prejudicando, então foi realmente por imposição do mercado.” (Paulo, 30 anos). Mesmo essa concepção de que a imposição é realizada pelo mercado pode ser entendida como uma forma de retirar do empregador a responsabilidade pela exigência do modelo pejotizado. Nesse sentido, esse modelo aparece como algo natural da estrutura da área e, assim, só resta ao trabalhador se “acostumar” com a modalidade.

Algo semelhante acontece com a extensão da jornada de trabalho. Bárbara Castro (2013) esclarece que:

[...] o modo de vida baseado em jornadas extensas, elevada mobilidade e profusão de contratos flexíveis não é apenas um traço bastante comum ao setor, mas também é compreendido pelos trabalhadores e trabalhadoras como constitutivo de seu *ethos* profissional. Trabalhar muito e não ter carteira assinada são considerados elementos que definem a identidade do profissional de TI (CASTRO, 2013, p. 310).

Assim, a habitual extensão da jornada de trabalho é uma característica vista pelos trabalhadores não como um aspecto resultante do modelo de exploração do trabalho ou da estrutura capitalista vigente, nem mesmo do modelo flexível de pejotização especificamente, mas um aspecto estrutural da área de TI. Foi comum encontrar nas entrevistas passagens como essas: “Sobre a extensão da jornada de trabalho, eu acho que isso é uma característica de qualquer profissional de TI, seja PJ ou CLT, é da área” (Paulo, 30 anos), ou “TI sempre surgem atrasos e imprevistos e acabamos trabalhando mais de 40h [semanais]. Em várias ocasiões eu virei a noite trabalhando, chegando até a 24 horas seguidas.” (Walter, 33 anos).

Isso quer dizer que esta forma precarizada de vínculo flexível passou a integrar o espírito profissional dos trabalhadores e trabalhadoras da área de tecnologia da informação. Um aspecto negativo do modelo de pejotização, a extensão da jornada de trabalho, deixa de ser um elemento resultante do modelo flexível e passa a ser algo estruturante da área, independentemente do vínculo de trabalho.

Dessa forma, observa-se que a ideologia do empreendedorismo individual, mais o fortalecimento do discurso neoliberal, somados com o novo espírito do capitalismo, propiciaram que a pejotização se tornasse um modelo ideal de exploração para o empregador do setor informacional, na medida em que fizeram com que o trabalhadores e trabalhadoras da área de TI também incorporassem esse modelo como o ideal para si. Como pode-se verificar na passagem abaixo.

Tanto a ideologia empreendedora quanto a busca da realização pessoal por meio da libertação do assalariamento se colocaram como elementos fundamentais para compreendermos a interpretação do PJ como o contrato de trabalho ideal (CASTRO, 2013, p. 311).

Entre o discurso e a prática

Entretanto, é possível constatar, por meio da análise das entrevistas, que o discurso do empreendedorismo individual cria um mito da positividade sobre a pejotização entre os trabalhadores e trabalhadoras⁹ da área.

Ao analisar esses dados, pode-se constatar que a centralidade dos discursos em favor da pejotização encontra-se na expectativa da flexibilidade que tal vínculo possibilita (ou possibilitaria) aos trabalhadores. Essa categoria central – a

9 Um ponto importante a ser ressaltado referente ao trabalho de campo foi a dificuldade de se encontrar mulheres programadoras que se encaixassem no perfil das entrevistas. Isso é fruto, inicialmente, de uma questão relacionada à divisão sexual do trabalho. A área de TI ainda demonstra ser predominantemente masculina. Por mais que existam inovadores projetos – como o programaria (<https://www.programaria.org>), por exemplo – com o intuito de formar mulheres para a área, ainda há grande disparidade de gênero no mercado de computação. Em um survey realizado em 2015 pelo site Stack Overflow (direcionado a programadores), 92,1% dos usuários eram homens, enquanto apenas 5,8% eram mulheres. Além disso, em relação aos modelos flexíveis – com ênfase na pejotização –, a precarização é ainda maior no caso das mulheres. Primeiro pela defasagem salarial, mas também pela perda de direitos essenciais como a licença maternidade. Para uma maior análise desse assunto, sugere-se a leitura do artigo “As formas flexíveis de contratação e a divisão sexual de trabalho”, escrito por Bárbara Castro e José Dari Krein, publicado pela Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/as-formas-flexiveis-de-contratacao-e-a-divisao-sexual-do-trabalho/>>. Acessado em 03 ago 2016.

flexibilidade - costura as narrativas dos entrevistados e entrevistadas evidenciando três pontos relacionados diretamente a ela: a flexibilidade de horário, a flexibilidade em relação ao controle financeiro e em relação ao controle de sua vida e da carreira.

A flexibilidade da jornada de trabalho é uma das principais vantagens elencadas entre os entrevistados, por supostamente permitir ao trabalhador desempenhar suas funções em menos tempo e em horários que ele determine, possibilitando, inclusive, evitar os horários de pico do transporte público – reclamação comum entre os trabalhadores e trabalhadoras entrevistados.

Em uma dessas entrevistas, ressalta-se que “A desvantagem da CLT é a inflexibilidade do horário. É uma coisa meio tonta, é uma burocracia que não visa produtividade, visa uma maneira meio cega de controlar a produtividade, mas que eu acho que não dá muito certo” (Mateus, 46 anos). Nesse sentido, pode-se observar a relação que o trabalhador faz entre a produtividade e a disposição do tempo de trabalho. Esse mesmo trabalhador, em relação à sua jornada de trabalho, ainda afirma que:

Agora trabalhando de *home office*, isso aumentou muito! Tenho trabalhado 10 horas por dia, porque sem ter a necessidade de deslocamento, a disponibilidade de horário cresceu. Pelo fato de ter a disponibilidade de horário, a carga horária que eu estou atuando aumentou. Eu começo 7h e, às vezes, eu não paro para almoçar, então às 16h eu já fiz as 8 horas, mas se eu paro às 16h, as pessoas que ficam até às 18h e precisam falar comigo, eu preciso estar lá disponível, mais para atender essa possível expectativa (Mateus, 46 anos).

Nesse caso, verifica-se como a possibilidade de trabalhar no modo *home office* (ocorre quando o trabalhador não precisa se deslocar até o escritório e pode desempenhar seu trabalho da própria casa, usando a internet), ao invés de permitir ao trabalhador diminuir a sua jornada de trabalho, ou mesmo organizar o seu dia de forma a possibilitar um melhor aproveitamento do seu tempo social, na verdade, fez com que a jornada de trabalho se estendesse para além das 8 horas diárias e ainda de forma inusitada, na medida em que o trabalhador fica disponível na expectativa de que seu trabalho seja necessário após o

tempo diário estabelecido. Isso acontece, primordialmente, porque o modelo de jornada de trabalho flexível está alicerçado sobre as bases do modo de trabalho capitalista. Ao invés de tal flexibilidade romper como o modo capitalista vigente, ela se transforma em um modo de atualização do modelo, a fim de renovar o engajamento dos trabalhadores. Sobre esse aspecto, Krein ressalta que:

A flexibilidade da jornada, combinada com as inovações tecnológicas e novos métodos organizacionais, num contexto em que as características imanentes do capitalismo se expressam (concorrência, individualismo, consumismo ...), tende a subordinar o tempo social à lógica do tempo econômico. (KREIN, 2007b, p. 67).

Ou seja, da forma como a flexibilidade da jornada é aplicada, ainda no contexto do modelo capitalista, ao invés de permitir a diminuição da carga horária de trabalho, possibilitando ao trabalhador usufruir de um maior tempo para si e para família, o que acontece na realidade é que, dada a flexibilidade, o tempo social é ainda mais suprimido, deslocando-se para o tempo de trabalho. Isso pode ser observado na medida em que a média de horas de trabalho dos profissionais entrevistados é de 10 horas diárias.

Uma questão importante para a compreensão do aumento da jornada de trabalho está na forma de contratação feita por meio da pejetização. Isso porque, geralmente, o trabalhador pejetizado é remunerado por hora de trabalho, ou seja, o empregador estipula um valor por hora de trabalho do profissional pejetizado. Isso faz com que este queira trabalhar mais tempo por dia, a fim de aumentar a sua remuneração a curto prazo, diminuindo o seu tempo social e aumentando o seu tempo destinado ao trabalho. Por outro lado, para o empregador, um projeto que demoraria quatro dias para ser feito, se o trabalhador fizesse as 8 horas diárias (no modelo celetista), será finalizado em menos dias pelo pejetizado que extrapola essas 8 horas. Ademais, no caso do trabalhador celetista, caso a carga horária ultrapasse as 8 horas regulamentadas, o empregador será obrigado a pagar as horas extras – que no caso da área de TI é de 75% para as duas primeiras horas e 100% para as que excedam esse tempo. Já para o trabalhador pejetizado, o empregador não precisará pagar nenhum adicional

pelas horas excedentes. Assim, enquanto o trabalhador pejotizado diminui o seu tempo social (da família e lazer), o empregador aumenta a sua produção, sem precisar pagar um adicional por isso, aumentando também o seu lucro em cima do trabalho desempenhado pelo pejotizado.

Outro aspecto importante ressaltado pelos entrevistados foi a flexibilidade em relação ao controle financeiro. Esse aspecto está relacionado à possibilidade do trabalhador utilizar o valor adicional – em relação ao salário que receberia como CLT – em investimentos que lhe retornem maior lucro, comparado ao controle feito pelo Estado, além de permitir controlar melhor o pagamento dos impostos, que, segundo alguns entrevistados, são abusivos na CLT. Porém, ao possibilitar esse valor adicional, o modelo pejotizado resulta na perda dos direitos e das garantias trabalhistas, haja vista que, segundo o discurso empresarial, o adicional estaria relacionado à parcela do salário que seria destinado aos impostos públicos e que agora está sendo pago diretamente ao trabalhador pejotizado.

Os trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, no geral, identificaram como a principal vantagem da pejotização a questão do maior ganho a curto prazo possibilitado pelo modelo. Não foram raros os discursos que ressaltavam a questão financeira como atrativo do modelo: “Trabalhar como PJ te possibilita ter uma visão mais **empreendedora** na sua carreira. Você trabalha com maior flexibilidade com o dinheiro a mais que recebe” (Walter, 33 anos). Em alguns casos, os trabalhadores não viam nenhuma desvantagem no modelo: “A vantagem [de ser pejotizado] é financeira. Você pode **aplicar** o teu dinheiro para obter o melhor **rendimento**. Atualmente, não vejo nenhuma desvantagem de ser PJ” (Jorge, 48 anos).

Entretanto, o adicional financeiro acaba sendo destinado para reproduzir de forma privada os direitos garantidos pela legislação. Bárbara Castro (2015a) destaca a questão da necessidade do trabalhador pejotizado se tornar um administrador de suas finanças no sentido de conseguir reproduzir os direitos garantidos pela CLT através de um controle pessoal. Assim, o pagamento das férias, o seguro desemprego e o décimo-terceiro salário são direitos trabalhistas que o vínculo via pejotização não garantem, mas que os pejotizados tentam manter

por meio de sua própria gestão financeira, seja via poupança ou previdência privada. A autora afirma que:

Os profissionais entrevistados acabavam por emular os direitos contidos na CLT ao criar os seus sistemas próprios de gerenciamento dos rendimentos obtidos por meio do trabalho. O discurso de que esse modo de autogestão individual dos direitos era eficiente, no entanto, nem sempre encontrava eco na realidade (CASTRO, 2015a, p. 59).

Além disso, a autora também chama a atenção para a forma como as ideias e as práticas empresariais são incorporadas pelos entrevistados, na medida em que concordam com o discurso empresarial de que diminuir a taxaço de impostos sob a CLT é benéfica para ambos os lados: patrão e empregado; e de que o sucesso profissional está diretamente ligado ao mérito individual do trabalhador flexível, o que pode ser aproximado ao discurso neoliberal típico do setor empresarial.

As principais ideias que circulam entre esses profissionais e dão corpo ao senso comum sobre as diferentes modalidades de contrato têm raiz em uma noção de individualismo moderno que responsabiliza os sujeitos por todos os aspectos de suas vidas [...] Você é bem sucedido em gerir um contrato flexível se consegue, com ele, levar uma vida parecida com aquela proporcionada pela CLT (CASTRO, 2015b, p.137).

Porém, na tentativa de aumentar o seu recebimento mensal com a finalidade de manter as reservas necessárias para emular os direitos garantidos pela CLT, os trabalhadores pejotizados acabam se submetendo a jornadas excessivas de trabalho, além da subtração das férias, pois, geralmente, os dias de folga não são pagos. Existem trabalhadores, inclusive, que ficam longos períodos sem usufruir desse direito, por não conseguirem administrar os gastos mensais com alguma reserva para tirar alguns dias de descanso: “Neste período em que estive aqui, tirei apenas uma vez as férias. Já fiquei oito anos sem tirar férias” (Marcio, 49 anos). Ou mesmo, períodos mais longos, como a licença maternidade, precisam ser negociados com os empregadores: “Tirei licença maternidade, mas tive que

negociar muito para ter meus direitos reconhecidos” (Eliane, 44 anos). É nesse sentido que Bárbara Castro salienta que a “individualização da negociação dos termos dos contratos, a ambição do enriquecimento a curto prazo e a ilusão do *self-made-man* brasileiro, traduzida no empreendedor/PJ ajudam a perpetuar relações precárias de trabalho” (CASTRO, 2015a, p. 70-71), no setor da tecnologia da informação.

Ainda no que concerne à flexibilidade proporcionada pela pejotização, na visão dos entrevistados, ocorre um maior controle de suas vidas e de suas carreiras. O que se percebe, porém, é que, por não garantir a seguridade e os direitos trabalhistas, a pejotização joga nas costas do trabalhador todos os riscos existentes no mercado de trabalho, impossibilitando que ele se programe a longo prazo. Um exemplo claro disso está no momento do desligamento ou do fim da relação contratual existente entre o pejotizado e o empregador. Segundo o relato de um entrevistado:

Dá muito trabalho administrar tudo, por menor que seja a sua empresa. Você tem bastante custos que aumentam com o tempo, existem ajustes e é burocrático, gera mais trabalho. Ainda mais agora nessa experiência que eu estou tendo de ser desvinculado, eu vejo quanto trabalho dá, por ser PJ, e que se fosse CLT, eu não teria isso. Agora tenho contas fixas que ainda não sei como vou fazer (Paulo, 30 anos).

Por mais que os entrevistados identifiquem como vantagem a possibilidade de poder utilizar o acréscimo no salário em investimentos que lhes retornem maior ganho a curto prazo, a maioria deles não tem a menor ideia de como fazer o controle financeiro a longo prazo, utilizando apenas a previdência privada como único recurso de segurança financeira futura. Desse modo, o medo de que essa única reserva referente à aposentadoria não dê conta dos gastos na velhice faz com que os trabalhadores e trabalhadoras se sintam inseguros quanto ao futuro. O risco de que não recebam uma garantia futura é um fator comum entre os profissionais da área.

Na verdade, o que se constata é que, neste modelo flexível, o trabalhador fica com todo o risco existente dentro da dinâmica do mercado. Esse risco, por

sua vez, acarreta sentimentos de insegurança e medo em relação ao controle de sua vida e à expectativa para o seu futuro.

Considerações finais

Como foi mencionado, a área de TI ganhou uma maior importância na medida em que as empresas passaram a depender cada vez mais de sistemas que automatizassem os seus processos produtivos. Nesse sentido, o trabalhador do setor tornou-se uma mão de obra estratégica no mundo do trabalho. Além disso, o desenvolvimento tecnológico ainda permite que esse trabalhador desempenhe sua função sem necessariamente estar no escritório ou na fábrica. Tudo isso faz com que o profissional da área seja visto como um trabalhador que possui maior flexibilidade e autonomia para desempenhar as suas funções.

Entretanto, o que se percebe ao longo dos relatos de vida dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, é que existe uma grande distância entre a idealização da flexibilidade presente nos discursos dos profissionais da área e a realidade vivida no seu cotidiano. Pode-se encontrar, por exemplo, a perpetuação de relações precárias de trabalho, como a habitual extensão da jornada de trabalho, ultrapassando as 8 horas determinadas pela CLT; a subtração de direitos básicos para o convívio social, como as férias e mesmo para os mínimos cuidados familiares como licença maternidade e paternidade. Ademais, existem os riscos, os medos e as inseguranças decorrentes da inexistência das garantias constitucionais que regem a CLT e que faltam ao modelo pejotizado.

É nesse sentido que a pejotização se alicerça no ideário, no ideológico, na crença de que permite uma maior liberdade e um maior controle da vida e das finanças. Em seu texto, Cláudio Gurgel (2015) descreve o papel da ideologia nas teorias organizacionais, atribuindo a ela “um caráter conservador, harmonizando-se com o estado das coisas, imprimindo-lhe ou buscando imprimir sentido ético e/ou racional aos fatos e comportamentos” (GURGEL, 2015, p. 27).

É nessa tentativa de encontrar sentido em práticas conservadoras que a ideologia, incorporada ao modelo organizacional da administração flexível, produz um inovador “discurso ideológico em busca da cooperação ou

consentimento dos trabalhadores” (GURGEL, 2015, p. 48). Ou seja, essas novas práticas organizacionais flexíveis – nas quais se incluem os modelos de contratos flexíveis, como a pejotização – que são vistas como inovadoras, apenas renovam uma condição já existente, atribuindo-lhe uma vestimenta discursiva ideológica que busca despertar no trabalhador o comprometimento e a cooperação irrestrita; porém, na realidade, perpetuando um modelo de precarização e exploração.

Nesse sentido, Marilena Chaui elucidada que:

A ideologia é ilusão, isto é, abstração e inversão da realidade, ela permanece sempre no plano imediato do *aparecer social* [...] A aparência social não é algo falso e errado, mas é o modo como o processo social aparece para a consciência direta dos homens. Isto significa que uma ideologia sempre possui uma *base real*, só que essa base está de ponta cabeça, é a *aparência social* (CHAUI, 1980, p. 104-105).

Partindo-se então da compreensão da ideologia como um conjunto de ideias e pressupostos que criam uma ilusão, uma representação idealizada (imaginária) da realidade, mas com sua base real, pode-se entender a pejotização não apenas como um modo de contratação de trabalho, como também um instrumento ideológico, (uma subcategoria ideológica abaixo de uma ideologia maior, a ideologia neoliberal) que, alicerçado na retórica da constituição de um modelo de trabalho baseado na flexibilização, na liberdade e no empreendedorismo individual – de forma a encobrir as tensões e contradições existentes na relação capital e trabalho –, apenas reproduz e conserva os interesses e benefícios do empregador, em detrimento dos direitos e das garantias conquistadas pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BOLTANSKI, Luc.; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CASTRO, Bárbara Geraldo de. **Afogados em contratos:** o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. Campinas, 2013.

_____. Gestão informal de contratos atípicos: o caso dos PJ's no setor de TI. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro de; NUNES, Jordão Horta. (Org.). **Trabalho, trajetórias e identidades:** qualificações, deslocamentos e crises. São Paulo: Annablume, 2015a, v. 1, p. 57-71.

_____. O paradigma da CLT: negação e afirmação do modelo de regulação do trabalho entre profissionais de Tecnologia da Informação. In: RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram Jácome. (Org.). **Trabalho e ação sindical no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Annablume, 2015b, p. 125-147.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

GURGEL, Cláudio. O papel das ideologias nas teorias organizacionais In: PADILHA, Valquíria (org.). **Antimanual de gestão:** desconstruindo os discursos do Management. São Paulo: Ideias & Letras, 2015, p. 23-57.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KREIN, José D. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil:** 1990-2005. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Instituto de Economia. Unicamp. Campinas, 2007a.

_____. **A tendência de Flexibilização do tempo de trabalho.** Revista ABET, Jul/Dez 2007b, vol 6, n° 2, p. 47-72.

LIMA, Jacob Carlos. **Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?**. Sociologias, Dez. 2010, vol.12, n° 25, p. 158-198.

PEREIRA, Leone. **Pejotização** - O trabalhador como pessoa jurídica. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TAPIA, Jorge R. B. **A trajetória da política de informática brasileira (1977-1991)**: Atores, instituições e estratégias. Campinas: Papirus: Editora da Universidade de Campinas, 1995.

Tempos de não trabalho: percepções e uso do tempo para o trabalhador na cidade de São Paulo¹

Marcos Veríssimo de Souza Júnior¹

Apresentação

O tempo é uma das dimensões mais enigmáticas que existem. Segundo o sociólogo alemão Norbert Elias (1998), o tempo é uma construção social que, por possuir um alto grau de adequação com a realidade, acaba sendo naturalizado na vida humana. Essa naturalização do tempo, suas divisões e subdivisões como os dias, horas e segundos, mesmo que construídos socialmente, em geral, são pensados e estudados no âmbito das ciências físicas, o que nos leva a pensar que a duração das subdivisões do tempo é um dado da natureza.

O instrumento pelo qual medimos o tempo, ou seja, o relógio, pode até ser visto como produto de um processo físico e mecânico que acompanha as sequências-modelos que possuem recorrência regular (ELIAS, 1998), porém, a coerção exterior que ele exerce em cada indivíduo que compõe a sociedade é uma questão social. É a partir da revolução industrial e da massificação dos trabalhadores nas grandes cidades que essa coerção fica mais evidente na sociedade. É no mundo do trabalho que o tempo passa a ser objeto de organização científica e mecanizada.

No modo de produção capitalista, os usos do tempo ficaram divididos entre duas esferas: o tempo de produção (trabalho remunerado) e o tempo de reprodução (descanso, família, lazer etc.), (KREIN, 2007). Nesta pesquisa

¹ Artigo resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido em 2016, sob a orientação da prof.^a Carla Regina Mota Alonso Diéguez.

utilizamos o tempo de reprodução como tempo de não trabalho para diferenciá-lo do tempo de produção ou tempo gasto durante a jornada de trabalho. Para tanto, é necessário destacar que no tempo de reprodução existe trabalho não remunerado como afazeres domésticos, cuidado com as crianças, família etc. Esse ponto levanta outro problema relacionado ao gênero, já que o trabalho doméstico é, em geral, atribuído às mulheres, questão que será analisada neste artigo.

Com o intuito de encontrar e analisar as percepções sobre o tempo de não trabalho, este projeto foi realizado com metodologia qualitativa. Para isso, foi utilizado o recurso de entrevista com roteiro semiestruturado. Foram realizadas seis entrevistas, sendo três entrevistados de cada sexo (masculino e feminino), para que fosse possível uma comparação em relação às percepções que cada gênero tem sobre o tempo.

Os trabalhadores escolhidos para as entrevistas foram da área do comércio por duas razões. A primeira, dada a alta representatividade numérica dos trabalhadores desse setor na cidade de São Paulo, pois, segundo pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego de 2013 sobre emprego nas regiões metropolitanas, o setor de comércio é o segundo maior na cidade, com 18% das ocupações dos trabalhadores na região metropolitana de São Paulo, atrás apenas do setor de serviços, que representa 45% das ocupações. Já uma pesquisa realizada somente no município de São Paulo, feita pela Fundação Seade em 2003, mostrou que o setor de comércio representa 27,5% das ocupações, ficando atrás novamente do setor de serviços, que representa 47% das ocupações, o que demonstra a relevância numérica do setor para a pesquisa em termos de representação. A segunda razão reside no fato desses trabalhadores, em geral, possuírem jornada fixa de trabalho, já que o maior setor de ocupação, o chamado setor de serviços, na cidade de São Paulo apresenta jornada difusa e específica para cada tipo de serviço prestado, dificultando a análise das percepções dos trabalhadores.

O roteiro de entrevista semiestruturada foi formado por blocos básicos, com dados socioeconômicos; percepções do tempo fora do trabalho com relação a estudo, deslocamento, afazeres domésticos, descanso e outros; visão sobre

as pautas sindicais relacionadas à jornada de trabalho; e como seria a jornada ideal e o que faria com mais tempo livre. Esses pontos foram abordados com o objetivo de conhecer os usos do tempo por parte dos trabalhadores e como a jornada de trabalho afeta o uso e as percepções do tempo pós-jornada de trabalho. Buscou-se compreender como o trabalhador percebe os tempos usados para o trabalho fora da jornada, o descanso, o lazer, os estudos e por fim verificar qual seria a jornada ideal no ponto de vista dos trabalhadores.

Com esse debate, foram levantadas algumas questões: o que seria a jornada de trabalho ideal na perspectiva do trabalhador paulistano? O trabalhador considera importante a redução da jornada? Como ele vê e percebe os tempos de não trabalho? Como as trabalhadoras e os trabalhadores percebem a divisão sexual do trabalho doméstico? O que o trabalhador faria caso a jornada fosse reduzida? Como ele percebe o tempo de deslocamento e o tempo gasto com qualificação profissional e educacional para o trabalho?

O recorte espacial na cidade de São Paulo traz consigo outros fatores específicos dos trabalhadores desta metrópole com relação ao tempo, como tempo de deslocamento, tanto para o trabalho, como para áreas de lazer; percepção acelerada do tempo; e a alta competitividade entre os trabalhadores no mercado de trabalho, o que abarca a exigência de estar sempre trabalhando ou se atualizando profissionalmente com cursos e atividades educacionais voltadas para o trabalho.

Metodologia

Foi utilizada a metodologia qualitativa, com o uso de entrevistas semi-estruturadas. Foram entrevistados seis trabalhadores do comércio, sendo três mulheres, duas do comércio de rua ou fora de shopping, e uma comerciária de loja de shopping, e três homens, dois comerciários de shopping e um de loja de rua.

Durante a pesquisa de campo, houve muita dificuldade para conseguir entrevistas fora do ambiente de trabalho, assim, os contatos e entrevistas foram feitos nas lojas de rua ou em shoppings, procurando-se locais em que

tivesse somente um trabalhador para melhor ouvi-lo, com exceção de uma pessoa que aceitou ser entrevistada fora do local de trabalho, em um dia de folga.

A princípio foi utilizado na pesquisa o diário de uso de tempo. O diário continha uma tabela com os horários, ao longo da qual o entrevistado preenchia as atividades do dia. Houve, porém, dificuldade para o seu preenchimento, visto que essa etapa levava muito tempo. Para dar continuidade à pesquisa; optou-se, então, pela não utilização do diário, pois demorava-se muito para aplicá-lo e explicar seu preenchimento ao entrevistado.

O perfil socioeconômico dos entrevistados mostra que são cinco trabalhadores que moram em diferentes regiões da cidade de São Paulo e um morador da cidade de Barueri, mas que trabalha em São Paulo. Dois entrevistados disseram morar próximo ao local de trabalho e conseguem ir a pé ao trabalho; vale ressaltar que essas duas pessoas trabalham no comércio fora de shopping. Já os outros quatro entrevistados, coincidentemente trabalhadores do comércio de shopping, disseram gastar em média de 1 hora a 1h: 30min no transporte para o trabalho, isso devido ao fato de a região em torno do shopping ser valorizada, o que eleva o preço dos imóveis e dificulta que esse segmento de trabalhadores consiga uma moradia próxima ao local de trabalho. A faixa de renda apontada pelos entrevistados era de dois a quatro salários mínimos, sendo que dois deles, E1 e E2, que disseram ganhar mais do que dois salários mínimos, ocupam o cargo de gerência na loja onde trabalham. Os demais, por sua vez, disseram receber até dois salários mínimos, sem contar as bonificações por vendas que são variáveis. Quatro entrevistados disseram ter filhos, sendo que apenas um era criança abaixo dos cinco anos, o que exige maior tempo e atenção dos adultos. Quatro entrevistados declararam ser casados, um separado e outra solteira. Para melhor visualização, os dados foram organizados nas tabelas a seguir.

Tabela 1: Perfil das trabalhadoras entrevistadas

| ENTREVISTADAS CATEGORIAS | E4 | E5 | E6 |
|-------------------------------------|---------------------------------|----|----|
| | FILHOS MAIORES DE 5 ANOS | | |
| CASADA | | | |
| FORA DE SHOPPING | | | |
| EM SHOPPING | | | |
| MAIS DE 40 ANOS | | | |
| ENTRE 20 E 30 ANOS | | | |
| FILIADA A SINDICATO | | | |
| ENTRE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS | | | |

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2: Perfil dos trabalhadores entrevistados

| ENTREVISTADOS CATEGORIAS | E1 | E2 | E3 |
|-------------------------------------|---------------------------------|----|----|
| | FILHOS MAIORES DE 5 ANOS | | |
| FILHOS MENORES DE 5 ANOS | | | |
| CASADO | | | |
| FORA DE SHOPPING | | | |
| EM SHOPPING | | | |
| MAIS DE 40 ANOS | | | |
| ENTRE 20 E 30 ANOS | | | |
| ENTRE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS | | | |
| ENTRE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS | | | |

Fonte: Elaboração própria

A jornada de trabalho dos trabalhadores do shopping difere da jornada de trabalho dos trabalhadores das lojas de rua. A jornada dos primeiros é, geralmente, feita na escala de seis dias de trabalho por um dia de folga, revezando entre eles uma folga de domingo no mês. Os vendedores trabalham seis horas por dia, com um intervalo de 30 minutos intrajornada para refeição, já os gerentes, caso dos entrevistados E1 e E2, trabalham de segunda a sábado, com jornada de oito horas diárias e com uma hora intrajornada para refeição. A jornada daqueles que trabalham em lojas fora de shopping é de segunda a sexta, com jornada de oito horas por dia, sem contar o intervalo intrajornada, com exceção do E3 que trabalha sete horas por dia durante a semana e seis horas no sábado.

Lutas em torno da jornada de trabalho

Segundo Marx (2008), no sistema capitalista, os donos dos meios de produção compram do trabalhador a sua força de trabalho diário, ou seja, para o capitalista, a força de trabalho dura 24 horas por dia, deduzido apenas o tempo de descanso, por ser essencial para a renovação da força do trabalhador.

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor-de-uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho. Mas que é um dia de trabalho? Será menor do que um dia natural da vida. Menor quanto? O capitalista tem seu próprio ponto de vista sobre esse extremo, à fronteira necessária da jornada de trabalho. Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente (MARX, 2008, p. 271).

Desse modo, para o capitalista, o operário é visto apenas como força de trabalho, sendo a jornada de trabalho, o seu valor de uso. O trabalhador, por sua vez, acaba se alienando, tanto do produto do seu trabalho, como do seu tempo de vida. A alienação transforma-o em mercadoria apropriada pelo capital que,

faz uso do seu direito de comprador, ao estender a jornada de trabalho para o máximo de tempo possível.

Nesse contexto, as lutas em torno da jornada de trabalho percorrem a história das organizações trabalhistas e sindicais até os dias de hoje. O trabalhador, como vendedor do seu tempo de trabalho, luta para limitar a extensão da jornada a uma duração normal, restringindo a exploração e a extração do sobretrabalho promovidas pelo capitalista. Para Ricardo Antunes (2003), a reivindicação da redução da jornada, além de ser uma das mais importantes no mundo do trabalho, tem sido central, ou condição preliminar, para uma vida emancipada.

A primeira questão a ser colocada são as lutas já travadas em torno da redução da jornada, com o intuito de aumentar o tempo de não trabalho para a classe trabalhadora. Em 1868, um texto de Eugène Tarteret², elaborado para a I Internacional, já tratava da luta para a redução da jornada de trabalho e da importância da sua redução a fim de criar tempo livre para o trabalhador. O autor alertava que a redução da jornada era considerada condição indispensável para a organização dos trabalhadores e para a criação da solidariedade entre eles.

No Brasil, segundo Ana Cardoso (2009), a partir de 2002 os movimentos sindicais criaram a campanha nacional pela redução da jornada de trabalho de 44 horas, como previsto no artigo 7º da Constituição, para 40 horas semanais. Ela também aponta que, desde então, o tema da redução da jornada está presente na pauta dos sindicatos, porém, seu protagonismo oscila conforme temas mais urgentes surjam, geralmente, ligados a ameaças de demissões em massas, aumento de salários e melhores condições de trabalho.

Como a categoria dos trabalhadores entrevistados trabalha em média entre 36 a 42 horas por semana, a pauta de redução da jornada para 40 horas semanais não desperta muito interesse. Apenas um deles disse conhecer a proposta de redução da jornada. Isso não significa que eles resistam ou não

2 Eugène Tarteret era marceneiro, membro da comissão sobre a redução da jornada de trabalho do Congresso de Bruxelas (1868) e produziu o texto que pode ser encontrado no livro: *Trabalhadores; Uni-vos! Antologia Política da I Internacional*, organizado por Marcello Musto.

concordem com a pauta, porém, são desorganizados e não têm uma perspectiva de classe com relação à luta que enfrentam no dia a dia para melhores condições de trabalho.

Entre os entrevistados é fácil observar seu distanciamento em relação às atividades sindicais. Embora apenas um deles seja sindicalizado, os demais disseram não acompanhar as pautas sindicais, todos afirmaram estar insatisfeitos com a atuação dos sindicatos da categoria.

Um dos pontos que pode explicar esse distanciamento é a transitoriedade que o trabalho no comércio representa para esses entrevistados. Quando são indagados sobre a trajetória no comércio, eles relataram que a atividade comercial tem um caráter passageiro, já que existe a facilidade de se conseguir emprego nessa área na cidade de São Paulo.

Na verdade, foi assim... foi um começo, né? Questão de precisar de uma colocação profissional... aí as pessoas optam por vir pro shopping mesmo... eu fiz umas outras coisas, mas depois acabei voltando pro comércio, por opção mesmo, de ser o mais fácil de conseguir e de até ter uma renda um pouco mais elevada antes de terminar a graduação. Esse é o motivo mesmo (E1, 20/07/2016).

A maioria disse não ter a atividade do comércio como opção principal para sua trajetória profissional e que via na atividade uma possibilidade de conseguir renda para financiar os estudos ou para conseguir montar o seu próprio negócio. Apenas um entrevistado reconheceu ter a atividade de comerciário como profissão principal e que não pensa em sair dela até se aposentar.

Assim, o próprio distanciamento que os trabalhadores possuem em relação à atividade do comércio, já que ela é uma ocupação vista como passageira, pode afastar o interesse pelas pautas da categoria.

A intensidade do tempo de trabalho

Karl Marx (2008) mostra que o capital está voltado a explorar o tempo de trabalho excedente, ou seja, gerar mais-valia o máximo possível. A mais-valia é a produção excedente realizada pelo trabalhador, isto é, quando o

trabalhador produz o necessário para a sua subsistência e passa, a partir daí, a produzir excedente para o capitalista. Para o capitalista, quanto maior o tempo de trabalho, maior será a taxa de mais-valia, ou de trabalho excedente, que é apropriada por ele. Marx distingue a mais-valia absoluta, aquela produzida pela extensão da jornada, e a mais-valia relativa, a que diminui os tempos de produção através da tecnologia ou da diminuição do custo e do tempo para reprodução do trabalhador, ou seja, ter o trabalhador à disposição por mais tempo para o trabalho excedente. Assim, quando os tempos de trabalho percorrem também os tempos de não trabalho, ele está gerando cada vez mais lucro ao capitalista.

Uma das formas dos tempos de trabalho entrar no tempo livre do trabalhador é a intensificação do trabalho durante a jornada. Intensidade do trabalho é quando as mudanças organizacionais, os mecanismos, a tecnologia ou a falta dela exigem maior desgaste e envolvimento físico ou psicológico por parte do trabalhador, não necessariamente aumentando a produção, às vezes servindo para que a produção não diminua (DAL ROSSO, 2008). Para Antunes (2003), os sentidos de tempo fora do trabalho dependem dos sentidos do tempo de trabalho, ou seja, mesmo que a jornada seja reduzida, a intensidade do trabalho precisa diminuir e ser menos opressora. Quanto mais intenso for o trabalho, maior o tempo necessário para repor a força de trabalho e criar tempo real de não trabalho.

Ana Cardoso (2009), ao analisar a situação vivida pelos trabalhadores da França que tiveram a jornada semanal reduzida de 39 horas para 35 horas semanais em 1997, verificou que boa parte dos trabalhadores não perceberam mudanças no tempo livre após a redução da jornada. Primeiro, os trabalhadores franceses, de forma geral, não tinham a redução para 35 horas como uma demanda própria, e sim dos sindicatos; outro ponto, a flexibilização da jornada, com o uso banco de horas e horas extras, fez com que em algumas situações os tempos de trabalho aumentassem ao invés de diminuir. Com a flexibilização o trabalhador perde, também, a autonomia com relação ao tempo de não trabalho, já que o tempo do banco de horas, na maioria das vezes, só é utilizado em épocas de baixa produção, ou seja, quando o empregador achar melhor, fazendo

com que os tempos de não trabalho sejam utilizados para realização das mesmas coisas feitas antes da redução da jornada, já que o trabalhador não consegue dispor do tempo livre da forma como quiser. Outro fator apontado é que a intensidade do trabalho aumentou pela diminuição dos tempos de intervalo e descanso intrajornada, o que demanda mais tempo de descanso e de reposição da força de trabalho. Assim, o tempo de trabalho começa a entrar nos tempos de não trabalho, mesmo que o tempo “livre” aumente.

No caso dos entrevistados, essa questão ganha uma particularidade que diz respeito ao trabalho do comércio, visto que nessa atividade o trabalho acompanha o ritmo dos consumidores, ou seja, possuem horários e temporadas de pico, e tempos de ociosidade. Essas variações de intensidade geram no trabalhador um desconforto no trabalho, expressa nesta fala:

“Na verdade, quando tem pouco cliente ou quando não tem muito serviço a gente fica um pouco ocioso, então a gente, eu me sinto mais cansado nesses dias” (E4, 31/07/2016).

Esse depoimento revela uma sensação de tempo entediado durante a jornada de trabalho. O tempo entediado difere de tempo livre como afirma Adorno:

O tédio existe em função da vida sob a coação do trabalho e sob a rigorosa divisão do trabalho. Não teria que existir. Sempre que a conduta no tempo livre é verdadeiramente autônoma, determinada pelas próprias pessoas enquanto seres livres é difícil que se instale o tédio; tampouco ali onde elas perseguem seu anseio de felicidade, ou onde sua atividade no tempo livre é racional em si mesma, como algo em si pleno de sentido. O próprio bobear não precisa ser obtuso, podendo ser beatificamente desfrutado como dispensa dos autocontroles. Se as pessoas pudessem decidir sobre si mesmas e sobre suas vidas, se não estivessem encerradas no sempre-igual, então não se entediariam (ADORNO, 1995, p. 76).

O tempo entediado durante a jornada dos comerciários e a variação da intensidade do trabalho que não depende da atitude do trabalhador, e sim da demanda do trabalho, gera uma angústia não só pelo tempo ocioso, como tam-

bém pela falta de vendas, visto que o salário é complementado pela comissão recebida ao efetuar as vendas. Essa questão no trabalho do comerciário intensifica o tempo vivido durante a jornada, porque desgasta física e psicologicamente o trabalhador, gerando cansaço, como expresso pelo trabalhador E4 e como pontua Sadi Dal Rosso (2008), pois, mesmo que a produção de trabalho não aumente, apenas intensifica a tensão e a expectativa durante a jornada por parte do trabalhador.

A questão do tempo “livre”

Em texto escrito para analisar a questão do tempo livre, Adorno (1995) busca aprofundar o assunto ao sugerir o tempo livre apenas como um apêndice do tempo de trabalho.

A distinção entre trabalho e tempo livre foi incutida como norma à consciência e inconsciência das pessoas. Como, segundo a moral do trabalho vigente, o tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho – precisamente porque é um mero apêndice do trabalho – vem a ser separado desse com zelo puritano [...]. Por um lado deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; [...] por outro lado, deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho. Esta é a razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre. Por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas (ADORNO, 1995, p. 73).

O dito tempo livre seria determinado pelo tempo de trabalho até nas formas como buscamos distração. Adorno (1995) faz a separação entre tédio e ócio, ao dizer que o ócio seria o produto de uma vida folgada e livre, na qual podemos escolher o que vamos fazer; já o tédio é o resultado de uma vida controlada pelo trabalho e pelas obrigações que ele nos impõe, a sensação de tédio existe quando, mesmo que fora do tempo de trabalho, não conseguimos fazer

o que realmente desejamos fazer, ficando subordinados seja ao descanso, seja a uma tarefa de lazer “industrializada”, sem sentido, que não produz liberdade aos trabalhadores, pelo contrário, serve apenas para produção do lucro da indústria do lazer e reposição da força de trabalho do operário. Se as pessoas conseguissem trabalhar com o que realmente querem trabalhar, produzindo o que gostam e desfrutando do produto do seu trabalho, elas jamais se entediariam, pois nesse caso o tempo seria realmente livre.

Ainda assim, ao final do texto, Adorno (1995) demonstra que, apesar de todas essas questões, o tempo de não trabalho pode ser importante para a emancipação do trabalhador.

É evidente que ainda não se alcançou inteiramente a integração da consciência e do tempo livre. Os interesses reais do indivíduo ainda são suficientemente fortes para, dentro de certos limites, resistir à apreensão [Sfassung] total. Isto coincidiria com o prognóstico social, segundo o qual, uma sociedade, cujas contradições fundamentais permanecem inalteradas, também não poderia ser totalmente integrada pela consciência. A coisa não funciona assim tão sem dificuldades, e menos no tempo livre, que, sem dúvida, envolve as pessoas, mas, segundo seu próprio conceito, não pode envolvê-las completamente sem que isso fosse demasiado para elas. Renuncio a esboçar as consequências disso; penso, porém, que se vislumbra aí uma chance de emancipação que poderia, enfim, contribuir algum dia com a sua parte para que o tempo livre [Freizeit] se transforme em liberdade [Freizeit] (ADORNO, 1995, p. 80-81).

Por fim, nesse trecho, Adorno (1995) esboça uma pequena esperança de que o tempo livre, se bem usado, pode contribuir para a consciência e emancipação do trabalhador. Aumentar o tempo de não trabalho contribuiria para que essa possibilidade aumente.

Nesse sentido, Domenico De Masi (2000) vai dizer que a sociedade se preocupou durante muito tempo com a educação dos jovens para o trabalho, da mesma forma agora, a sociedade precisa, em igual medida, educá-los ao ócio. De Masi (2000) sugere que o tempo de ócio pode ser produtivo, já que

ideias criativas necessitam de tempo livre para serem geradas. Para ele não basta reduzir o tempo de trabalho em uma hora ou algo parecido, é preciso ter um tempo muito maior de não trabalho para que o trabalhador o perceba e consiga escolher o que realizar ou não com ele. Além deste tempo maior para o não trabalho, precisamos criar uma cultura de ócio, na qual o não trabalho seja visto como um valor e não como algo negativo. Aqui a proposta é diferente das anteriores, já que não visa o fim do sistema de produção capitalista, e sim uma conciliação mais humana com esse modo de produção. Para o sociólogo italiano, o ócio pode até trazer benefícios para o sistema, gerando qualidade de vida e de trabalho para ambas as partes.

Na pesquisa, a maioria dos entrevistados disse ter pouco tempo para o lazer e o descanso fora da jornada, e afirma utilizar o tempo livre para atividades com a família. Todos disseram não vender os dias de férias, tirando 30 dias no ano. Como a atividade do comércio possui períodos de alta e baixa demanda, os entrevistados contaram que as próprias lojas preferem que se tirem os 30 dias em períodos de baixa procura no comércio, evitando-se as férias nos períodos mais movimentados, o que diminuiria a renda para o trabalhador, já que parte da remuneração deles provém das bonificações por vendas.

Percebe-se que o tempo de lazer e férias são diretamente afetados e administrados conforme a demanda do comércio. O período de Natal e Ano Novo são ressignificados pelo período de vendas. O trabalhador perde a autonomia sobre seu período de descanso e passa a seguir o ritmo e a demanda do trabalho.

De todo modo, o comerciário possui os 30 dias de férias e desfruta deles durante o período de 12 meses de trabalho. Em outras categorias, vender os dias de férias é um ato comum e usufruir todos os anos pode ser um problema. Assim, esse período de descanso, mesmo que tirado conforme o desejo do empregador, é muito importante para recuperação e saúde do trabalhador do comércio e é bem visto entre os entrevistados.

A percepção do tempo

Para compreender o tempo de trabalho e o de não trabalho, cabe destacar como o trabalhador percebe esses tempos e de que modo ele vê a questão. Nessa perspectiva, uma pesquisa realizada em 2012 pelo Sips (Sistema de Indicadores de Percepção Social) juntamente com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre trabalho e tempo livre detectou que 45% dos trabalhadores pesquisados não conseguem se desligar totalmente do trabalho e 26% permanecem em prontidão, mesmo em casa, caso necessite realizar alguma atividade extra. Esse tempo de prontidão ou de dedicação ao trabalho, mesmo fora da jornada de trabalho, demonstra que o trabalhador gera trabalho excedente, nem sempre remunerado, muitas vezes sem perceber que o está fazendo. Não se fala aqui de tempo de lazer ou livre, mas de tempo voltado ao trabalho, que nem sempre fica claro ao trabalhador que é uma extensão da jornada.

No chamado capitalismo flexível, como diz Sennett (2005), é solicitado ao trabalhador, cada vez mais, que se qualifique para o trabalho por meio de novos cursos, ampliação do currículo educacional com o estudo numa faculdade, o aprendizado de outra língua e o que for preciso para que ele se torne multifuncional e apto para realizar diferentes tipos de tarefas. Alguns trabalhadores acabam aceitando essa imposição do capital com a ideia de que estão investindo em si mesmos ou assegurando a sua recolocação no mercado, caso necessitem ou queiram mudar de trabalho. Na verdade, com isso o trabalhador está dedicando o tempo de não trabalho totalmente ao trabalho. É preciso entender se esta dedicação é clara ao trabalhador e de que modo ele percebe a questão. Entre os entrevistados, apenas dois fazem cursos de cunho profissional após a jornada de trabalho. Os cursos realizados não têm relação com o comércio, mas com outro ramo de atividade, o que demonstra o desejo de flexibilizar a sua atuação profissional, a fim de conseguir se sair melhor no competitivo mercado de trabalho nas grandes cidades.

Com o recorte na cidade de São Paulo, além da busca por qualificação, outro fator fundamental na percepção da relação entre tempo de trabalho e tempo

de não trabalho é o tempo gasto no deslocamento, já que a mobilidade urbana é um problema sério nas grandes cidades. Segundo pesquisa do Ipea publicada em 2013 sobre tempo de deslocamento, São Paulo é a cidade do Brasil onde o trabalhador mais gasta tempo para chegar ao trabalho, em média 42,8 minutos. Cardoso (2009) mostra que o tempo usado para o deslocamento não é visto socialmente como tempo de trabalho, portanto, não é remunerado³, ainda que seja usado para o trabalho. Em sua pesquisa sobre o tema, a autora verifica que parte dos trabalhadores acredita que o tempo de deslocamento é um tempo livre, caso daqueles que utilizam o transporte oferecido pela empresa, pois em alguns casos, podem dormir, conversar, ler e se distrair durante o trajeto entre casa e trabalho; já os outros entrevistados disseram perceber o tempo de trabalho a partir do momento em que acordam e começam a se preparar para sair, demonstrando diferentes percepções sobre o tema. Na cidade de São Paulo, soma-se a isso o estresse do trânsito e a sensação de estar sempre atrasado, já que o horário de chegada ao destino é sempre uma incógnita.

Durante as entrevistas realizadas para este estudo, houve também divergências nas respostas relativas à questão do tempo gasto no deslocamento, pois, para uns, esse tempo é visto como tempo de trabalho e para outros, como tempo de não trabalho. Nesse sentido, um dos pesquisados disse:

“[...] acho que o dia de trabalho só termina quando você dorme. Você tem que pensar em meta, em resultado, é complicadinho [...] Na hora que a gente acorda, né? a gente já começa a pensar nisso, né?” (E1, 20/07/2016).

Outro, porém, disse iniciar o dia quando abre a porta da loja e terminar quando fecha. Isso demonstra que o trabalhador se organiza e age com relação ao cotidiano conforme a percepção do tempo, o ritmo de vida e o uso que faz do tempo. Para uns, a extensão da jornada, seja pela locomoção, pelo estudo ou pelo fato de pensar em trabalho, é mais clara; para outros, a jornada fica restrita ao tempo que passa no local de trabalho.

3 Salvo situações específicas listadas no artigo 58 da CLT, como acidentes durante o percurso ao trabalho e outras decisões tomadas na justiça trabalhista.

Outra questão igualmente importante refere-se à divisão do tempo de trabalho entre os gêneros, uma vez que a jornada da mulher é prolongada pelos serviços domésticos impostos socialmente a ela. Segundo a pesquisadora Taís Viudes de Freitas (2016), no ano de 2014, no Brasil, as mulheres ocupadas gastavam em média 21,2 horas semanais em atividades domésticas, já os homens, 10 horas semanais; o que indica uma extensão de trabalho não remunerado para as mulheres no âmbito doméstico. Freitas (2016) aponta para a existência, no imaginário social, da ideia de um “saber feminino” para o trabalho doméstico. Apesar de ter sido naturalizado, o trabalho doméstico é, na verdade, algo aprendido desde a infância pelas mulheres, em sua socialização passada pela família, avó, mãe e filha, como uma rede familiar feminina. A socióloga ainda demonstra que a participação masculina no trabalho doméstico vem aumentando entre os mais jovens, porém, continua sendo visto como uma “ajuda” ao serviço “naturalmente” atribuído às mulheres, fazendo com que a responsabilidade pelo trabalho pós-jornada permaneça sob os cuidados femininos, gerando assim uma segunda jornada de trabalho para as mulheres dentro do seu tempo livre.

Quando a pergunta trata da organização do tempo e dos afazeres diários, fica evidente a questão da dupla jornada realizada pelas mulheres, como na fala desta entrevistada.

“...quem é mulher, dona de casa, você chega, tem roupa pra lavar, tem roupa pra passar, tem comida pra fazer, você nunca tá assim “zen”, [E o marido ajuda?]. Muito difícil, porque ele é zelador do prédio, então já é muita coisa pra cabeça dele. Lógico que eu acho que ele tem que me ajudar, porque, assim como eu trabalho fora, ele também trabalha, então...” (E4, 26/07/2016).

Todos os entrevistados disseram contar com o trabalho feminino nas atividades domésticas, seja o trabalho da esposa, mãe, tia ou irmã; até as trabalhadoras entrevistadas afirmaram contar com esse trabalho, o que evidencia a existência da rede familiar feminina para o trabalho doméstico (FREITAS, 2016).

Dos três homens pesquisados, apenas um respondeu que procurava ajudar a esposa, dona de casa, em algum tipo de atividade doméstica que precisasse, os demais disseram descansar ou brincar com os filhos.

“Quando eu chego em casa, eu ajudo a minha esposa pra ver se ela precisa de alguma coisa, logo eu tomo banho, depois ajudo a minha filha e dou banho nela, depois eu faço a janta, se eu tiver com vontade de fazer a janta (risos), mas geralmente é a mulher” (E3, 31/07/2016).

O próprio uso da palavra “ajudar” já denota que este é um trabalho de responsabilidade das mulheres, cabendo ao homem apenas auxiliar na tarefa. O entrevistado que respondeu ajudar nas atividades domésticas é também o mais novo dos entrevistados, com 21 anos, o que demonstra o aumento da atividade masculina nas tarefas domésticas da nova geração, conforme apontado por Freitas (2016), embora ainda continue muito pequena se comparada ao trabalho feminino nessas atividades.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou compreender como são feitos os usos do tempo por parte do trabalhador do comércio de São Paulo e como a jornada de trabalho afeta o uso e as percepções do tempo pós-jornada de trabalho.

Apesar de os entrevistados trabalharem, em média, menos que as 44 horas semanais previstas na Constituição e a redução para 40 horas não desperte o interesse da categoria, porque mudaria pouco a rotina de trabalho deles, lhes foi perguntado sobre a jornada idealizada por eles, assim, houve variação nas respostas, pois a maioria afirmou querer a redução da jornada de trabalho, porém, relatou o receio dessa medida diminuir o salário, como nesta fala.

“Eu acho que essa jornada que a gente tem seria o ideal, porque se a gente diminui, você fica menos tempo na loja, você vende menos, aí você... tudo bem... você vai ter mais tempo, aí você vai ganhar menos” (E2, 20/07/2016)

O fato de o trabalhador do comércio receber parte da sua remuneração em forma de bônus por venda condiciona-o a querer permanecer mais tempo na loja para vender, porém, a maioria disse que gostaria que a jornada fosse diminuída para dedicar mais tempo ao estudo, à família e ao descanso; além disso, os entrevistados disseram não estarem satisfeitos com a duração da jornada,

mesmo que ela já esteja próxima das 40 horas semanais, e aqueles que têm jornada diária de 8 horas ou mais acham que a jornada de 6 horas diárias seria melhor para conciliar o trabalho e as demais atividades do dia.

Novamente a percepção e os usos do tempo influenciam nessa questão. As mulheres, por exemplo, que disseram continuar trabalhando quando chegam em casa, os que estudam ou querem outro tipo de trabalho responderam preferir diminuir a jornada, mesmo com a possibilidade de ganhar menos. Para eles, a jornada ideal seria de 4 a 6 horas por dia. Os que não realizam trabalho doméstico e pretendem continuar no comércio temem diminuir a jornada e assim reduzir a remuneração. A variação nas respostas reflete a variação nos ritmos e objetivos de vida desses trabalhadores e, também, nos seus usos do tempo.

A percepção sobre o tempo para o trabalhador passa por questões como as levantadas por Antunes (2003):

Com isso entramos em outro ponto que entendo crucial: uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranho com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa (Antunes, 2003, p. 174).

Pode-se perceber, segundo os relatos, que o trabalho no comércio é, para os pesquisados, uma forma mais rápida de conseguir um emprego, pois não é um trabalho que necessite nível superior, além de ter muitas oportunidades na cidade de São Paulo. Dessa forma, os entrevistados relataram o trabalho no comércio como algo passageiro, com algumas exceções, e assim esperavam pouco da profissão. A atividade de comerciário serve apenas como um lugar para completar ou garantir a renda familiar e não como uma profissão ou uma carreira desejada pelos pesquisados. A maioria disse querer montar o seu próprio negócio ou mudar de área no futuro, usando o tempo no trabalho para cursar a faculdade ou outros cursos e até mesmo juntar dinheiro para o seu próprio comércio, não gerando o sentido necessário do trabalhador com a atividade laborativa (ANTUNES, 2003).

Portanto, verificou-se como o tempo é uma questão de percepção por parte do trabalhador e reflete na forma como ele vê o trabalho e a vida pós-trabalho. Quando o tempo de trabalho possui um sentido como profissão, a diminuição da jornada é vista com receio. Porém, quando o período de trabalho tem menos sentido para o trabalhador e o não trabalho é um prolongamento da jornada, seja na forma de trabalho doméstico ou fazendo qualquer curso, o tempo de trabalho pesa mais. O tempo livre se torna abreviado, insatisfatório, criando a necessidade de se distanciar do trabalho, até mesmo nas escolhas das atividades educacionais, que diferem da atividade do comércio, embora sejam de cunho profissional. Assim, é preciso encontrar sentido no tempo de trabalho, para que exista uma vida cheia de sentido fora dele. Para tanto, o tempo de descanso não pode ser somente privilégio dos homens, visto que as mulheres iniciam uma nova jornada dentro de casa, após o trabalho.

Além disso, o tempo de trabalho não deveria tomar quase todo o dia útil do trabalhador, ao se contar o tempo de deslocamento. A redução da jornada só fará sentido se tocar nesses fatores, caso contrário, ela continuará camuflando a falta de sentido de um trabalho que retira tempo de vida e de vivência dos trabalhadores.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Congresso Nacional: Brasília, 1988.

_____. **Consolidação das Leis Trabalhistas**. Congresso Nacional: Brasília, 1943.

CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**: disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo, Annablume, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Tradução de Lea Manzi. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

FREITAS, Taís Viudes. **A quem serve a disponibilidade das mulheres? Relações entre gênero, trabalho e família**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. 327 p.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; SIPS – SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL. **Trabalho e tempo livre**. Disponível em: <<http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/173/13905197351997894793.pdf>>. Acesso em 04 Mai. 2015.

_____. **Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1813.pdf>. Acesso em 17 Mai. 2015.

KREIN, José Dari. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. 345 p.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; NASCIMENTO, Renata Morais do. **Notas sobre as possíveis contribuições de Theodor W. Adorno para estudos sobre o lazer**. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufjf.br/licere/pdf/licereV13N01_ar3.pdf>, acesso em 05 Mai. 2015.

MARX, Karl. **O Capital**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. I, 2008.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Caged Anuário RAIS**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/caged_anuario_raistela10.php>. Acesso em 04 Mai. 2015.

MUSTO, MARCELLO. **Trabalhadores, uni-vos!: Antologia Política da Primeira Internacional**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SEADE – SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Trabalho Município de São Paulo**. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/msp/emp/emp6_005.htm>. Acesso em 17 Mai. 2015.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Ser revelado: notas etnográficas sobre o exercício de um aprendiz de antropólogo¹

José Edilson Teles

O chamado pintor histórico tem um interesse idêntico ao que possui o escultor no objeto que representa. Ele deve conhecer os homens, a fim de, a seguir, representá-los em instantes interessantes. Com o escultor ele aprende a proporção, a anatomia e as formas, mesmo que sob a instrução dessas noções apenas se exercite no desenho. Ele aprende a não procurar as partes isoladas segundo o que elas parecem ser, mas segundo o que elas são; ele se torna atento aos inúmeros planos que estão, por assim dizer, semeados sobre a superfície do corpo e que ele nem sequer pode perceber numa luz pictórica simples.

GOETHE, Johann Wolfgang, (2008 [1797], p. 89).

1 Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido em 2017, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), sob orientação da prof.^a Dra. Sônia Nussenzweig Hotimsky, a quem agradeço pela leitura rigorosa e atenciosa nas diversas etapas deste trabalho. De modo especial, agradeço à prof.^a Dr.^a Eliane Hojaij Gouveia pelos conselhos na vida e pelas contribuições na arguição.

Prolegômenos: sobre *esculpir uma pedra* ou uma reflexão sobre os artificios da etnografia.

Baudelaire, depois de tantos pesadelos fugídios, gostava de encontrar em suas noites o que chamava de sonhos de pedra, “os belos sonhos de pedra!”

BACHELARD, Gaston. *Um devaneio da matéria*, 1986 [1970].

Sabemos que Proust não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu.

BENJAMIN, Walter. *A imagem de Proust*, 1987 [1929].

Um dos elementos que torna o trabalho de campo desafiador é ele ser realizado tendo em mente uma atividade muito diferente: a escrita.

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico*, 2014 [1999].

O objetivo central deste artigo consiste em problematizar uma específica situação de campo e as implicações epistêmicas do *fazer* antropológico. Trata-se, sobretudo, de um exercício etnográfico cujo desafio é *explicitar* os procedimentos de minha estratégia narrativa, tal como no caso de um escultor que dá a conhecer os processos e os instrumentos de seu trabalho. Assim, começo por antecipar que, além das três epígrafes ilustrativas, farei uso da metáfora do “escultor” – e os elementos materiais e simbólicos de seu ofício – a fim de relacionar esse processo criativo à minha formação como aprendiz de antropólogo. Devo esclarecer que não se trata de um uso fortuito, visto que as metáforas se prestam a mediar os sentidos de uma estratégia narrativa, um *artifício* na qual as tramas que se pretende modelar são como *pedras* a serem esculpidas.

A metáfora da *pedra esculpida*, tal como no trabalho artístico e laborioso do escultor, justifica-se pelo fato de os desdobramentos deste artigo permitirem-se aos *retoques* como uma *escultura* inacabada. Sua forma estilística, longe da perfeição, expressa percepções de um momento, fragmentos de uma situação. Johann Goethe, em sua estética poético-filosófica, ao tratar das vantagens que um jovem pintor poderia obter ao instruir-se com um escultor, assinalava a

importância da técnica do *modelamento* como uma de suas principais contribuições para “apreciar o valor corporal do conteúdo” e a se tornar “atento aos inúmeros planos que estão, por assim dizer, semeados na superfície do corpo e que ele nem sequer pode perceber numa luz pictórica simples” (2008 [1797], p. 89). Conforme Goethe, o pintor e o escultor partilhariam de um interesse idêntico: *conhecer os homens e representá-los em instantes interessantes*.

Gaston Bachelard (1986 [1970]), quem escreveu a primeira epígrafe, utiliza-se da metáfora da *escultura* para se referir ao processo criativo do trabalho artístico do escultor e nos permite articular aproximações com a dinâmica do fazer antropológico. Em contraposição ao “vício da ocularidade” cartesiana, um tipo de supremacia da hegemonia da visão, Bachelard investe no que chama de “imaginação material” para apreender a concretude das relações, das quais a sensibilidade da “mão criadora” constitui uma das vias do *saber*. Que lições teria um aprendiz de antropólogo, caso estendesse as recomendações de Goethe e Bachelard à sua atividade intelectual?

Seguindo as pistas da metáfora do *escultor* como “boas para pensar” o fazer antropológico, volto-me aos dados etnográficos de minha pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida nos primeiros anos de minha graduação, entre 2009 e 2010². Delimitar-me-ei aos interstícios de uma específica situação de campo, uma tarde de domingo, 26 de abril de 2009, quando minha presença como pesquisador foi enunciada por um de meus interlocutores como tendo sido *revelada* pelo Espírito Santo. Por economia, chamarei essa modalidade de inserção em campo de “recepção cosmológica”³ e buscarei demonstrar, por meio de uma releitura, os processos de construção de minha estratégia narrativa.

2 A pesquisa foi realizada em um bairro da periferia de Santana de Parnaíba, cidade localizada a 35 km da capital paulista. Os dados de que disponho provêm do relatório “Mangedora de Cristo: hierofania numa favela nordestina em Santana de Parnaíba – uma perspectiva antropológica”, fragmentos de minha pesquisa de Iniciação Científica, financiada pelo Programa de Bolsa de Iniciação Científica da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (PIBIC-FESPSP), sob orientação do prof. Dr. Gabriel Pugliese.

3 Por *recepção cosmológica* refiro-me à modalidade de inserção em campo na qual minha presença como pesquisador foi emoldurada pela estrutura de um *sonho* divinatório, segundo a qual cenários, personagens e objetos são relacionados criativamente.

A partir de uma específica situação de campo, tentarei articular ao menos dois problemas fundamentais do fazer antropológico, a saber, o debate em torno do estatuto da *etnografia* e a questão da *alteridade*. Tomo como ponto de partida as seguintes questões: estaríamos dispostos a levar epistemologicamente a sério os fragmentos da cosmologia pentecostal, tal como no caso da categoria “revelação”? Levando adiante essa questão, de que modo os interstícios da *recepção cosmológica* nos permitem pensar as condições epistêmicas do fazer antropológico? O argumento central defendido neste artigo é que a *recepção cosmológica* consiste em uma modalidade inusitada de inserção em campo, um tipo de encontro *emoldurado* por uma modalidade de *saber*. Ou seja, minha presença como pesquisador foi “ajustada” às expectativas de meus interlocutores, sem que eu tivesse algum controle.

Para descrever os construtos “nativos” dessa recepção cosmológica, considero fundamental levar em conta o que Otávio Velho chamou de “cultura bíblica”, isto é, a compreensão que meus interlocutores têm da Bíblia, sua principal fonte de regras, bem como a construção da noção de pessoa do Espírito Santo. Para Velho, apreender categorias provenientes de uma *cultura bíblica* popular como recurso metodológico “serviria de referência para pensar as experiências vividas” e permitiria “atingir o nível das crenças e atitudes profundas” (1987, p. 8).

O artigo divide-se estrategicamente em três “atos”: no primeiro *ato* procuro contextualizar o cenário das interações da recepção cosmológica; no segundo, procuro situar o debate em torno do estatuto da escrita antropológica a fim de problematizar a possibilidade de explicitar o processo de produção de minha etnografia; por fim, no terceiro *ato*, analiso os rendimentos desse procedimento para pensar a questão da *alteridade*, sugerindo que minha estratégia narrativa seja pensada como uma espécie de “bricolagem” etnográfica, uma *pedra* a ser esculpida no diálogo com o *outro*.

Primeiro ato: recepção cosmológica, cenário e personagens.

No primeiro semestre de 2009, após leituras rudimentares acerca da pesquisa de campo – antes mesmo de cursar, a rigor, disciplinas teórico-metodológicas – também ganhava forma um rudimentar projeto de Iniciação Científica. Hoje, no momento em que retomo os resultados dessa pesquisa inicial e, apesar de considerá-la incipiente, tenho a impressão de que não me faltavam as típicas aspirações ambiciosas, quase universais, de um neófito convertido à antropologia. Mas, como todo neófito, cuja formação é marcada por *faltas* ou *excessos*, “não há nada melhor do que olhar para a escrita antropológica” – como diria Marilyn Strathern (2014 [1987], p. 165) – e realizar um exercício acerca das *regras* que definem o rito de passagem do *fazer* antropológico.

Permitam-me, pois, descrever os interstícios da modalidade de inserção em campo que chamei de *recepção cosmológica* e suas implicações à epistemologia da etnografia. Trata-se, precisamente, de uma ensolarada tarde de domingo, 26 de abril de 2009, situação de *encontro* na qual minha presença como pesquisador, conforme referido, foi enunciada por um de meus interlocutores como tendo sido *revelada* pelo Espírito Santo. Meu principal interlocutor e protagonista da situação, José Ribamar, um piauiense, nascido em 1957, havia sido um leigo católico antes de ascender a pastor pentecostal e tornar-se fundador de sua própria igreja em meados de 2001. Sua igreja, nomeada inicialmente de *Corrente do Poder*, passou a chamar-se *Igreja Pentecostal Manjedoura de Cristo: Ministério Santana de Parnaíba*. Apesar das disputas simbólicas em torno da mudança de nomeação – pois alguns fiéis consideravam o nome inadequado – prevaleceu o argumento de José Ribamar, segundo o qual se tratava de uma orientação divina, recebida por intermédio de um sonho, entendido em seus termos como uma “revelação” do Espírito Santo.

O pequeno templo da Manjedoura de Cristo pode ser visto a distância, ao centro de várias residências, caso seja observado a partir de uma rua íngreme que oferece uma vista panorâmica privilegiada (vide foto 1, na qual uma seta indica sua localização). Aproximando-se do templo, é possível observar em sua fachada, na parte superior, o nome da igreja em letras “garrafais”, mas de modo a ocupar o espaço reservado à nomeação. No muro havia uma faixa desgastada

pela exposição ao sol que repetia o nome da igreja como “Mangedora” e informava o calendário do culto, além de uma inscrição de seu cadastro jurídico, CNPJ, certamente para demonstrar publicamente o estatuto jurídico⁴. Segundo Ribamar, o templo havia sido um antigo bar e salão de baile, onde ele mesmo afirma que teria tocado forró. Anos depois, após tornar-se pastor, comprou o antigo bar (pois o dono havia sido ameaçado de morte e mudou-se às pressas), o qual viria a ser o atual templo da Manjedoura de Cristo.

Em uma das visitas ao templo notei que uma das paredes estava rachada de cima a baixo, colocando em risco a estrutura do estabelecimento⁵. De modo geral, com simples acabamento em sua estrutura, o telhado e as paredes expressavam a rusticidade da construção, tal como sugere a denominação simbólica “manjedoura”, na qual a ideia de *frugalidade* contrasta com *luxo* imponente. Por outro lado, apesar da rusticidade do templo em um contexto de pobreza, o mito fundante tem como base uma exemplaridade da humildade numa clara referência à manjedoura natalina que, segundo a tradição cristã, teria servido de “berço” para Jesus (ao ser recusado na “hospedaria”)⁶. Além disso, Ribamar mimetiza a frugalidade material e simbólica da manjedoura natalina ao relacionar sua igreja à sua própria trajetória: “a Manjedoura representa minha própria vida desde criancinha”. Desse modo, os elementos materiais e simbólicos da *instituição* e de seu *fundador* são profundamente imbricados.

4 Procurei descrever alhures a disputa em torno dos elementos materiais e simbólicos do estatuto jurídico de igreja legítima. Nesse contexto, fundar uma igreja e não providenciar seu registro legal, o CNPJ, incorre-se no risco das acusações de “clandestinidade” e “rebeldia” por parte dos rivais (TELES, 2015).

5 Perguntei sobre a rachadura da parede a Ribamar e ele me informou que estava aguardando autorização da Secretaria de Obras da Prefeitura do Município para fazer reformas. De fato, não era permitido construir ou reformar sem a devida autorização, podendo ser derrubado (caso descoberto pela fiscalização). Tal postura foi adotada pela Prefeitura para impedir novas “invasões”, “construções” ou “reformas”. Na última visita ao campo, o templo já estava em reforma; a varanda e o pilar de entrada não existiam mais. Ribamar tinha planos de construir sua casa nos fundos do templo.

6 Essa narrativa encontra-se em Lucas 2:4-7: “Também José subiu da cidade de Nazaré, na Galileia, para a Judeia, à cidade de Davi, chamada Belém, por ser da casa e da família de Davi, para se inscrever com Maria, sua mulher que estava grávida. Enquanto lá estavam, completaram-se os dias para o parto, e ela deu à luz o seu filho primogênito, envolveu-o com faixas e reclinou-o numa manjedoura, porque não havia um lugar para eles na sala” (versão da Bíblia de Jerusalém).

No interior do templo, a simplicidade do púlpito é superada com a ornamentação de flores artificiais, distinguindo-se pela sacralidade que lhe é atribuída como “altar”, uma categoria nativa para se referir ao púlpito e aos objetos rituais. Sobre ele, coberto por um lençol de renda branco e com fundo azul, havia alguns objetos de uso ritual e outros utensílios, como por exemplo, uma taça de água, um pequeno frasco contendo “óleo ungido” e uma Bíblia ao centro. Na base do púlpito havia duas caixas de som e mais duas penduradas em lugares estratégicos da parede, de modo a distribuir a acústica no ambiente (fotos 3 e 4). Conectado a uma das caixas acústicas, um fio ligava-se a uma corneta instalada estrategicamente ao lado de fora, certamente para alcançar o maior número de pessoas. Nos cultos em que participei, Ribamar conduzia a cerimônia com uma guitarra – a exemplo do que fazia com a sanfona quando era músico do antigo bar – e alternava o uso do único microfone com os poucos participantes. Em todas essas ocasiões, Ribamar finalizava com uma pregação e um convite (chamado de “apelo” para “aceitar Jesus”) estendido aos visitantes e possíveis novos convertidos, dirigindo-se inclusive a mim.



Foto 1: Vista panorâmica do bairro 120 – ao centro, a Manjedoura de Cristo (2010). Arquivo Pessoal.



Foto 2: Pastor José Ribamar, fundador da Igreja Manjedoura de Cristo (2010). Arquivo pessoal.

A breve descrição dos elementos materiais e simbólicos do templo permite-nos construir um cenário das interações, isto é, contextualizar o plano das práticas, de modo a demonstrar que a experiência onírica de José Ribamar não é um caso isolado, mas um construto coletivo que lhe confere uma posição de prestígio. Assim como a narrativa de um sonho divino justificava a seus pares a legitimidade da fundação de sua igreja, minha inserção em campo também seria “ajustada” em seus termos, segundo as regras de uma modalidade de *saber*, disponível a alguns indivíduos iniciados.



Fotos 3 e 4: Interior do templo (2010). Arquivo Pessoal.

Voltemos à situação de encontro que chamei de *recepção cosmológica* a fim de contextualizar cenários, interações e personagens (reais e imaginários). No encontro com Ribamar procurei estabelecer vínculos de confiança e apresentar meu projeto, tal como se recomenda (minimamente) um protocolo ético de pesquisa. Entretanto, durante minha exposição fui interpelado por ele como quem buscasse recordar de algo ou de alguma explicação plausível para minha presença. Por um instante fiquei apreensivo, pois, de certo modo, eu procurava evitar ruídos comunicativos e não parecer impertinente com minhas perguntas. Digo “ruídos” comunicativos porque uma semana antes do encontro com Ribamar eu havia passado por uma experiência (um tanto) constrangedora: outro pastor, conhecido como Aparecido, amigo de Ribamar, havia me confundido com um fiscal da prefeitura do município de Santana de Parnaíba, antes mesmo que eu tivesse a chance de me apresentar; preocupado com alguma (suposta) denúncia contra sua igreja, Aparecido suspeitou de minha presença, percebendo algum tipo de conduta que me distinguiu dos demais fieis. O momento foi tenso, mas aproveitei a oportunidade para me apresentar e reverter a situação, justificando que minha pesquisa não se tratava de uma “denúncia” ou “fiscalização”, mas de uma pesquisa acadêmica.

Após esclarecer a situação e mostrar-me interessado em suas narrativas e experiências pastorais, Aparecido simpatizou-se comigo e colocou-se à disposição para apresentar-me a outros pastores, tornando-se um dos colaboradores da minha rede de contatos. Por meio dele cheguei a Ribamar, cuja recepção se daria de outro modo, digamos, mais positiva. Na ocasião do encontro, após um breve instante de apreensão, para minha surpresa, embora não tenha me dado conta dos desdobramentos da situação, Ribamar passou a narrar a experiência de reminiscência de um sonho esquecido que afirmara ter tido semanas antes de minha chegada a campo. Conforme seus esforços para recapitular e organizar os fragmentos do sonho, um personagem onírico portava um caderno (ou objeto similar) e procurava-o para conversar. Afirmava não haver compreendido o significado do sonho até minha chegada, como se minha presença se transformasse, no sentido proustiano, em um elemento deflagrador

da memória involuntária⁷. Além de uma câmera fotográfica, eu portava um pequeno bloco de notas na mão – o famoso “caderno de campo” –, fato pelo qual minha presença, naquela circunstância, foi imediatamente relacionada ao personagem onírico e interpretada em seus termos como tendo sido “revelado” pelo Espírito Santo.

Assim, em ambas as situações descritas, minha presença como pesquisador foi “ajustada” às expectativas dos meus interlocutores, uma *negativa* e outra *positiva*: se no primeiro caso a identificação com o fiscal da prefeitura gerou desconfiança; no segundo, a identificação com o personagem onírico, certamente facilitou minha inserção em campo. Em ambos os casos, minha atividade como etnógrafo, que consistia em *observar* e *anotar*, bem como os objetos portados (câmera e bloco de notas), para além de meu controle, foram ressignificados de modos diferentes. No primeiro caso, procurei desvencilhar-me da associação negativa; no segundo, decidi levar adiante a associação, embora não tivesse controle dos desdobramentos.

Após a descrição do sonho divinatório, como sinal de minha aprovação, fui convidado por Ribamar a sentar-me junto ao estreito pilar da porta de acesso do templo, em cujo interior havia um pequeno grupo de mulheres (conhecidas como “conjunto de senhoras”), que ensaiava cânticos para o culto da noite; entre elas, estava a esposa de Ribamar, líder do grupo feminino e atual vice-presidente da igreja. Sob o fundo musical, passamos a conversar sobre possíveis agendamentos de entrevista e minha participação nos cultos, o que se sucedeu ao longo da pesquisa. Além disso, o “pilar da porta” – assim como a “varanda” de Bronislaw Malinowski (1984 [1922]) e a “tenda” de Evans-Pritchard (2008 [1937]) – é uma metáfora sugestiva para pensar a inserção em campo como um rito de passagem de minha formação. O desenho que serve como frontispício foi esboçado em um dos cultos que participei, no dia 21 de fevereiro de 2010. A seguir, tratarei de problematizar os interstícios da situação de encontro, a *recepção cosmológica*.

7 Conforme Walter Benjamin, o que importa ao narrador proustiano não é a vida lembrada tal “como ela de fato foi” (1987 [1929], p. 37), mas o tecido da rememoração, a relação entre reminiscência e esquecimento. A memória involuntária rompe com a narrativa cronológica e instaura outra modalidade de temporalidade, recriando sensações não sujeitas ao registro documental.

Segundo ato: explicitar (os procedimentos) como um modo de revelar (a etnografia).

Voltar-me, anos depois, à modalidade de *recepção cosmológica* significa experimentar o que Marilyn Strathern chamou de “efeitos de deslumbramentos” da pesquisa de campo (2014 [1999], p. 357). Significa, portanto, dar-se conta de um conjunto de experiências tidas no primeiro momento como contingentes, e em meu caso, uma espécie de lacuna da subjetividade do pesquisador que implica um processo de “reinterpretação”⁸. Nessa elaboração posterior – na qual busco “situar-me” no plano de um sonho divinatório, uma memória onírica –, novas lentes e percepções se sobrepõem na leitura do próprio processo de pesquisa. Dito de outro modo, minha proposta de “voltar” a campo ou aos dados primários de minha pesquisa de Iniciação Científica implica uma “invenção” de um novo campo.⁹

Se os resultados “imprevisíveis” da etnografia são sempre do “ponto de vista do observador ou de quem quer que se empenhe em descrever os processos sociais”, como afirma Marilyn Strathern (2014 [1999], p. 349), não menos interessante seria retomar a imprevisibilidade como um “bom exercício para pensar” as estratégias narrativas de uma etnografia. Ou seja, se a etnografia, no sentido dado por Mariza Peirano, “dramatiza” a (eterna) juventude da antropologia (1995, p. 52), explicitar os procedimentos de sua construção, o “palco” de suas relações,

8 Ao problematizar os modelos de “autoridade etnográfica”, James Clifford exemplifica o “processo de dar-e-receber da etnografia” a partir da pesquisa de Renato Rosaldo entre os ilongot, nas Filipinas. De acordo com Clifford, Rosaldo pretendia realizar uma pesquisa acerca da estrutura social, mas seus interlocutores pareciam esquivar-se de suas questões, forçando-o “a escutar narrativas intermináveis dos ilongot sobre a história local” (2011, p. 45). Somente no momento posterior, ao deixar o campo, Rosaldo se daria conta de que os “relatos obscuros” dos ilongot forneciam respostas às questões de sua pesquisa. Clifford chama essa experiência etnográfica de “escrita direcionada” e coloca a questão sobre “quem é na verdade o autor das anotações feitas no campo?” (p. 45).

9 Roberto Cardoso de Oliveira, ao tratar dos “atos cognitivos” da pesquisa de campo – o *olhar*, o *ouvir* e o *escrever* –, argumenta que “a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo” (2006, p. 19).

não se constitui, de modo algum, demérito para a pesquisa. Por que não explicitar os procedimentos da pesquisa como um exercício para pensar o *fazer* antropológico?

Mas, como as *regras* do fazer antropológico tornaram-se um problema? Sem recuar tanto, gostaria de situar essa questão a partir dos apontamentos de Marilyn Strathern (2014 [1987]) e Lygia Sigaud (2007). Em artigo preparado para a *Conferência Frazer* de 1986, realizado na Universidade de Liverpool, Strathern contextualiza a disputa que resultou no deslocamento de Sir James Frazer, até então figura respeitável na história da disciplina, e a ascensão de um novo modo de *fazer* antropologia, associado a Bronislaw Malinowski, a partir de 1920. Em relação aos métodos do trabalho de campo, a antropologia frazeriana – associada ao “gabinete” – passa a ser vista como ilegível e “fora de contexto”. Não apenas o método comparativo foi considerado absurdo, como também seu trabalho foi “criticado por ser *literário demais*” (2014 [1987], p. 169). Desse modo, a partir de Malinowski a figura profissional do antropólogo-etnógrafo substitui não apenas o amadorismo aventureiro de viajantes e missionários, mas também o obsoleto método frazeriano.

Entretanto, a publicação póstuma do *Diário*¹⁰ de Malinowski, em 1967, colocou sob suspeita as pretensões do método etnográfico. Segundo Sigaud, as duras críticas de Clifford Geertz, em 1967, dirigiam-se às “fragilidades” do *Diário* com o objetivo de apontar os equívocos metodológicos da etnografia malinowskiana e, por consequência, o modelo britânico de fazer antropologia (SIGAUD, 2007, p. 145). Strathern também reconhece a potência da crítica de Geertz, especialmente em relação ao estatuto da *escrita* antropológica (2014 [1987], p. 165). De acordo com Sigaud, embora o *Diário* de Malinowski não tenha tido no mundo anglo-saxão o mesmo tipo de tratamento dado por Geertz, nos Estados Unidos, a crítica geertziana prevaleceu e influenciou a redefinição de um novo modo de fazer antropologia: se por um lado, o deslocamento de Frazer em relação à ascensão de Malinowski contribuiu para que a etnografia fosse concebida como um “método”; por outro, o deslocamento de Malinowski

10 Por iniciativa da viúva de Malinowski, o *Diário*, no sentido estrito do termo, foi traduzido para o inglês e publicado em 1967. Lygia Sigaud nos informa que “Raymond Firth escreveu uma introdução de oito páginas, na qual adverte os leitores de que se trata de um ‘documento humano’, destinado a tornar-se apenas uma nota de rodapé na história da antropologia” (2007, p. 145).

em relação à crítica de Geertz produziu o efeito de que *fazer antropologia* confunde-se com *fazer etnografia*¹¹. É justamente nesse ponto que podemos compreender a clássica formulação de Geertz: “o que faz um antropólogo? – ele escreve” (1989, p. 14). Essa concepção representa uma ruptura com a tradição britânica, tornando a própria escrita como objeto de investigação¹².

Se insistirmos um pouco mais na formulação geertziana, veremos que o triplice processo constitutivo da descrição densa – a *observação*, o *registro* e a *análise* – não são “operações autônomas” claramente distinguíveis. O que o antropólogo escreve ou “inscreve” não é necessariamente o “discurso social bruto”, mas os *fragmentos* do discurso social que é levado a “compreender”, de modo que a dimensão simbólica da ação é dinâmica. Como afirma Sigaud, “para Geertz, as atividades dos antropólogos em campo não interessam: o que importa é o modo como narram a experiência” (2007, p. 148).¹³

11 Esse debate continua rendendo discussões. Tim Ingold defende a tese de que antropologia e etnografia “são empreitadas de ordens bem diferentes” (2001, p. 1). Ingold argumenta que o objetivo da primeira consiste em “buscar um entendimento generoso, comparativo, não obstante crítico, do ser humano e do conhecimento em um mesmo mundo no qual todos nós habitamos”, ao passo que a segunda destina-se a “descrever as vidas das pessoas que não nós mesmos, com uma afiada sensibilidade através da observação detalhada e da experiência de primeira mão” (p. 1). Marshall Sahlins critica a postura dos Estudos Culturais por considerarem que a antropologia se “esgota na etnografia”. Antes de tudo, para Sahlins, “etnografia é um ato de comparação” (2013, p. 23).

12 O desdobramento desse debate ficou conhecido como Antropologia Pós-Moderna (Cf. MARCUS & CUSHMAN, 1982; MARCUS, 1994; CLIFFORD, 2011 [1994]).

13 É fundamental compreender a distinção entre a noção de “texto” operada por Clifford Geertz e a noção de “escrita” em James Clifford. Na apresentação de *A experiência etnográfica*, de James Clifford (2011 [1994]), José Reginaldo Santos Gonçalves chama a atenção para o deslocamento que J. Clifford faz da noção de *texto* da hermenêutica de Geertz para a noção de *escrita*, aproximando-se de Jacques Derrida. Gonçalves informa que a noção de *escrita* “não é obviamente apenas a escrita etnográfica, em seu sentido estrito, mas também podem ser entendidas como ‘escrita’ as práticas sociais as mais distintas” (2011, p. 13). Enquanto, para Geertz, a noção de *texto* pressupõe uma leitura e reconstituição da *cultura* por meio da interpretação, tendo-a como “um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses e incoerências” (1989, p. 20), *escrita* em J. Clifford “traz como efeito a visão do texto como um campo de tensões, no qual não existe um significado único, coerente” (GONÇALVES, 2011, p. 13). Nesse sentido, “cultura”, “campo”, “rituais”, etc., são pensados por meio da metáfora da *escrita*.

Esse breve recuo nos permite situar o problema em torno das regras do fazer antropológico e propor uma reflexão sobre os procedimentos da pesquisa de campo. Marilyn Strathern, cuja pesquisa de campo nas terras altas da Nova Guiné ainda suscita deslumbramentos, argumenta que a relação entre a *observação* (dinâmica da experiência de campo) e a *análise* (dinâmica da etnografia), apesar das particularidades dos procedimentos – ou de girar em “órbitas próprias” –, é mediada por uma atividade ficcional desafiadora: a *escrita*. Para a antropóloga inglesa, “os etnógrafos se colocam a tarefa de não só compreender o efeito de certas práticas e artefatos na vida das pessoas, mas também recriar alguns desses efeitos no contexto da escrita sobre eles” (2014 [1999], p. 350).

Se seguirmos as entrelinhas dos argumentos expostos, concluiremos que a atividade ficcional da *escrita* antropológica, a etnografia, versa sobre o contexto dos “artefatos” vida social. Para levamos adiante os efeitos dessa reflexão, seria proveitoso dar um passo atrás nos perguntarmos pela própria noção de *campo*, aparentemente naturalizada em nosso vocabulário acadêmico: afinal, a que nos referimos, por exemplo, ao acionar a noção de “campo”? Segundo Bertrand Pulman, a noção de “campo” é relativamente recente na história da antropologia e o atual discurso da literatura antropológica faz uso dessa noção para designar tanto o “objeto da pesquisa” quanto o “lugar” onde desenvolve a pesquisa (2006, p. 226). Os múltiplos planos em que a noção de *campo* aparece entrelaçada – ora como “lugar” da pesquisa, ora como a “análise” posterior – dá-nos indícios de uma naturalização do repertório conceitual. Assim, passamos a nos referir intuitivamente às ideias de “ir a campo”, “voltar a campo”, “estar em campo”, “fazer campo” ou simplesmente “meu campo”.

Nunca é demais suspeitar do óbvio. Pensada em outros termos, a noção de *campo* deixa de ser concebida como uma espécie de “entidade” (ou essência) e passa a ser concebida como uma *construção*, um conjunto de interações agenciadas pela *observação* e a *redação*. Nos termos de Roy Wagner, a dimensão da pesquisa de campo é concebida como um ato de *invenção*, um ato de *extensão* do entendimento que não se restringe apenas às experiências do pesquisador, mas também ao conjunto daqueles com quem estabelece relações, seus interlocutores. De acordo com Wagner, se “o pesquisador de campo produz uma espécie

de conhecimento como resultado de suas experiências”, não menos “criativa” é a interpretação “nativa” sobre a atividade do antropólogo (2010 [1975], p. 49). Ainda de acordo com Wagner, “quando um antropólogo estuda outra cultura, ele a ‘inventa’ generalizando suas impressões, experiências e evidências como se estas fossem produzidas por alguma ‘coisa’ externa. Desse modo, sua invenção é uma objetificação, ou reificação, daquela ‘coisa’” (p. 61). Se levarmos adiante a provocação de Wagner, veremos que a noção de “campo”, assim como a categoria “cultura”, é um *recurso* por meio do qual buscamos apreender “as camadas sedimentares” do modo de vida do outro. É nesse sentido que a etnografia exerce sua função *criativa* e *artesanal*, uma experiência *sensível* e de um rigor *detalhista* (PEIRANO, 1995; INGOLD, 2011).

Conforme exposto por Strathern, o “momento etnográfico” articula-se entre a *observação* e a *análise*. Trata-se de um espaço onde se junta o que é *entendido* e a necessidade de *entender*; esse processo “só funciona se ela for uma recriação imaginativa de alguns efeitos da própria pesquisa de campo”, visto que a etnografia “cria um segundo campo” (p. 346). Assim, Strathern sugere novas alternativas para os sentidos – ou ficções – que a etnografia adquire no momento da redação. Desse modo, *explicitar* o conjunto das relações que constituem o *momento etnográfico* é um modo de permitir que os *fios* do saber antropológico se conectem e apareçam em sua complexidade: trata-se de *revelar* os instrumentos que moldam sua *escultura* textual.

Mas, o que entendo por *explicitar* os procedimentos? Bruno Latour ilustra essa questão com um diálogo “socrático” fictício entre um professor e seu aluno: “descreva, simplesmente, o estado dos fatos que estão à mão”, diz o professor ao ingênuo pupilo, um sujeito treinado para aplicar “molduras” teóricas. Por fim, pergunta o professor: “você pensa que descrever é fácil?” e, na sequência, adverte o aprendiz a não confundir “descrição”, uma tarefa “incrivelmente exigente”, com o “encadeamento de clichês” (2006, p. 341). Se por um lado, *descrever* é uma tarefa “incrivelmente exigente”, como sugere Latour, não menos rigoroso seria *explicitar* o processo por meio do qual se apreende cosmologias e práticas, pessoas e objetos, significados e significantes, bem como as experiências que insistem ser fugidias.

Um dos rendimentos de processo de explicitação, ao menos como recurso metodológico, é o fato de que tratar os dados etnográficos e apresentá-los ao leitor como se já estivessem “prontos”, além de consistir numa retórica textual, reduz a etnografia a um clichê cujo trabalho de ir a campo satisfaria apenas um protocolo acadêmico. A rigor, encarar a etnografia desse modo permitiria problematizar conceitos produzidos pelo pesquisador e “transmitir a complexidade dos conceitos nativos com referência ao contexto particular em que são produzidos” (STRATHERN, 2006 [1988], p. 33). A seguir, procuro articular os desafios de explicitar o processo de pesquisa com a questão da *alteridade*.

Terceiro ato: personagem onírico, simetria e inversão.

A perspicácia de Marcel Mauss (2003 [1938]) ao tratar da noção de *pessoa cristã* deixa pistas interessantes para pensar o caso da experiência onírica do José Ribamar e a concepção pentecostal de pessoa do Espírito Santo, divindade central na cosmologia pentecostal, a quem é atribuída uma série de funções mediadoras (FRY, 2000; RICCI, 2007; MAFRA, 2009, 2014). De acordo com Mauss, a categoria primordial da noção de *pessoa* (“eu”), a ideia de “consciência individual”, não encontrou sua solução no Ocidente por meio dos filósofos cartesianos, mas por meio dos movimentos sectários cristãos dos séculos XVII e XVIII, que produziram uma ideia do “direito de comunicar-se diretamente com Deus, de ser um sacerdote para si mesmo, de ter um Deus interior” (2003 [1938], p. 395).

Entre os pentecostais, a tensão entre o *transcendente* e o *mundano* é mediada por um agente divino que busca superar o distanciamento entre a divindade e a humanidade. Como notou Clara Mafra (2009), os pentecostais enfatizam a mediação do Espírito Santo para superar o problema da *distância* e *perfeição* que o cristianismo concebe acerca de Deus. Mafra sugere pelo menos três modos de *mediação*: no primeiro estaria suposto a *subjetividade* ou a fala interior; no segundo teríamos uma espécie de *fusão humano e transcendente* de onde surgiria uma classificação entre os “ungidos” e os outros; por fim, o terceiro modo estaria associado ao *transe* coletivo ou individual em cultos, vigílias, etc. (p. 81-86). Mafra

argumenta que essas categorias são construídas a partir de noções subjetivas de *sinceridade* e *verdade* (p. 82). Entre os pentecostais, os próprios *corpos* “santos” e “purificados”, mediam a *corporificação* do divino por meio de práticas. A categoria “revelação” acionada por José Ribamar para qualificar o sonho divinatório como uma mensagem do Espírito Santo apresenta as características dessa mediação, confundindo-se com a ideia de um “deus interior” tratado por Mauss.

Assim, a experiência onírica de Ribamar é disputada como uma modalidade de *saber* acessada por pessoas distintas e consideradas excepcionais, por reivindicar certo grau de intimidade com a divindade. Esse “sacerdote de si mesmo”, como diria Mauss, dispõe de um capital simbólico de distinção equivalente às noções de “pessoa consagrada” (MAFRA, 2009), “homem de Deus” (MARQUES, 2009), “pessoa pentecostal” (CAMPOS, 2011), “vaso/profeta” (TELES, 2015), cujo *status* é altamente respeitável e desejável entre os pentecostais, sem que isso seja uma generalização desmedida. No caso dos pentecostais, Clara Mafra sugere investir no “plano intersubjetivo e na constituição da pessoa” (2014, p. 188), argumentando que, para compreendermos a constituição da “pessoa pentecostal”, devemos levar em conta a combinação dos elementos da tradição católica e da tradição protestante no contexto brasileiro. No caso de Ribamar, as marcas dessas tradições são combinadas e articuladas no mesmo processo¹⁴.

14 Ribamar afirma ter compreendido sua vocação pastoral em 1995, após a experiência de uma revelação divina, na qual um personagem, identificado por ele como o próprio Jesus, teria o chamado para uma “mudança de vida”. Tateando-se para descrever a concreticidade do sonho divinatório, descrito como uma “experiência real”, Ribamar identifica o personagem onírico com Jesus por conta de algumas características iconográficas do imaginário cristão: o personagem é descrito como tendo barba branca, cabelos grisalhos, típicas vestes com cinto de ouro, cicatrizes dos cravos nas mãos e voz meiga. Além disso, os elementos da narrativa performática de conversão de Ribamar mimetizam a experiência do apóstolo Paulo, também descrita nos termos de uma aparição de Jesus (ver Atos: 9). Ribamar afirma ter familiaridade com as revelações do Espírito Santo desde sua infância, mas que essas experiências só foram compreendidas após se converter ao pentecostalismo. Para Mafra, “mesmo que os pentecostais continuem a recorrer a elementos culturais antigos – referentes católicos, espíritas, umbandistas, candomblecistas –, a lógica pentecostal passou a ter precedência sobre as demais” (2009, p. 74). Os sentidos da experiência presente sobrepõem-se às leituras das experiências do passado, reformulando-as conforme novos elementos se articulam.

Apesar disso, por que, entre muitos fatores, fui incapaz de levar epistemologicamente a sério um conjunto de práticas pertinentes ao saber antropológico? Suspeito que a imprevisibilidade com a qual minha presença foi “ajustada” aos fragmentos do sonho de José Ribamar trazia à superfície uma experiência passada que eu mesmo procurava evitar ou até negar. A princípio, essa modalidade de *recepção* não me parecia relevante (no sentido de levá-la epistemologicamente a sério), talvez pelo fato de minha pretensa objetividade evitar os “afetos” com meu passado religioso (pentecostal), visto até então como um problema¹⁵.

Como antecipei, ao longo de minha formação “converti-me” à antropologia, e não raro, uma experiência de *conversão*, tal como a etimologia do termo sugere, constitui-se, quase sempre, numa boa dose de *rejeição* ao passado. Essa “virada” epistêmica à antropologia pode mesmo ser pensada nos termos da noção de *conversão*, pois, como afirma Roy Wagner, “um antropólogo é alguém que usa a palavra ‘cultura’ com esperança, ou mesmo com fé” (2010 [1975], p.27). Se para Wagner “um antropólogo é algo como um ‘missionário da cultura’, acreditando (como todos os bons missionários) na coisa que inventa” (p. 35), é porque o estatuto de sua invenção exige certo tipo de adesão às suas regras e convenções.

Em que sentido os espectros do passado limitavam o procedimento analítico? Apesar da praxe de alteridade que eu julgava cultivar como aprendiz de antropólogo, o fato é que minha orientação teórica prévia e a nova *posição* de convertido à antropologia tendiam a colocar a cosmologia “nativa” em seu “devido lugar”, isto é, no campo das representações; a rigor, não levando meu interlocutor suficientemente a sério em seus próprios termos, entendia ser

15 Assim como Quesalid, feiticeiro descrito por Claude Lévi-Strauss (1973, p. 202), que mantinha uma atitude ambígua de descrença em relação aos xamãs com os quais concorria e ao mesmo tempo via-se se tornando feiticeiro, eu buscava “desnaturalizar” um conjunto de práticas com as quais havia sido socializado (numa fase juvenil) enquanto tornava-me antropólogo. Novas regras e convenções, modos de ser e pensar alternavam-se no processo de minha formação.

suficiente “acessar” a dimensão simbólica da cosmologia por meio de minha experiência e “decifrá-la” pelos instrumentos teóricos¹⁶.

Entretanto, enquanto eu perguntava pela dimensão dos significados, no plano das representações, José Ribamar insistia em comunicar experiências, no plano das práticas. O tom assertivo de Ribamar ao descrever as dificuldades de manter sua igreja – enquanto disfarçava as lágrimas – buscava tirar-me do nível de pergunta que Bruno Latour (2004) chamou de “duplo-clique”. Segundo o autor, o próprio discurso contém uma variedade de níveis e tomar como marco de referência determinados tipos de perguntas que não levam em conta a dimensão em que se localiza o tipo de enunciado implicado na fala religiosa significa torná-la “vazia”, “tediosa”, “repetitiva”. Para Latour, o discurso religioso “busca justamente frustrar a tendência ao duplo-clique, desviá-la, rompê-la, subvertê-la, torná-la impossível” (2004, p. 335). Desse modo, o autor compara o *discurso religioso* ao *discurso amoroso*, cujo sentido só é compreendido quando há correspondência de sentido. Os enunciados da fala conteriam uma diversidade de dimensões, de modo que as perguntas devem ser feitas considerando os distintos planos discursivos.

Retomando as notas do dia 26 de abril de 2009, percebi que enquanto estávamos sentados no pilar de entrada do pequeno templo, Ribamar reagia às minhas perguntas acerca de sua trajetória e da fundação de sua igreja nos seguintes termos:

Ah não, isso não foi ideia [minha], não! Agora vou entrar no lado espiritual, isso não foi ideia [puramente humana]. A minha igreja não foi trazida assim no sentido meu de caçar um nome bonito, não! Foi trazida pela parte [vontade] de Deus mesmo. É sério, você pode acredita nisso? [retoricamente respondo que sim]. O nome da Manjedoura foi algo que veio do céu, de Deus. Foi numa madrugada, dormindo, que tive a revelação. Eu vi o formato de uma estrela brilhar e chegar perto de mim, na visão. E ali eu abri bem os olhos

16 Meu projeto inicial partia dos pressupostos fenomenológicos da experiência religiosa, na dicotomia *sagrado* e *profano*, tal como expressa o conceito eliadiano de *hierofania*. Evidente que Mircea Eliade (2001) é um teórico refinado, mas o conceito ontológico de “religião”, definido de antemão, não me ajudaria a descrever as práticas. Ao invés de me perguntar por uma “ontologia” da experiência religiosa, passei a me perguntar pelas práticas.

e olhei, mas estava dormindo. Aí eu vi umas letras de ouro, umas letrinhas tudo amarelinhas, vi os números, vi tudo. Vi as estrelas que formou o céu. Vi a Bíblia que se abriu ali no livro de Lucas. E ali estava o capítulo e o versículo [Lucas 2:7]. Aí eu espantei e perguntei: ‘Senhor, será que tenho que colocar o nome da Manjedoura [até então Corrente do Poder] de Manjedoura?’ Aí eu fiquei com aquela confusão [acerca do significado do sonho]... Aí, numa outra tarde, eu estava dormindo, aí eu vi a mesma coisa [“confirmação” do sonho]. Eu vi as letras e os números... o capítulo da manjedoura, o versículo e uma faixa [escrita]: ‘Manjedoura de Cristo’... Eu mesmo discernei o nome que não pude entender. O nome de Manjedoura significa o símbolo da humildade. Temos que ser humildes, temos que ser pequenos diante de Deus. Nós, pra ter uma igreja, temos que ser o último, o mais pequeno... [a manjedoura] era um lugar desprezado pelo homem e Jesus nasceu lá. Nós temos que ser assim (sic) (26/04/09).

A descrição do sonho divinatório pode ser traduzida nos termos de uma “bricolagem”, no sentido dado por Claude Lévi-Strauss (1989 [1962], p. 32), isto é, o modo pelo qual o pensamento mítico opera novos sentidos ao articular fragmentos que possuíam significados distintos. A narrativa do sonho apresenta uma série de elementos díspares, fragmentos e pedaços, articulando-os em novos arranjos criativos: modos de classificação e nomeação, referência às constelações, composição textual das “letras de ouro” e “números”, cenários míticos e objetos da narrativa natalina, exemplaridade da humildade, modos de distinção, etc. E apesar de Ribamar afirmar que tenha discernido o sonho sozinho, podemos inferir – como Lévi-Strauss procede com os mitos (2010 [1964], p. 37) – que o “sonho não tem autor” e que sua “interpretação” é resultado de uma construção coletiva.

De fato, apenas mais tarde dei-me conta de que minha presença como pesquisador, à minha revelia, ocupava um lugar predefinido no esquema da bricolagem do sonho divinatório, a exemplo da construção simbólica da noção de igreja. O personagem com o qual fui identificado no plano onírico permitia, homologicamente, a construção de relações no plano das interações. Tal situação pode ser comparada ao controverso caso do capitão James Cook descrito por Marshall Sahlins (1990). Segundo Sahlins, Cook e sua tripulação teriam sido

relacionados à *estrutura* cosmológica dos nativos havaianos e recebidos como “estrangeiros divinos”. Cook ocupava diferentes *posições* no mito-práxis havaiano: no primeiro episódio, teria sido associado à expectativa de pacificidade da divindade Lono e recebido com celebrações; no segundo episódio, após perder-se no mar e retornar à ilha, teria sido associado à função guerreira da divindade Ku e recebido com sacrifício. Havia, portanto, uma relação de *continuidade* entre a primeira e a segunda visita de Cook, alternando *celebração* e *tragédia*.

Em meu caso, *celebração* e *tragédia* como variáveis da recepção também estavam relacionadas, não apenas na dimensão simbólica, mas também no plano das práticas. Ser “revelado” ou anunciado pelo Espírito Santo implicava também as variações do que poderia ser “interpretado” por meu interlocutor, sem que eu mesmo, como no caso do capitão Cook, tivesse algum tipo de controle. O personagem onírico era tão “móvel” quanto minha *posição* de observador-observado. Desse modo, o personagem onírico e seus elementos míticos, o pesquisador e seus instrumentos, o sonho e seu referente, significado e significante, são relacionados criativamente num sistema de orientação de práticas e seus “lugares” são definidos pelos jogos interpretativos estabelecidos na interação entre pesquisador e interlocutor. Ou seja, fui identificado ao personagem da revelação não apenas *criativamente*, mas também *positivamente*, o que por certo facilitou minha inserção em campo.

É possível supor o desconforto que teria experimentado caso o personagem do sonho fosse relacionado ao polo “negativo”, ao “imaginário” cristão (pentecostal) dos demônios: minha presença teria sido enunciada de outro modo, no mínimo, como um potencial emissário digno da desconfiança de meu interlocutor, a exemplo do episódio trágico do capitão Cook. A *interpretação* negativa mudaria consideravelmente a identificação do personagem com minha presença; minha *posição* de observador-observado teria sido vista com cautela, tal como no caso em que fui confundido com um fiscal da prefeitura pelo pastor Aparecido, amigo de Ribamar¹⁷.

17 Basta lembrar, por exemplo, da recepção de Edward Evans-Pritchard (2008 [1937]) entre o povo nuer na década de 1930, visto – ao que tudo indica – como representante do sistema administrativo colonial, a ponto de levá-lo a uma “nuerose” (conforme seu trocadilho). Clifford Geertz (1989) também narra uma situação em Bali, onde procurou um modo de “situar-se” na expectativa nativa e conseguir a confiança dos balineses. Entretanto, a “invisibilidade” com a qual Geertz julgava ser tratado, já era um modo de “ser visto”.

Meu argumento, portanto, é que esse encontro emoldurado por uma modalidade de *saber*, um sistema de orientação, pode ser lido como um modo de *simetrizar* os marcadores das diferenças entre nós, tornando evidente um jogo de interesses recíprocos em campo: enquanto eu buscava explicitar os objetivos de minha pesquisa (pouco relevante para ele, imagino), Ribamar certamente elaborava um modo de *ajustar* minha presença à sua expectativa e, desse modo, persuadir-me ou impressionar-me acerca do sonho divinatório que acabara de atribuir um sentido. Ao justificar o sonho como uma “revelação” divina, Ribamar afirmava não se sentir surpreso com minha presença, apesar do estado eufórico indicar o contrário.

A partir dessas considerações etnográficas é possível colocar mais um elemento: a identificação do personagem do sonho com minha presença, por parte de José Ribamar, consistia não apenas numa espécie de ajuste das *relações* assimétricas (inevitavelmente) estabelecidas em campo, mas também numa *inversão* das posições discursivas. Digo isso porque em momentos posteriores, ao passo que me pedia para relevar sua pouca instrução, José Ribamar acionava com frequência essa modalidade de saber não dominado por mim, procurando persuadir-me de suas convicções e converter-me ao conjunto de seus seguidores.

Alguns exemplos etnográficos de minha participação nos cultos ajudam a esclarecer o que chamo de “inversão” das posições discursivas. Com o passar do tempo, em diferentes situações, eu não era mais visto como pesquisador, mas como um convertido em potencial, saudado sempre com “a paz do Senhor”, cortesia dirigida aos pares. Em várias ocasiões Ribamar perguntava se eu havia gostado do culto, se eu havia entendido e gostado da pregação. Houve um dia em que Ribamar dirigiu-se a mim com uma linguagem ritual que os participantes do culto classificam pela categoria “profecia”, afirmando que eu tinha uma “chamada divina” para ser “pastor” e “pregador”, e que isso era uma “grande obra”. Entretanto, para que essa chamada divina se concretizasse havia uma condição: eu deveria tirar a “pedra do coração”, isto é, remover a dúvida que impedia minha conversão e superar a minha condição rebelde. Afirmava, ao final, que não se importava se eu acreditasse ou não, simplesmente fazia-lhe conforme lhe foi “mandado” por Deus.

Essas notas etnográficas dão conta de que passei a ser visto como um *convertido* em potencial e em várias ocasiões fui chamado à frente para receber oração, ler um “versículo da Bíblia” ou contar algum “testemunho”. De fato, fui considerado como tendo me convertido ao aparecer em um dos cultos com o cabelo cortado, tendo me aproximado do perfil do fiel. Após sucessivas insistências, apesar da timidez e do constrangimento, resolvi ir à frente uma vez e agradecer pela recepção, discurso que a seus olhos não deixava de ser um “testemunho” de fé. Como afirmou Ribamar, eu teria que remover a “pedra do coração”, dissipar a dúvida e ascender à fé. Não obstante minha incapacidade para “tirar a pedra” e tornar-me um aprendiz de pastor, ao menos como tarefa etnográfica, tento *esculpi-la* como aprendiz de antropólogo e produzir um modo de problematizar o saber antropológico. O “pilar da porta”, nesse sentido, foi o *limiar* de um rito de passagem de minha formação como aprendiz de antropólogo.

Epílogo: esculpindo uma *pedra*: retoques de escultura inacabada

Tomando como eixo uma específica situação de campo na qual fui identificado com um personagem onírico, procurei relacionar os efeitos desse encontro sobre o processo de construção de minha estratégia narrativa. Voltei-me aos dados primários de minha pesquisa de Iniciação Científica como uma espécie de *bricolagem etnográfica*, uma *escultura* inacabada, aberta aos retoques. Penso agora se de fato voltei a campo (por meio dos dados etnográficos) ou se sempre estive nele, uma vez que os afetos de uma experiência passada se fazem presentes na memória, uma espécie de “vida lembrada por quem a viveu”, conforme a segunda epígrafe de Walter Benjamin (1987 [1929], p. 37).

A modalidade de inserção que descrevi poderia também ser pensada nos termos de uma *imersão*, visto que minha presença em campo se constituía em “parte dessas relações” (STRATHERN, 2014 [1999], p. 354). De acordo com Strathern, imersão diz respeito ao *momento etnográfico*, na relação que junta o que é analisado no momento da observação e o que é observado no momento da análise, a relação entre o que é “entendido” e a “necessidade de entender”

(p. 350). A ideia de *imersão* aponta para um *movimento*, uma *dinâmica* do conhecimento na qual o etnógrafo é colocado no contexto das relações e reconhece seu *papel* no drama, bem como suas implicações.

Considerando o dinamismo das interações em campo, argumentei que o tratamento que estende o *estatuto* de criatividade ao *outro* – tal como propõe Roy Wagner (2010 [1975]) – e que pretende levá-lo a sério em seus termos, apesar dos *afetos* assumidos, de modo algum pode ser evitado pela teoria etnográfica. Tomar a experiência onírica de José Ribamar nos termos de uma modalidade de *saber*, não se trata de uma condescendência epistemológica, de uma atitude “salvacionista” que pretende “dar voz ao nativo” ou “traduzi-lo”, supondo que ele seja “incapaz” de fazê-lo; trata-se de levá-lo a sério em seus construtos; trata-se de tentar produzir “uma etnografia dos processos de reflexividade” e apreender as interações entre “diferentes visões de mundo”, tal como propõe Paula Montero (2009, p. 203-204).

Para além dos “encadeamentos de clichês”, como diria Bruno Latour, a descrição consiste na apreensão do que os atores *fazem* e não apenas na circunscrição dos *lugares* que ocupa: “se eles fazem algo, eles marcam uma diferença” (2006, p. 349). A experiência onírica de José Ribamar com a qual fui identificado informa a construção de *posições discursivas* ocupadas por pesquisador e interlocutor, bem como uma modalidade de *saber*, um modo de *atuar* e *fazer* de um ator que disputa um tipo de distinção. Ainda que haja objeções a esse argumento e se insista em tratar essa experiência onírica no plano de uma “cosmologia repulsiva” (HARDING, 2000), ou uma espécie de “outro repugnante” (CANNELL, 2005), o fato é que esse *imaginário* agencia relações e faz pessoas *agirem* e ascenderem a explicações sobre os fenômenos que as cercam. Minha própria atividade de pesquisa não escapou do agenciamento das relações, ainda que eu as negligenciasse.

Explicitar o processo de pesquisa, como parte da atividade etnográfica, é realmente uma tarefa fácil? De nossa parte, explicitar os pressupostos de uma estratégia narrativa é também um modo de *revelar*: trata-se de um desvelamento que supõe não apenas *abrir cortinas*, mas também “tirar a pedra” e esculpi-la.

Como diria Goethe em sua instrução ao jovem pintor (também válida para o aprendiz de antropólogo): “com o escultor ele aprende a proporção, a anatomia e as formas, mesmo que sob a instrução dessas noções apenas se exercite no desenho; além disso, ele também encontra ensinamentos no modelado, que para ele no futuro será da maior utilidade em sua arte” (2008 [1797], p. 89). Na justa medida da comparação, o antropólogo também se interessa, sobretudo, em *conhecer os homens e representá-los em instantes interessantes*.

Em suma, tendo em vista a natureza temporal e condicionada da etnografia, devemos estar abertos às compreensões posteriores e permitir-nos aos “retoques” de sua *escultura*. Conforme Clifford Geertz, uma das funções da etnografia, esse ato criador que *esculpe* marcas de diferentes discursos, é “proporcionar narrativas e enredos que nos tornem visíveis para nós mesmos” (2001, p. 82). Seja como for, no que diz respeito aos signos mobilizados em campo e em sua redação, podemos afirmar como Maurice Merleau-Ponty, que “jamais encontramos na fala dos outros senão o que nós mesmos pusemos” (2012 [1964], p. 35).

Concluo, portanto, retomando um fragmento de Gaston Bachelard, uma das epígrafes que abrem este artigo:

Se souber escolher, se escutar os oráculos da tinta profética, terá a revelação de uma estranha *solidez* dos sonhos. Baudelaire, depois de tantos pesadelos fugidios, gostava de encontrar em suas noites o que chamava de sonhos de pedra, “os belos sonhos de pedra!” (1986, p. 48).

Depois de tantos pesadelos fugidios submetidos ao processo de pesquisa, quem sabe não seja o momento de encontrar os *belos sonhos de pedra*, tal como descreve Bachelard em relação a Baudelaire.

Referências

BACHELARD, Gaston. “Um devaneio da matéria”. In: **O direito de sonhar**. São Paulo, Difel. 1986.

BENJAMIN, Walter. “A imagem de Proust”. In. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. “O profeta, a palavra e a circulação do carisma pentecostal”. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 1013-1049, 2011.

CANNELL, Fenella. **The Christianity of anthropology**. Royal Anthropological Institute, *J. Roy. anthrop. Inst.* (N.S.) **11**, 2005.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Editora UFRJ, 2011

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os nuer: uma descrição do modo de sobrevivência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva. 2008 [1937].

FRY, Peter. “O Espírito Santo contra o feitiço e os espíritos revoltados: ‘civilização’ e ‘tradição’ em Moçambique”. In. **Mana**, 6(2), 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. “Os dilemas do antropólogo entre ‘estar lá’ e ‘estar aqui’”. São Paulo. **Cadernos de Campo**, ano 8, n. 7, 1998.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Escritos sobre arte**. São Paulo: Humanitas, 2008 [1797].

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Apresentação”. In: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Editora UFRJ, 2011.

HARDING, Susan Friend. **The book of Jerry Falwell: fundamentalist language and politics**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

INGOLD, Tim. “Antropologia não é etnografia”. **Being Alive**. Routledge: London and New York, 2011.

LATOURE, Bruno. “Não congelarás a imagem, ou, como não desentender o debate ciência-religião”. **Mana**, v. 10, n° 2, 2004.

_____. “Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático)”. In: **Cadernos de Campo**, Ano 15, jan/dez 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “O feiticeiro e sua magia”, in: **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1973.

_____. **O pensamento selvagem**. Campinas-SP. Papirus, 1989 [1962].

_____. **O cru e o cozido** (Mitológicas, vol. 1). Cosac Naify, 2010 [1964].

MAFRA, Clara. “Distância territorial, desgaste cultural e conversão pentecostal”. In: ALMEIDA, Ronaldo (Orgs.). **Religiões e cidades: Rio de Janeiro e São Paulo**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009. (Coleção Antropologia Hoje).

_____. “Santidade e sinceridade na formação da pessoa cristã”. Rio de Janeiro. **Religião & Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 173-191, 2014.

MARCUS, George E. “O que vem (logo) depois do ‘pós’: o caso da etnografia”. In: **Revista de Antropologia**, vol. 37. 1994. Tradução de Heloisa Buarque de Almeida.

MARCUS, George E. & CUSHMAN, Dick. “Ethnographies as texts”. In: **Ann. Rev. Anthropol**, 1982.

MARQUES, Delcídes. **Confissões e ficções de um antropólogo: etnografia dos pregadores da Praça da Sé**. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social): Campinas: IFCH/Unicamp, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril-Cultural, 1984 [1922].

MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de eu”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo. Cosac & Naify, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A prosa do mundo**. Cosac Naify. São Paulo. 2012 [1964].

MONTERO, Paula. “Jürgen Habermas: religião, diversidade cultural e publicidade”. **Novos Estudos Cebrap**, n. 84, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. São Paulo. Unesp, 2006.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PULMAN, Bertrand. “Por uma história da noção de campo”. In: **Cadernos de Campo**, Ano 16, jan/dez 2007. Revista do PPGAS da USP-FFLCH/USP, São Paulo.

RICCI, Maurício. “Glossolalia, Iniciação e alteridade no pentecostalismo”. In. **Cadernos de Campo**, 2007.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1990.

_____. **Esperando Foucault, ainda**. Cosac & Naify, 2013.

SIGAUD, Lygia. “Doxa e crença entre os antropólogos”. In. **Novos Estudos**, n. 77, 2007.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas-SP, Editora da Unicamp. 2006.

_____. “Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia” [1987] e “O efeito etnográfico” [1999]. In. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify. 2014.

TELES, José Edilson. “Vasos rebeldes: modos de distinção e autenticidade na constituição de um pastor pentecostal e sua igreja”. In: MONTERO, Paula (Org.). **Religiões e controvérsias públicas**: experiências, práticas sociais e discursos. São Paulo: Terceiro Nome, 2015 (Coleção Antropologia Hoje).

VELHO, Otávio. “O cativo da Besta-fera”. **Religião & Sociedade**, n. 14/1, 1987.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1975].

Brasilândia: outras formas de gestão da violência¹

Mayara Amaral Dos Santos

*“Tambor, tambor, vai buscar quem mora longe[...]
Vêm chegando os poetas pra falar no meu sarau[...]”*

Tambor: Sarau da Brasa, São Paulo, julho de 2011.

Introdução

A ELITE TREME

Nosso Manifesto

A elite encontra-se nos grandes centros comerciais, rodeada pelas periferias que ela própria inventou.

A periferia se arma e apavora a elite central.

Nas guerras das armas, os ricos reprimem os favelados com a força do Estado através da polícia.

Mas agora é diferente, a periferia se arma de outra forma.

Agora o armamento é o conhecimento, a munição é o livro e disparo vem das letras.

Então a gente quebra as muralhas do acesso e parte para o ataque.

Invadimos as bibliotecas, as universidades, todos os espaços que conseguimos para arrumar munição (informação).

Os irmãos que foram se armar, já estão de volta preparando a transformação.

Não queremos falar para os acadêmicos, mas sim para a Dona Maria e o Seu José, pois eles querem se informar.

E a periferia dispara.

Um, dois, três, quarto, vários livros publicados.

¹ Artigo resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido em 2016, sob a orientação da prof.^a Sonia Nussenzweig Hotimsky.

A elite treme.

Agora favelado escreve livro, conta a história e a realidade da favela que a elite nunca soube ou nunca quis contar direito.

Os exércitos de sedentos por conhecimento estão espalhados dentro dos centros culturais e bibliotecas da periferia.

A elite treme.

Agora não vai mais poder falar o que quiser no jornal ou na novela, porque os periféricos vão questionar.

O conhecimento trouxe a reflexão e a reflexão trouxe a ação. Agora a revolta está preparada e a elite treme.

Não queremos mais seus tênis, seus celulares.

Não queremos mais ser mão de obra barata, nem consumidores que não questionam a propaganda.

Queremos conhecimento e transformações nas relações sociais.

A elite treme.

Agora não mais enquadrados madames no farol e sim queremos ter os mesmos direitos das madames.

E é por isso que a elite TEME.²

Coletivo Cultural Poesia na Brasa

A ELITE TREME: SARAU DA BRASA (São Paulo, julho de 2011)

“Era por volta das 15h, no meio do mês de agosto de 2015, o dia estava ensolarado e, na Praça Sete Jovens, a juventude jogava bola, fumava e conversava. Eis que do outro lado da rua, dois meninos negros de aproximadamente 15 anos estavam parados, conversando próximo a um bar, e então um carro preto quase os atropela. O carro não tinha identificação, cantou os pneus pra cima deles. De dentro do carro saíram dois policiais militares fardados, que revistaram os meninos, deram um quadro, passaram a mão por todo o corpo deles. Os meninos só respondiam “Não, Senhor.”; “Sim, Senhor”. De cima, uma câmera apontava para os PMs, era uma moradora filmando o ato dos policiais, ela estava na janela do sobrado atrás de uma plantinha. Um policial olhou para o alto e perguntou: ‘Já está filmando, senhora?’ e a senhora respondeu: ‘Não, senhor. Imagina!’

² Sempre que aparecer a narrativa de um sujeito de minha pesquisa, terá o destaque em itálico.

Eu, do banco da praça, observava toda a cena, estava esperando o Tiago para gravar um documentário sobre LGBTs periféricos. Ninguém na praça falou nada, todos olham, mas ninguém fala nada, é a rotina, e não há o que se fazer. Jovens e crianças presenciam essa cena todos os dias, as mães já são espertas e gravam a ação dos policiais.

Os policiais após revistarem os meninos continuaram observando a praça do outro lado da rua. Eu estava gravando o documentário com o jovem Tiago³, de 19 anos, homossexual, morador do Peri Alto, bairro vizinho ao Elisa Maria. Durante a filmagem, nós nos deslocamos pela praça para pegar diferentes ângulos, porém, em certo momento, os policiais perceberam que estavam sendo filmados por uma câmera profissional e a todo momento desviavam-se do foco da câmera, eu os seguia com a filmagem e percebi o quão irritados ficaram.” (Transcrição de meu caderno de campo, 2016).

Duas chacinas foram analisadas em meu Trabalho de Conclusão de Curso: uma ocorrida em 2007, no escadão da Rua Olga Benário, e outra em 2014, que aconteceu na própria Praça Sete Jovens, feita para homenagear os jovens vítimas da chacina de 2007.

Na primeira chacina, sete jovens foram vítimas, seis morreram e um, que conseguiu correr, ficou paralítico e cego. Essa chacina foi cometida por policiais que estavam à paisana, em um carro preto, desceram e metralharam os jovens. Mães perderam filhos naquele dia. Uma perdeu dois filhos. A Secretaria de Segurança Pública, ante a tal situação, coloca em prática, no ano de 2007, a Operação Saturação⁴, em que mais de 600 policiais são enviados para o bairro do Jardim Elisa Maria. Com isso, passamos a viver em Estado de sítio. Toda vez que um cidadão saía de casa, tinha que mostrar o RG, não importava se ele saísse dez vezes de casa, segundo o sr. Rondino – liderança popular do bairro – os moradores eram extremamente controlados e tratados todos como suspeitos.

Após esse episódio, o coronel José Hermínio Rodrigues, que coordenava todo o batalhão da Zona Norte, começou a investigar o caso da chacina dos

3 Os nomes utilizados neste artigo são fictícios.

4 Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/termina-primeira-fase-da-operacao-saturacao-no-jardim-elisa-maria/>

sete jovens. Em fevereiro de 2008, o coronel foi assassinado⁵ enquanto andava de bicicleta, à luz do dia, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares. O que temos aqui é a milícia, dentro de uma instituição do Estado de São Paulo. Até hoje esses policiais estão soltos.

Em 2009, chega ao bairro o projeto Praças da Paz, financiado pela SulAmérica, companhia de seguros, e pelo banco Unibanco, em parceria com o Instituto Sou da Paz. Esse projeto visava criar espaços comunitários de recreação para comunidades em situação de extrema vulnerabilidade social. A praça foi construída com o apoio da comunidade e, quando ficou pronta, houve uma votação para escolher seu nome, o primeiro nome escolhido foi Praça Zumbi dos Palmares, porém, segundo uma Lei criada pelo ex-prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, não poderia haver dois logradouros com o mesmo nome na cidade, e já havia uma Praça Zumbi dos Palmares, na região da Vila Nova Cachoeirinha, próximo ao bairro Jardim Elisa Maria. Praça Sete Jovens foi o segundo nome mais votado e, então, foi adotado. Como mencionado, trata-se de uma homenagem aos jovens assassinados na chacina de 2007.

Quatro anos depois, surge o Samba do Bowl, movimento liderado pelos jovens da Praça Sete Jovens, em que é realizado o samba dentro do *bowl* de skate da praça, o que causava o eco maior do som. Esse movimento cultural acarretou uma organização política horizontal, apartidária e de esquerda, que se organizou em rede local com outros movimentos culturais e que atravessou as barreiras espaciais locais, circulando por outras periferias, em outras extremidades da cidade, como nas zonas Sul, Leste e Oeste, formando redes de resistência periféricas.

Em 2014 temos outro infeliz acontecimento na própria Praça Sete Jovens: mais três jovens são assassinados, ficando a incógnita se foi a polícia ou se foi uma briga do tráfico, mas o que sabemos é que mais três jovens foram assassinados no Jardim Elisa Maria. Há o relato que, na manhã seguinte ao crime, passa uma viatura e avisa aos que estavam ali – recolhendo as camisetas ensanguentadas de seus amigos e fazendo uma faixa em protesto para estender no local com

5 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/03/04/pms-acusados-de-matar-coronel-que-investigava-grupos-de-extermínio-sao-absolvidos.htm>

os dizeres: “aqui morreram três jovens inocentes” – que era melhor eles saírem porque podiam ser os próximos. A faixa era de aproximadamente três metros, preta, com as palavras escritas em vermelho.

Em seguida, os grupos de cultura, as lideranças políticas locais e os familiares e amigos dos jovens assassinados organizam um ato, ainda em 2014, na Avenida Deputado Cantídio Sampaio, no qual queimam pneus, formando barricadas contra os ataques da polícia e protestam contra a morte dos jovens. Todos acusam a Polícia Militar por assassinar os jovens. Enquanto uma das mães negociava com o comandante da polícia para que o protesto fosse permitido, pois ela havia perdido seu filho na chacina; foram atacados pela própria polícia com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. De repente, a polícia estava batendo com seus cassetetes em todos os presentes: mães, pais, jovens, famílias inteiras com suas crianças. Os manifestantes corriam pelos escadões e a polícia batia neles. Todos tentavam se defender ou se esconder como podiam, a perseguição levou horas e foi televisionada pelo programa do apresentador Datena.

Outro episódio de violência foi narrado por Lucas. Ele conta que o Samba do Bowl foi invadido por policiais que não permitiram que o samba acontecesse. No manifesto divulgado pela Rádio Cantareira, também foi relatado o fato de o samba ter sido interrompido pela polícia. No domingo, 20 de abril de 2014, aproximadamente cem pessoas acenderam velas e vestiram camisetas com dizeres clamando por justiça e paz, num ato de luto pelos jovens assassinados e pela agressão sofrida pelos participantes do samba, realizado mensalmente na praça. Apesar de chocante, o episódio não foi noticiado pelos grandes veículos de comunicação. Outro ato, organizado pelo líder popular, Rondino, pelo Samba do Bowl e por amigos e familiares dos jovens assassinados.

Os jovens das periferias não são vistos como cidadãos comuns. É criada uma imagem deles na mídia e na sociedade, em geral, de que eles são o suspeito padrão, aquele sujeito que irá assaltar a sua família ou você. Esse sujeito, para a sociedade e para a polícia, tem um padrão de cor, pois normalmente são pardos e pretos; de gênero; são homens; e de idade, são jovens, e assim, são assassinados pela polícia nas periferias de São Paulo.

Para Teresa Caldeira (2002, p. 135), as instituições da ordem parecem contribuir para o aumento da violência em vez de controlá-la. Ela aponta para a população que prefere métodos extralegais, ultraviolentos, para lidar com a criminalidade, ao invés de defender os direitos civis.

Em 1992, os homicídios cometidos por policiais na cidade de São Paulo eram 20% maiores do que em Nova York. Tanto em São Paulo, como em outras cidades brasileiras, a polícia faz parte do problema da violência, ao invés de atuar pelo bem-estar dos cidadãos. Infelizmente, há um padrão cultural que defende o uso da violência, a qual tem o apoio popular, pois até mesmo as camadas trabalhadoras dão suporte a algumas das formas e manifestações do uso abusivo da força, Caldeira (2002) apud (Chevigny 1995: 46,67).

Sobre a classe trabalhadora, Feltran (2011) relata que há a necessidade da coexistência entre trabalhadores e bandidos, pois, no território urbano periférico, “tanto o crime quanto o trabalho funcionam como elementos constitutivos e legítimos” (p. 162). O autor aponta também para o fato da homogeneização da periferia, em que há uma generalização do morador trabalhador como bandido. Essa homogeneização ocorre nas Operações Saturação, por exemplo, quando a polícia não distingue trabalhadores e bandidos, pelo fato de se morar no mesmo espaço, a periferia, todos são acusados e suspeitos de serem bandidos. Podemos refletir com Caldeira e Feltran, que há uma “alienação” na população periférica em relação à violência, mas também uma “alienação” total de grande parte da sociedade que julga esses sujeitos, moradores da periferia, como violentos e bandidos. A violência policial que os trabalhadores periféricos apoiam é a mesma violência que agride seus parentes e amigos, gerando um ciclo infinito de violências.

O suspeito padrão é visto como não tão humano, é um “outro” passível de morte, como aponta Butler (2011). Essa forma de diferenciação é o que possibilita que um policial aperte o gatilho para outra pessoa em um “auto de resistência”. Porém, pesquisas como a da Anistia Internacional comprovam que a justificativa da autopreservação não é o bastante para o discurso e a promoção da violência. “Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria

dos homicídios é praticada por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados” (ANISTIA INTERNACIONAL)

A anulação do outro, esse ser tão próximo, de classes populares, pardo ou negro, morador da periferia, jovem, que em sua maioria é um igual a um policial, mas que é anulado pelo discurso e pela linguagem. Por isso, é construída uma linguagem, um discurso de anulação do sujeito periférico (D’ANDREA, 2013), este que é o suspeito padrão, até hoje com suas marcas negras nos protocolos da Polícia.

Cabe ao Estado elaborar um suspeito, e este foi colocado na figura do jovem negro da periferia, que é assassinado a cada 23 minutos no Brasil. Mais jovens são assassinados em um ano no Brasil do que em países que se encontram em guerra atualmente, segundo a Anistia Internacional.

Butler (2011) reflete sobre o sofrimento causado pela guerra e como essa manipulação do discurso busca relacionar narrativas para construção de uma história na qual nem sempre se diz a verdade, por vezes, suspende-se a real precariedade da vida.

O processo de esvaziamento do humano feito pela mídia por meio da imagem deve ser entendido, no entanto, nos termos do problema mais amplo de que esquemas normativos de inteligibilidade estabelecem aquilo que será e não será humano, o que será uma vida habitável, o que será uma morte passível de ser lamentada. Esses esquemas normativos operam não apenas produzindo ideais do humano que fazem diferença entre aqueles que são mais e os que são menos humanos. Às vezes eles produzem imagens do menos que humano, à guisa do humano, a fim de mostrar como o menos humano se disfarça e ameaça humano ali naquele rosto. Mas muitas vezes esses esquemas normativos funcionam precisamente sem fornecer nenhuma imagem, nenhum nome, nenhuma narrativa, de forma que ali nunca houve morte tampouco houve vida. [...] (p. 28-29)

Esse texto é importante para a reflexão, pois, no Brasil, os jovens negros, por serem construídos em sua imagem como um sujeito suspeito padrão, com sua cor padrão, estão vulneráveis à manipulação da mídia em novelas e em

programas sensacionalistas como “Datena” ou “Cidade Alerta”, nos quais sempre são mostrados como jovens, moradores das favelas, sendo bandidos, assassinos.

O âncora, ao adjetivar os acusados e se colocar como uma autoridade no assunto tratado, posiciona-se no lugar de juiz da sociedade, substituindo ou tentando substituir as instituições do judiciário, ou assumindo o papel do próprio Estado, que controla e disciplina os desvios sociais. O Cidade Alerta propõe um pacto com a audiência de um jornalismo de vigilância, denúncia e prestação de serviço social. Desta forma oferece ao repórter o papel do vigilante da sociedade: está ali para acompanhar e denunciar as falhas dos sistemas sociais públicos e privados, alertando a sociedade sobre os riscos que corre e chamando-a para a ação social. O Cidade Alerta assume essas características, deixando transparecer a noção de quarto poder tão requerida pelo jornalismo. Esta relação de quarto poder vai sendo estabelecida à medida que o programa vai se desenvolvendo e está na maneira como o programa se relaciona com a sua audiência.⁶(OLIVEIRA, 2011)

Isso contribui para o imaginário brasileiro do ser humano possível de ser executado e, por isso, muitas vezes não há nenhuma, ou pouca, comoção com as chacinas dos jovens periféricos, pois estes são corpos que já não importam, ou seja, segundo Butler, menos humanos.

De acordo com a socióloga Caren Ruotti:

essa seletividade é um aspecto fundamental para entender o subseqüente processo de impunidade presente não só no caso de Gabriel como de outras vítimas de violência perpetrada por agentes estatais, bem como sua invisibilidade social. Isso porque está baseada no pressuposto que nem todas as ‘vítimas’ têm direito ao reconhecimento público e à consideração de seu sofrimento como igualmente legítimo ou intolerável pela sociedade. Dentro dessa lógica, pouco é feito para elucidar as mortes e punir judicialmente seus

⁶ Disponível em: OLIVEIRA, Danilo Duarte. Cidade Alerta: jornalismo policial, vigilância e violência. In: GOMES, Itania Maria Mota. (Org.) Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo [online].

responsáveis. Assim, esses são processos que, embora ocorram após a morte das vítimas, constituem-se também em aspectos de vulnerabilidade à violência letal, uma vez que compõem os mecanismos sociais de estigmatização e criminalização enunciados anteriormente, corroborando para um ciclo de violência (RUOTTI, 2014).

Continuando a reflexão sobre corpos menos humanos ou passíveis de morte, Vianna e Farias (2011) refletem sobre como é a luta das mães por justiça no julgamento dos policiais que assassinaram seus filhos. Para Butler (2004, p. 21-23), a perda instaura uma dúvida primordial sobre quem é esse “eu” que passa a existir sem “você”. O luto como senso de comunidade. A solidariedade é compartilhada apenas entre aqueles que sentem a mesma dor e se compreendem. Pessoas que não são familiares ou amigos, que não partilham aquela comunidade, como afirmam as pesquisadoras Adriana Vianna e Juliana Farias, não são vistas da mesma forma.

Nos julgamentos dos policiais que assassinaram os jovens nas periferias, há a disputa política pelos termos usados para se referir aos momentos das mortes desses jovens, as mães militantes utilizam chacina, enquanto os que defendem as forças do Estado (a Polícia) apelam para morte em confronto ou os autos de resistência.

Em 2012, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) publicou a Resolução nº 08, que busca abolir a designação “autos de resistência” nos registros de ocorrência e propor regras para a investigação desses casos. Essa Resolução, mesmo sem força normativa, tem influenciado mudanças em diversos estados brasileiros no tocante às formas de registro e apuração desses homicídios.

As palavras possuem representação ideológica, pois durante o julgamento, conforme mostram as referidas autoras, tudo é trabalhado a partir de uma estética do poder, do discurso. O réu chega fardado, mostrando sua função enquanto servidor público, e a defesa se volta a fazer acusações para a vítima. Nesse momento, a acusação do réu é obrigada a perder tempo limpando acusações feitas à vítima. Os papéis se invertem, mais uma vez se expressa a desigualdade, então, a defesa acusa e a vítima se defende.

Vianna e Farias (2011) descrevem como as mães aprendem os códigos da burocracia do Estado para pedir justiça perante a morte de seus filhos. Elas se organizam em grupos, estampam camisetas, vão atrás de advogados, colocam roupas sociais e utilizam a norma culta ao falar com autoridades judiciais e advogados, tudo para persuadir o juiz de que elas não são as culpadas pela morte de seus filhos, como a defesa dos réus aponta. As próprias mães, além de defenderem que seus filhos eram homens trabalhadores e por isso eram dignos à vida, também se defendem como cidadãos de direito.

O debate migra da trajetória moral das vítimas para a trajetória moral das mães. Nesse momento, é o julgamento da mãe que ocorre ali e sua justificativa moral é que mãe de traficante não perderia tanto tempo em busca de justiça, como uma mãe militante, que fica em contato constante com instâncias do Estado. Temos acusação versus defesa, trabalhadores vistos como traficantes e moradores que não são vistos como sujeitos, não são vistos como dignos de vida.

Assim também acontece no movimento paulistano Mães de Maio, promovido por mães que perderam seus filhos em maio de 2006, quando, em resposta à morte de 40 policiais realizada pelo PCC (Primeiro Comando da Capital), a polícia de São Paulo matou 493 pessoas em bairros periféricos da cidade.

Até hoje os casos não foram julgados e houve uma queima de arquivo nos documentos de Segurança Pública de São Paulo. Na época, alegou-se uma falha no sistema, porém essa falha aconteceu apenas uma vez e foi determinante para o caso.

Segundo “O Atlas da Violência 2017, que analisou a evolução dos homicídios no Brasil entre 2005 e 2015 a partir de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, mostra ainda que aconteceram 59.080 homicídios no país em 2015. Quase uma década atrás, em 2007, a taxa foi cerca de 48 mil”. Conforme a pesquisa mencionada, a segurança/violência é a primeira preocupação na vida do jovem brasileiro, uma vez que cerca de 43% dos jovens mencionam esse tema como de sua preocupação. Ao perguntarem sobre quais assuntos os jovens queriam conversar com seus pais, o tema da violência aparece em segundo lugar.

É relevante pensar o porquê da violência do Estado, um questionamento abordado no livro *A periferia grita*, de Débora Maria, Mãe de Maio, é “por que não instaurar imediatamente uma Comissão Nacional da Verdade e Justiça sobre os crimes da democracia?” (p. 28). Os jovens e negros são os mais vulneráveis a esse tipo de violência, e se não há, de forma declarada, intenção do Estado brasileiro em exterminar essa população, pode-se dizer que há um intenso descuido com o planejamento dessa pasta, determinando assim a morte desses sujeitos.

Deixar essa Europa que nunca acaba de falar do Homem, mas mata homens onde quer que os encontre, na esquina de cada uma de suas próprias ruas, em todas as esquinas do globo... essa mesma Europa onde eles nunca acabam de falar do Homem, e onde nunca pararam de proclamar que estavam ansiosos pelo bem-estar do Homem: hoje sabemos com que sofrimento a humanidade pagou por cada um de seus triunfos da mente (FANON, 1967, p. .)

Sobre a cultura: ocupação da Fábrica de Cultura

Na ocupação da Fábrica de Cultura da Brasilândia, o Samba do Bowl esteve mais envolvido, os meninos chegaram a ser presos, foram todos levados para a 72º DP, vieram vários advogados populares, além do cantor Mano Brown e do senador Eduardo Suplicy. Lucas relata o motivo da ocupação:

[...] o que estava acontecendo na verdade era um corte, né? E foi por etapas, aí a galera se articulou, os aprendizes, que são os próprios alunos, foram restritos de entrar, a galera estava sendo revista pra entrar, fora as poucas atividades no espaço que funcionava mal. Os educadores foram mandados embora pelo corte mesmo, e aí eles reduziram tudo, oficinas, saídas pedagógicas, o quadro de funcionários, quase 70% de arte educadores foi mandado embora (Lucas⁷).

Mesmo com todo o descaso do Estado de São Paulo com a cultura na periferia, os jovens nesse episódio conseguiram se articular e promover um

7 Codinome.

encontro entre a Zona Sul e a Zona Norte, ou seja, cruzaram a cidade e ligaram seus extremos que, em horas de viagem, são aproximadamente 3 no transporte público.

Apesar de toda essa realidade ainda estar em um processo de construção, pode-se observar na fala de Lucas que o Estado erra de forma igual pela cidade, ou seja, negligenciando verba ou administrando mal o dinheiro público, que deveria ser administrado de forma participativa pela população.

Os jovens que trabalham nesses espaços estão em um nível tal de empoderamento e de apropriação do poder, que acabam por agir contra as ações do Estado, pois há os indivíduos em coletivo lutando contra a imposição das instituições. Lucas conta que, quando ficou sabendo da ocupação, ela já estava acontecendo. Vale lembrar que a Fábrica de Cultura da Brasilândia foi ocupada no dia 01 de julho de 2016.

Os Saraus

Na Brasilândia, bairro da Zona Norte de São Paulo, também acontece, desde 2008, o Sarau da Brasa. Joaquim⁸, um jovem negro, é um dos que iniciou o Sarau da Brasa. Segundo ele, o Sarau é um movimento social de cultura que não é aparelhado por partidos políticos. Nesse sentido, o Sarau se distancia dos ditos “movimentos clássicos”, como o Movimento dos Sem Terra, entre outros.

A ocupação das escolas, em 2015, ocorreu porque, segundo a socióloga Karina Saes (2016):

Em **23 de setembro de 2015**, foi anunciado pelo governo estadual uma **nova organização da rede estadual de ensino**. O objetivo da reorganização era **separar as escolas pelos ciclos** da educação. Esta medida previa o **fechamento de 93 escolas. 311 mil alunos** deveriam **mudar de escola**, segunda a Secretária de Educação. A mudança atingiria ainda **74 mil professores**. Em **9 de novembro de 2015**, os estudantes – em protesto a reorganização – começaram

8 Codinome.

a **ocupar as escolas**. Em **4 de dezembro de 2015**, o **projeto foi suspenso** pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, **após dias de ocupação** (p. 13 – grifos nossos).

Essa ocupação estudantil levou encanto e esperança aos jovens do Sarau da Brasa, como também a ocupação das Fábricas de Cultura em 2016.

Segundo Joaquim, quando o Sarau da Brasa começou, havia apenas outros três, todos na periferias da cidade: o Sarau do Binho, no bairro do Campo Limpo, na Zona Sul de São Paulo; o Sarau da Cooperifa, na Chácara Santana, também na Zona Sul; e o Sarau do Elo, no bairro de Pirituba, na Zona Norte.

No começo era uma articulação muito forte com a Zona Sul, mas não havia um acordo sobre qual era o posicionamento político dos saraus. Durante as campanhas eleitorais de Dilma Rousseff para a Presidência em 2010 e de Fernando Haddad para a Prefeitura em 2012, ficou evidente que a maioria dos saraus apoiava o Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo que fosse um apoio com crítica. O Sarau da Brasa, entretanto, se retirou das candidaturas do PT durante a reeleição de Dilma Rousseff.

Joaquim conta que, em 2007, eles conhecem o Encontro de Literatura Marginal, na banca do Saldanha, feito pelo escritor Ferréz. Nesse encontro, eles ouvem falar do Sarau da Cooperifa, vão até lá conhecê-lo e decidem que era isso o que queriam na Brasilândia. Em 2008, eles montam o Sarau da Brasa. De acordo com o relato de Joaquim: “A ideia principal era isso, fomentar dentro da comunidade outras coisas que não fosse essa coisa de tiro, morte... Porque a gente sabia que tinha outras coisas aqui, só faltava espaço para mostrar. Foi por isso que a gente começou”.

Ainda segundo a versão do jovem Joaquim, durante a gestão de Gilberto Kassab, a Prefeitura começou a fechar bares em São Paulo, coincidentemente onde aconteciam os saraus. Fecharam o Bar do Binho, onde ocorria o sarau de mesmo nome; o Bar do Santista, em Pirituba, lugar do Sarau do Elo; e o Bar do Carlito, na Brasilândia, onde acontecia o Sarau da Brasa. A Prefeitura alegou que os bares não tinham alvará de funcionamento, mas na verdade havia uma perseguição aos movimentos de literatura nessa época.

Como o Samba do Bowl ocupou a praça sete jovens

O Samba do Bowl forma uma rede cultural e política com os seguintes coletivos: o Sarau da Brasa, que completa 10 anos de (re)existência na Brasilândia; o Sarau Elo da Corrente, em Pirituba; o Sarau Pretas Peri, no Jardim Miriam, Zona Leste; o Samba do Congo, tradicional na Brasilândia, composto por sambistas que deram origem à escola de samba Rosas de Ouro; os cursinhos populares (Cursinho Popular Preparando para o Futuro, no Jardim Elisa Maria, na Zona Norte e o Cursinho Livre da Norte, no Centro Cultural da Juventude, no bairro Vila dos Andradas, na Zona Sul). Além desses, o Samba do Bowl também tem ligação com os coletivos culturais de matriz africana, tais como: o Quilombo Sambaqui (Jardim Guarani, na Zona Norte); o Quilombaço (Perus, Zona Norte); o Jongo dos Guaianás (Guaianases, Zona Leste); o Sarau do Binho (Campo Limpo, Zona Sul); o Sarau da Cooperifa (Chácara Santana, Zona Sul), o Terça Afro (Jardim Centenário, Zona Norte), entre outros coletivos que tecem sua rede na periferia da cidade.

O contato entre esses coletivos se dá basicamente por formarem uma rede de apoio. O Samba do Bowl, por exemplo, diz que surgiu com o apoio do Sarau da Brasa; este, por sua vez, diz que surgiu inspirado no Sarau da Cooperifa e no Sarau do Binho. Caso semelhante ocorre com o jongo, pois o Quilombo Sambaqui inspira-se no Quilombo Urbano, de Guaratinguetá, e nos pontos do mestre Totonho. A Mestre Rosângela Macedo diz que foi influenciada por Paulo Dias - autor de vários textos sobre jongo, grande estudioso e musicólogo, que busca resgatar a cultura e a tradição das culturas de matriz africana do sudeste de São Paulo. O Jongo dos Guaianás diz que surgiu a partir do contato com Rosângela Macedo e com o Jongo de Guaratinguetá, e assim sucessivamente.

A partir dessa análise, pode-se observar que são formadas redes de afeto que transbordam as redes partidárias e políticas tradicionais. São criados laços e amizades que mantêm a resistência nas margens periféricas da cidade de São Paulo, excluindo e renegando suas margens, suas periferias.

A já mencionada tese do sujeito periférico de D'Andrea (2013) é muito importante para nós, periféricos, pois marca o momento em que os

sujeitos periféricos deixam de se sentir afetados pelo estigma de ser morador da favela e começam a ter orgulho de fazer parte desse contexto. Uma das principais personagens desse cenário é Mano Brown, do grupo de Rap Racionais MCs.

A cultura na periferia sempre existiu, porém, o aumento da sua visibilidade deve-se ao aumento de investimentos tanto públicos (editais) como privados. Os jovens periféricos reúnem-se em coletivos, pois veem na cultura uma forma de combate à violência, além de existir a motivação econômica, fugindo de trabalhos exploratórios ou ilícitos, que permitem ao jovem uma forma de sobrevivência perto de sua casa, onde há envolvimento com seu bairro. D'Andrea também aponta a produção cultural como forma de participação política e emancipação humana.

Em decorrência da diminuição da participação juvenil em partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos, seria a produção artística uma nova forma de fazer política? Para o autor, há alguns sub motivadores que possibilitam a produção cultural como forma de participação política. Um deles é a descrença no mundo da política; outro é a necessidade de dar voz às demandas populares. Assim, os promotores da periferia buscam por meio da arte expressar suas vontades políticas. Segundo D'Andrea, a crise de participação política, principalmente com o fim dos núcleos de base do PT, contribuiu para a formação de coletivos culturais capazes de criticar o Partido dos Trabalhadores, por exemplo, e apostar nas formas de política não tradicionais. Nos coletivos, então, há a insubordinação à forma dura de fazer política dos movimentos tradicionais. Os coletivos, segundo o autor, afirmam que “a arte possui uma radicalidade que a política tradicional já não possui” (p. 191).

Da mesma forma que o Estado não consegue mais administrar uma sociedade periférica, a qual abandonou no quesito da segurança, também na questão educacional torna-se um problema, pois não é possível estabelecer um vínculo entre escola e moradores. Assim, surge um novo protagonismo na cultura e na área de educação não formal, que estabelece um vínculo com esses jovens e, por isso, possui capacidade para manter uma relação de formação entre pares. Sobre os sub motivadores do mundo do trabalho, D'Andrea destaca o fato de ONGs, nos anos 1990, chegarem às periferias com equipamentos tecnológicos aos quais

difícilmente os jovens desses locais teriam acesso, capacitando-os e profissionalizando-os para a área da cultura. Porém, nem todos os jovens que ingressam nesse mercado conseguem se manter na economia da cultura, sua renda dificilmente é suficiente apenas com as produções de livros e CD's independentes.

Assim, como afirma Facchini (2011), sobre o estilo que permite que os jovens subvertam as normas de sua realidade, é necessário explicitar essa noção de estilo, pois se pretende trabalhar com ela.

Uma reflexão pertinente relativa ao termo sujeito periférico seria se tais sujeitos, pensando-se para além de suas condições e subjetividades, que estão condicionadas a fatores interseccionais, por exemplo, se falarmos em uma mulher, negra, periférica, jovem, sua pessoa, sua subjetividade, seu “assujeitamento” estarão condicionados a esses marcadores sociais da diferença, que são: gênero, raça, classe e geração, confluindo assim nas possibilidades desse sujeito conhecedor/fazedor, que toma as rédeas de sua situação periférica de forma ativa. Assim, também como há o jovem, homem, negro, que é o suspeito padrão da polícia, esse também está marcado pelas condicionantes sociais: geração, gênero e raça. Segundo Facchini (2011):

Para além disso, no entanto, é preciso lembrar que há um lugar do qual elas falam e que ele está intimamente ligado ao modo como o estilo é produzido. Falamos de sujeitos situados em determinada posição nas relações de poder que envolvem classe, geração, cor/“raça”, gênero e sexualidade (p. 143).

Temos como exemplo o caso de Marielle⁹, ela afirma numa entrevista concedida no Samba de Bowl, em Brasilândia: “Sou do Pretas Peri, que é um coletivo de saraus que realiza ali no Camargo Velho. Sou do Ashanti também, que é um coletivo de poesias e resistência preta. Sou do Servir Elas, que é um coletivo de luta feminista periférica e também fazemos poesias. E milito no MRT que é uma organização social e política”. Podemos observar que ela é uma jovem de 26 anos, mãe de uma filha de 10 anos, que milita e participa

9 Codinome, em homenagem à vereadora Marielle Franco, do Psol, que foi assassinada em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro.

de diversos coletivos culturais, e relatou que atuou ativamente na luta pela Lei de Fomento às Periferias¹⁰.

Teve ato sim, teve bastante ato. Teve muita pressão, quanto mais ele¹¹ se negava e falava que seria depois, depois, depois. Sempre teve ato, tudo que conseguimos foi através de atos. Fazendo pressão de todas as formas junto com as cooperativas de teatro, os saraus também tiveram muita participação, na verdade, foram diversos coletivos que tiveram bastante participação, foi bem conjunto.

Sobre as articulações culturais e políticas, Marielle reflete que:

Eu acho que está cada dia mais lindo, eu que peguei o início dos saraus. Eles começam aqui, e aí a galera começa a colar e falar ‘no meu bairro não (tem)’ e aí pega a galera que tem tempo, que tem disposição para aquilo e aí de repente naquele bairro tá tendo. E a gente também vai lá naquele bairro dar uma força para aquilo e quando a gente vai ver, tá acontecendo. *Você vê a onda de saraus que está acontecendo. Então está essa loucura, é assim, é no bom sentido, que nós por nós mesmo, assim, né?* A cada dia mostrando mais que é nós por nós mesmos, e se a gente não levantar da cama para articular algum bagulho, não vai ter, tá ligado? Porque se a gente não faz pressão para sair lei de fomento, para sair VAI, para sair qualquer tipo de edital, qualquer apoio do Estado, também não sai. Se a gente não sair da cama para articular alguma atividade cultural, também não sai, é que nem aquela frase clichê, *né?* Aonde não tem atividade cultural, a violência se torna espetáculo. Se a gente não se move para que isso aconteça, é o que vai acontecer onde não tem nada.

Sendo assim, baseando-me na argumentação teórica de Facchini (2011):

[...] os estilos são utilizados de forma consciente, a ponto de comunicar a partir da aparência, dos gostos, da música, constituídos por meio do processo de aceitar e negar normas sociais, encenando sua realidade, seus sentimentos e pensamentos a partir de seu estilo (p. 119).

10 O primeiro edital do Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo, Lei Municipal nº 16.496/2016, tem por objetivo central proporcionar apoio financeiro a projetos e ações culturais propostos por coletivos artísticos e culturais em distritos e bolsões com altos índices de vulnerabilidade social, especialmente nas áreas periféricas do município.

11 Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo.

[...] Falar num drama encenado evoca a ideia de que estilos são “meios expressivos para negociar espaços e sentidos no campo da luta cultural” (ABRAMO, 1994, p.37) e de que se trata do uso de roupas, música e atitudes para “dar-se a ver” no espaço público (p. 145).

Considerações finais

Passar a frequentar o centro de São Paulo, principalmente quando ingressei na faculdade – FESPSP – me proporcionou a experiência de certo distanciamento do meu objeto e de mudança de olhar sobre o lugar em que vivo.

Analisando o Sarau da Brasa e o Sarau Sete Jovens, pude compreender que os jovens se articulam não apenas em sua territorialidade, mas trazem em suas inspirações outros lugares que frequentam, como outros saraus, e reproduzem essas experiências em seus locais de origem. Os jovens receberam formação e incentivo de lideranças mais antigas do bairro, como o sr. Rondino¹² e a sra. Maria¹³, ambos do Partido dos Trabalhadores, os quais forneceram livros e estimularam os jovens a estudar, a fazer um curso superior e a formar esses coletivos culturais para disputar a política local. Além disso, esses dois líderes comunitários criaram um vínculo com a população local, fornecendo momentos de lazer e cultura que são escassos na região.

Os jovens vão às subprefeituras, vão a outros saraus, atravessam a cidade, muitas vezes sem dinheiro para passagem de ônibus, que atualmente custa R\$ 4,00, o que dificulta o deslocamento dos moradores da periferia. A motivação aprendida com os antigos líderes faz crescer um vínculo que vai além do espaço territorial, como foi apontado na ocupação da Fábrica de Cultura, em 2016, em que jovens da Zona Sul participaram da ocupação na Brasilândia, Zona Norte.

Para manter a Praça Sete Jovens conservada e com boa qualidade para uso, os jovens tiram dinheiro do próprio bolso para reconstituir a pista de skate, por

12 Liderança do bairro Jardim Elisa Maria.

13 Codinome.

exemplo. Mas também prezam pela limpeza e organização do espaço, e promovem, ainda, projetos como o Abraço Quentinho, visando a doação de roupas para pessoas que estão passando frio no bairro.

Os jovens promotores culturais da Brasilândia buscam por meio da arte dizer o que pensam e sentem, seja em seus livros, CD's, grafites; mas também procuram debater a política local e fazer dos espaços que ocupam lugares de produção intelectual e cultural. Além de atuarem por uma melhora urbana em seu bairro e lutarem por mais direitos aos cidadãos que nele moram, os jovens precisam lidar com suas especificidades, como por exemplo, o fato de ser mãe e querer ocupar os espaços políticos de atuação no bairro.

A cultura permite que esses jovens reflitam e transmitam suas angústias, sociais ou pessoais, e travem uma luta em nível local contra um sistema imperialista e capitalista, o que muitos movimentos sociais e partidos de esquerda, hoje, não têm mais capacidade de fazer, pois perderam a inserção nas periferias onde havia os antigos 'cinturões vermelhos de São Paulo'.

Os sujeitos periféricos recorrem a diversos estilos que fazem com que se vejam como viáveis de existência, mesmo sabendo que estão inseridos em um contexto de violência como é o periférico. Recorrem a suas individualidades e expressam suas vivências por meio de suas roupas, cortes de cabelos, sapatos, brincos, turbantes e colares, demonstrando principalmente sua resistência negra e sua luta cotidiana por um espaço onde se sintam pertencentes.

Ainda segundo Facchini (2011), os jovens e as jovens também ressignificam palavras que eram pejorativas como 'preto' ou 'preta', e passam a pronunciar-las com orgulho; o mesmo ocorre com a palavra 'favela', demonstrando o poder que detêm sobre suas subjetividades. Ser chamado de bicha ou de sapatão, já não é mais motivo de constrangimento, as bichas pretas sentem orgulho de ser bichas e pretas, as travestis também exibem o seu gênero de uma forma que não se via há 10 anos na periferia. Ainda se ouvem comentários preconceituosos, principalmente com os gays mais afeminados ou mesmo as mulheres trans ou travestis, porém, hoje existem coletivos e há um enfrentamento, uma abertura que no passado não havia, assim como relata a pesquisadora em seu artigo sobre as transformações nos espaços feministas e lésbicos:

[...] considerar as múltiplas relações de poder nas quais se inscreve o que é comunicado, abrindo espaço para pensar estilos como operadores de diferenças. Referi-me ainda à necessidade de situar os estilos a partir de uma concepção de sujeito que permita pensá-lo em sua dimensão processual (BRAH, 2006), considerando que sujeitos são constituídos no processo em que elaboram e se expressam por meio de um estilo (FACCHINI, 2011, p. 137).

Em relação à construção cultural dos espaços, pode-se perceber a ação das mulheres negras que criaram novos coletivos como o Pretas Peri, pois a cena dos saraus é machista e não contempla as opressões de gênero e raça; assim como os jovens, homens negros, que são os suspeitos padrão da polícia e acabam sendo as maiores vítimas em número nas chacinas. Cruzar as opressões em determinadas ocasiões faz com que possamos ter dimensão do problema com o qual estamos lidando e como talvez alcancemos sua resolução.

Há também uma luta para que a cultura seja um meio de inserção no mercado de trabalho, de forma que os jovens não sejam obrigados a tomarem para si trabalhos exploratórios ou adentrem no mundo do crime.

Quanto à interseccionalidade, vale pensar nas formas de subordinação que as pessoas estão sujeitas, haja vista as que são oprimidas nas periferias devido à sua sexualidade, sua cor, seu gênero, sua idade ou sua classe social.

São diversas as problemáticas que perpassam a trajetória desses protagonistas, porém, neles há uma esperança para a política brasileira, há um fruto vindo das comunidades eclesiais de base, influenciadas pelos zapatistas, assim, esses jovens fazem parte de uma esquerda latino-americana, que percebe os problemas do capitalismo não pela perspectiva do centro, mas da periferia. Nesse caso, é a periferia da periferia, pois esses são jovens de países periféricos, que atuam em seus bairros que estão distantes até mesmo da centralidade da grande metrópole – São Paulo –, todavia, não estão distantes apenas fisicamente, mas também no plano da cidadania, esta que é regulada e não atinge os trabalhadores e as trabalhadoras das periferias de São Paulo, que precisam lidar com diversas situações de vulnerabilidade e ainda são culpados pelo discurso capitalista da meritocracia, em que desde o tempo pós-escravidão diz-se que são pobres, pretos e

preguiçosos, mas na realidade são pobres, pois foram tidos como mercadorias e até hoje sofrem a discriminação devido à sua cor e às suas identidades, como o funk e as religiões de matrizes africanas.

O Samba do Bowl e o Sarau do Brasa se colocam em manifestações, se articulam na internet por meio das redes sociais, se organizam divulgando os atos que participam (exemplo disso foi o ato ocorrido em 2014 por ocasião da chacina de três jovens na Praça dos Sete Jovens, o qual foi divulgado por várias pessoas, mesmo as que não puderam comparecer por estarem em horário de trabalho).

Durante a realização das entrevistas, foi observada na fala de todos os entrevistados uma preocupação com a violência presente no bairro onde moram e a esperança de que o espaço da arte e da cultura seja um local de combate a essa opressão.

Nos saraus, conforme mencionado, um vínculo é instaurado e, desse modo, tem início a formação política dos participantes, pois eles começam a atuar junto a outros jovens para lutar pelos seus direitos de cidadãos em seus bairros.

Muitos deles se sentem ameaçados pela polícia, como Lucas e Gustavo, durante o fatídico ato de 2014. Alguns jovens presentes na Praça Sete Jovens tiveram que passar um tempo afastados de seu território, devido a ameaças sofridas pela polícia. Isso causa certo enfraquecimento das articulações locais, dado o medo das ameaças se concretizarem.

Para ocupar o espaço público, os jovens também precisaram negociar com os líderes do tráfico de drogas da região, usando de sua retórica para convencê-los da importância de um espaço de lazer, sem violência, não só para os outros moradores do bairro, como para as próprias famílias dos traficantes. Isso fez com que o acordo obtivesse sucesso.

Os sete jovens mortos em 2007, e que são lembrados neste artigo, são a semente que o Estado buscou matar, mas que continua a florescer nos diversos saraus, nas ocupações de escolas, nas fábricas de cultura, e, sobretudo, na resistência vinda da força dos sobreviventes de um país que nasce com nome de *commodity*, ou seja, nasce como colônia para ser vendido; entretanto, todos continuam a enfrentar esse Estado opressor de direitos

Tentou-se mostrar neste artigo que, apesar de o Estado colocar equipamentos de cultura para controlar os jovens nas periferias (AGUIAR, 2016),

esses equipamentos acabam se tornando armas de libertação, conforme o caso da ocupação da Fábrica de Cultura e as ocupações nas escolas estaduais.

Ao longo desses anos é inegável o valor dos cursinhos populares e dos saraus na formação da juventude periférica; o estímulo por adentrar um espaço que pertence, ainda hoje, à elite, aos filhos das madames. Há um brilho nos olhos desses jovens e é emocionante ver as nossas conquistas. No último Sarau da Brasa, Marcelle, uma jovem que sempre está presente nos saraus, no Samba do Bowl e que fez cursinho popular, nos deu a boa notícia: passou no curso de Educomunicação na Universidade de São Paulo! São casos como o de Marcelle que fazem com que nós, educadores das quebradas, tomemos fôlego e deslumbramos um futuro melhor para o nosso morro.

Referências

ABRAMO, Helena W. Condição juvenil no Brasil Contemporâneo. In: Retratos da juventude brasileira: **Análises de uma pesquisa nacional**. Ed. Perseu Abramo. São Paulo, 2005.

Agenda Juventude Brasil – uma pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros, 2013. Disponível em: https://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juventude_brasil_-_pesquisa_. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

AGUIAR, Claudia Cristina Trigo de. **A Praça Sete Jovens e a expansão do poder punitivo**. Dissertação, 2016.

_____. **Uma problematização dos modos de produção da verdade nos crimes cometidos contra a vida de jovens brasileiros**. PUC. São Paulo. 2017.

ALESSI, GIL. Bairro com nomes de revolucionários sofre com violência da PM de SP.

Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/politica/1421338657_543399.html. Acesso em: 01 de setembro de 2016, às 13:38

BISCHAIN, Sonia. **Antologia Vol. III**. Coletivo Cultural Poesia na Brasa. São Paulo, Jul de 2011.

BISCHAIN, Sonia. REGICIDA, Avelino. PADOVEZZI, Enver. **Olhares da Brasa**. Programa VAI. São Paulo, 2015.

BRAH, Avtar. Diversidade, diferença, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), jan-jun de 2006: p. 329-376.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea n° 1, p. 13-33. Jan – Jun.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. USP. São Paulo, 2013.

DIONÍSIO, João. DOCA. SANTANA (BELO X). Samba da Rosas de Ouro. Carnaval, 1973.

FACCHINI, Regina. “Não faz mal pensar que não se está só”: estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. **Cadernos Pagu**. São Paulo, 2011.

FANON, Frantz. **The Wretched of the Earth**. London: Penguin, 1967, p. 251.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n° 58, p. 59-73, Jan/Abr. 2010.

_____. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**. São Paulo, p. 79: 201-233, 2010.

_____. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. **Nadusp**. São Paulo, 2009.

História do bairro da Brasilândia. Disponível em: <http://maps.mootiro.org/community/360/about>. Acesso em: 31 de agosto de 2016, às 15:52.

História do bairro da Brasilândia. <http://www.spbairros.com.br/brasilandia/>. Acesso em: 31 de agosto de 2016, às 15:39.

JUVENTUDE, Observatório. Manifesto de denúncia das chacinas na zona Norte de São Paulo. São Paulo, 2014.

Mapa da Violência 2016. http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 08 de novembro de 2016, às 00:57.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Quando o campo é a cidade fazendo antropologia na metrópole**. Disponível em: http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/qnd_o_campo_cidade.pdf. Acesso em: 01 de setembro de 2016, às 12:32.

MARIA, Débora. **Mães de Maio, Mães do Cárcere?** A periferia grita. São Paulo, 2012.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

OLIVEIRA, Danilo Duarte. Cidade Alerta: jornalismo policial, vigilância e violência. In: GOMES, Itania Maria Mota. (Org.). **Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 121-150.

ROSA, Elisa Zaneratto. **Por uma reforma psiquiátrica antimanicomial: o papel estratégico da Atenção Básica para um projeto de transformação social**. PUC/SP. São Paulo, 2016.

RUOTTI, Caren et al. A vulnerabilidade dos jovens à morte violenta: um estudo de caso no contexto dos “Crimes de Maio”. **Saude soc.**, São Paulo, v. 23, n° 3, p. 733-748, Sept. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000300733&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Apr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000300001>.

SEADE, FUNDAÇÃO. **Grupos de vulnerabilidade juvenil distritos do município de São Paulo**, 2000. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/ivj/index.php?tip=map&mapa=1>. Acesso em: 01 de setembro de 2016, às 13:35

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. **A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional**. Cadernos Pagu (37), jul-dez 2011, p. 79-116.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-62116-11-7



9 788562 116117